

JULIANA MENDANHA BRANDÃO

Resiliência: de que se trata?

O conceito e suas imprecisões

JULIANA MENDANHA BRANDÃO

Resiliência: de que se trata?

O conceito e suas imprecisões

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social
Linha de Pesquisa: Cultura, Modernidade e Subjetividade

Orientador: Prof. Dr. Miguel Mahfoud

Co-orientadora: Profa. Dra Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento.

Belo Horizonte, 2009

150 Brandão, Juliana Mendanha
B814r Resiliência [manuscrito]: de que se trata? : o conceito e /
2009 suas implicações /Juliana Mendanha Brandão. – 2009.

136. f.

Orientador: Miguel Mahfoud.

Co-orientador: Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Psicologia - Teses 2. Resiliência (Traço da personalidade) - Teses 3. Stress (Psicologia) - Teses 4. Psicologia do desenvolvimento - Teses. I. Mahfoud, Miguel. II. Gianordoli-Nascimento, Ingrid Faria. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditam na capacidade do ser humano de ser sempre mais e que lutam por isso.

E ao Theo, que me faz querer ser sempre mais.

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Dr. Miguel Mahfoud por sua sabedoria serena e firme, suas orientações precisas e encorajadoras e por acreditar em mim. Sua melhor frase: “você quis a bicicleta, então, pedale!” Sem a sua presença na minha trajetória, acho que eu nunca teria escolhido fazer pesquisa.

À profa. Dra. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento, pela ajuda na organização de meu texto, pelos questionamentos provocantes e apontamentos sobre as encruzilhadas teóricas em que me metia, pela acolhida.

A Daniel Silveira que chegou à Resiliência antes de mim e enriqueceu tanto minha pesquisa. Obrigada pela riquíssima bibliografia e pela troca de informações e idéias.

Ao meu querido Daniel Marinho Drummond, colega e amigo de muitas e ótimas horas, pela disponibilidade, atenção e boas análises na qualificação.

Ao colega e primo querido Tiago Brandão, próximo e distante ao mesmo tempo, pela eficientíssima ajuda no inglês.

A Bernardo Castro, grande conhecedor da resiliência, obrigada pela disponibilidade e pelas conversas de alto nível.

Ao Prof. Dr. Jack Block da Universidade de Berkeley, Califórnia, por sua disponibilidade à distância, pelos textos desapeadamente enviados, pela prontidão nas respostas das minhas infinitas e insistentes indagações.

A Guilherme Rancanti “Bicudo” pelas mini-aulas e orientações de história e utilíssimos textos.

À minha amada mãe Naná através da qual Deus me deu a honra de nascer, por seu exemplo de robustez, amor incondicional, apoio, escuta de minhas viagens intelectuais e pela ajuda com nosso bebezinho. Se eu for para o Theo um pouquinho do que você foi e é para mim, o Theo terá a segunda melhor mãe do mundo, porque a primeira sempre será você!

Ao meu amor Guto, pela sua impaciente paciência, ajuda tecnológica e linguística. Agora, estarei pronta para nossas aventuras em família!

A Aline Rabelo, pelo companheirismo e diversão, pelo convite e acolhida em Montes Claros.

A Romina, que entrou nessa aventura do mestrado antes de mim e me ajudou com seus modelos de projeto.

Ao meu pai, por ter me proporcionado ótimas condições de educação e me ensinado valores preciosos.

A Celma, pelos cuidados indispensáveis ao meu lar.

A Maria Célia Bonnati, psicoterapeuta, pela ajuda infinita em meus processos resilientes, por ter me ajudado a me encontrar e às minhas serenidade e alegria.

Ao meu irmão Cook e cunhada Aline, meus primos queridos, meus tios e tias, padrinhos, sogros, cunhados e amigos, pelo carinho e porto seguro.

Aos meus clientes e alunos que trouxeram e trazem tanto aprendizado e riqueza para minha vida.

*Reconhece a queda
E não desanima
Levanta, sacode a poeira
E dá a volta por cima*

(Paulo Vanzolini em Volta por cima)

*Nossa história não é um destino.
Nada fica escrito para sempre. A verdade de hoje não o será amanhã. Os
determinismos humanos são de curto prazo. Os sofrimentos nos obrigam a
metamorfosear-nos e nunca perdemos a esperança de mudar a maneira de viver.*

(Cyrulnik, 2001)

RESUMO

Esta pesquisa se trata de um estudo teórico sobre o conceito de resiliência realizado a partir de textos referenciais da literatura nacional e internacional sobre o tema. Foi motivado pela identificação de uma grande variedade de conceitos de resiliência e pela falta de consenso entre os pesquisadores a respeito de qual fenômeno deveria ser investigado: a resistência ao estresse, representado por sujeitos que não se abalam diante de situações de risco; ou os processos de superação e recuperação dos abalos sofridos em virtude das situações adversas.

Inicialmente, são discutidas as origens históricas e etimológicas da resiliência, assim como sua conceituação na Resistência dos Materiais. É apresentada uma reescrita da história das pesquisas sobre resiliência nos âmbitos internacional e nacional e o questionamento da idéia de que o conceito teria vindo da física. Os principais estudos precursores sobre o tema são discutidos, assim como as concepções de invulnerabilidade, antiga nomenclatura para o fenômeno.

A seguir, é apresentado o estado atual das conceituações de resiliência e discutido o fato de o conceito ser entendido como traço ou processo, como inato ou adquirido, permanente ou circunstancial. As conceituações de resiliência são divididas em dois grandes grupos: um que inclui as concepções associadas ao sentido de adaptação e outro que abarca definições em que ela é entendida como superação. Foram também discutidas as maneiras de se conceber “adaptação” que estão associadas ao conceito de resiliência: no sentido piagetiano; como adaptação positiva ligada à noção de competência; ou ainda em um sentido de crítica à sociedade. São debatidas as noções que concebem que a sobrevivência já implicaria resiliência e que esta pode ser considerada em sujeitos que continuam a apresentar psicopatologias e condutas anti-sociais.

Por fim, situamos a resiliência como processo e não como traço e propomos a nossa definição para o conceito – o processo em que um sujeito enfrenta adversidades, se abala, supera as adversidades e o seu próprio abalo e amadurece, desenvolvendo-se a partir deste enfrentamento –, optando por considerar como resiliência os fenômenos de recuperação e superação e não os de resistência ao estresse. Essa definição traz uma maior precisão para o campo de estudo. Sugere-se ainda que o fenômeno de resistência ao estresse, associado a traço de personalidade seja estudado a partir do conceito de *hardiness/robustez*.

Palavras-chave: resiliência, resistência ao estresse, invulnerabilidade às adversidades, adaptação psicológica, robustez

ABSTRACT

This research is a theoretical study on the concept of resiliency based upon referential texts of national and international literature on the theme. It was motivated by the identification of a wide variety of concepts of resiliency and by the lack of consensus among researchers concerning which phenomenon should be investigated: resistance to stress, represented by a subject that do not give up in the face of risk situations; or coping processes and recovery after traumas suffered because of adversity.

First, historic and etymologic sources of resiliency are discussed, as well as its concept in materials resistance. Then, is shown a rewriting of the history of the studies of resiliency at international and national spheres, and the idea that resiliency concept came from physics is questioned. The main precursor's studies on the subject are discussed, as well as the concept of invulnerability, prior nomenclature for the phenomenon.

Next, is introduced the current understanding of resiliency and discussions about the concept to be understood as a trait or process, as innate or acquired, as permanent or circumstantial. The conceptualizations of resiliency are divided into two major groups: one that includes the conceptions associated to adaptation and one that covers settings in which it is understood as overcoming. It is also discussed ways to understand "adaptation" that are associated with the concept of resiliency: as proposed by Piaget; as an effective adjustment linked to the concept of competence; or in a sense of criticism to the society. It is also discussed the concepts in which survival already would imply resiliency and that this could be seen in an individual that still presents psychotic mental illness and anti social behavior.

Finally, we classify resilience as a process rather than trait and propose our definition to the concept – the process where a individual faces odds, suffers, overcomes the failings and his own trauma and gets mature\ stronger, learning from this process – by choosing to consider resilience as a recovery phenomena and not the resistance to stress. This definition brings greater precision to the field of study. We also propose the concept of hardiness to study the phenomenon of resistance to stress, associated with trait of personality.

Keywords: resiliency, resistance to stress, invulnerability to adversities, psychological adaptation, hardiness

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

- 1- A resiliência invadindo a minha vida 12*
- 2- Definindo a pesquisa: do contato direto com a Fênix ao trabalho teórico 13*
- 3- Reunindo o material 19*
- 4- O corpus da pesquisa: três correntes de estudos e a literatura brasileira 22*

I- RESULTADOS

- I. 1- Saltando para trás: problematizando as origens do conceito de resiliência 30*
 - 1.1. Buscando o entendimento através da física 30*
 - 1.2. Resiliência na ponta da língua: origens etimológicas 34*
 - 1.3. Discutindo a origem física da resiliência e a escolha do termo para os estudos 37*
 - 1.4. A resiliência e o “Espírito do Tempo”: contingências históricas 42*
 - 1.5. Em busca dos precursores da resiliência 55*
 - 1.6. Discutindo a invulnerabilidade 61*
- I.2- Atualmente*
 - 2.1. E a resiliência? Traço ou processo? 67*
 - 2.2. Resiliência: um conceito em aberto 74*
 - 2.3. Organizando as diferentes definições de resiliência: adaptação X superação 77*
 - 2.4. Adaptação piagetiana, adaptação positiva e “sobre adaptação” 85*
 - 2.5. Sobrevivência, psicopatologia e delinquência 96*

II- O QUE PROPOMOS COMO RESILIÊNCIA, AFINAL?

II.1- Personalidade resiliente? 104

II.2- Resiliência e robustez: inatas ou adquiridas? 111

II.3- Fatores, enfrentamento e coping 114

III- CONSIDERAÇÕES FINAIS 121

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 126

INTRODUÇÃO

1- A resiliência invadindo minha vida

Ouvi¹ falar de resiliência pela primeira vez há quatro anos, no rádio do carro. Ouvi e me encantei a ponto de me lembrar ainda hoje do lugar por onde estava passando no momento. Anotei em um papel o nome “resiliência”, desconhecido e então estranho, e comecei a pensar neste tema em minha vida e nas vidas das pessoas que eu acompanhava como psicóloga, a partir do que eu ouvira no rádio.

Ouvi a comparação de resiliência com a elasticidade de uma vara que se enverga mas não quebra. Ouvi a comparação da resiliência com a Fênix que renasce das cinzas. Entendi que falar de resiliência é falar de força, de flexibilidade e de superação. É falar de um ser humano rompendo barreiras, enfrentando o que parece impossível de se vencer, juntando forças para lutar sabe-se lá de onde. Lidando com as provações da vida, com suas dificuldades, dores, doenças, perdas. Superando-as e crescendo. Reconstruindo sua vida, seu “eu”. É falar de algo que sempre existiu e a humanidade sempre deu provas disso. Mas que sempre parece surpreender.

Talvez surpreenda porque ainda se ache mais “normal”, ou mais esperado, sucumbir diante de grandes adversidades. E muitos se perguntam, enquanto pesquisadores investigam: como alguns enfrentam e crescem enquanto outros sucumbem? Ou, utilizando o termo cujo uso é bem recente no Brasil: como e por que alguns demonstram resiliência perante as dificuldades que a vida lhes impõe e outros não?

¹ Optou-se por escrever a introdução deste trabalho usando a primeira pessoa do singular porque se entende que aqui é explicitada uma trajetória muito particular e pessoal.

Se eu já me interessava em fazer um curso de mestrado, essa palavra, essa “coisa” chamada resiliência me incitou a pensar seriamente no assunto e a elegi como tema de meus estudos. Também quis tentar responder à pergunta acima. Quis estudar pessoas que enfrentavam dificuldades e as superavam, pessoas que se refaziam, pessoas que “se dobravam, mas não se quebravam”, pessoas vencedoras, mesmo que tivessem “perdido” algumas vezes.

2- Definindo a pesquisa: do contato direto com a Fênix ao trabalho teórico

Refletindo sobre minha prática como psicóloga clínica, notei que já havia me deparado com pessoas assim. Várias pessoas que acompanhei chegavam buscando ajuda em momentos de vida muito difíceis para eles, sofrendo vários tipos de infortúnios, como perdas materiais e de entes queridos, doenças incapacitantes ou crônicas, transtornos psiquiátricos, problemas no trabalho ou a falta dele, problemas familiares, de relacionamento, financeiros. Chegavam geralmente abatidos, abalados, sentindo-se muitas vezes sem forças para enfrentar as adversidades que lhes apresentavam. Mas, de algum modo, enquanto eu os acompanhava, percebia uma transformação acontecendo e eles conseguiam enfrentar os problemas e vencê-los. E depois disso, pareciam diferentes, melhores, mais desenvolvidos emocional e espiritualmente², mais fortes. O espaço da psicoterapia parecia ser o “palco” onde a grande “peça” da resiliência se desenrolava, onde a experiência de enfrentamento e transformação acontecia.

² O termo “espiritual” relaciona-se à noção de “espírito”, tal como é concebida pelos fenomenólogos. Ales Bello (2006) explica que a esfera do espírito é que compreende os atos de controle, que envolvem reflexão, decisão, avaliação e se ligam “aos atos da compreensão, da decisão, da reflexão, do pensar” (p. 39). Tais atos não são de ordem psíquica nem corpórea, mas espirituais. Oliveira (2005), por sua vez, explica que a espiritualidade envolve a possibilidade da reflexão absoluta e constitui a liberdade originária do ser humano.

A primeira definição não leiga que encontrei para a resiliência foi: “a capacidade humana para enfrentar, vencer e ser fortalecido ou transformado por experiências de adversidade” (Grotberg, 2005, p. 15). Relacionei esse conceito às experiências dessas pessoas que enfrentavam suas dificuldades e se transformavam e comecei a pensar em um possível projeto de pesquisa. Quis estudar essa capacidade que se mostrava nos processos terapêuticos. E achei que a clínica³ seria boa “fornecedora” de sujeitos para uma pesquisa sobre resiliência.

Entrei para o curso de Mestrado, na UFMG, com essa idéia. Fiz meu projeto apoiada em uma perspectiva fenomenológica que me ajudaria a estudar a experiência da resiliência, a partir do relato de sujeitos que a vivenciassem. A via de acesso a esses sujeitos se daria a partir de indicação de psicoterapeutas que os acompanhassem ou tivessem acompanhado em processo terapêutico e que identificassem a resiliência ocorrendo no decorrer da psicoterapia.

Esperava que esse recorte de sujeitos possibilitasse a descrição das experiências de resiliência desde seu início, desde que os sujeitos começavam a enfrentar suas dificuldades. A indicação de psicoterapeutas garantiria que eu teria como sujeitos de pesquisa pessoas que chegaram à terapia abaladas por alguma(s) adversidade(s) e que passavam por um percurso de enfrentamento, superação e transformação que era “testemunhado”.

Porém, à medida que minha revisão bibliográfica foi avançando, percebi que grande parte dos estudos sobre resiliência não tinha como sujeitos de pesquisa esses

³ Cabe esclarecer que não estou considerando como mostra de resiliência todo resultado terapêutico. Quando um indivíduo chega à psicoterapia com determinada queixa e determinado sintoma e, passado um período de tratamento, aquele sintoma desaparece e a queixa parece resolvida, não necessariamente ocorreu um processo de resiliência. Estou aqui chamando de resiliência, em relação aos atendimentos que acompanhava, a experiência do sujeito que apresentava, além da “resolução” da queixa e dos sintomas, um crescimento pessoal a partir de sua maneira de enfrentar e superar as adversidades que lhe ocorriam ou ocorreram.

indivíduos que se abalavam, enfrentavam e se transformavam. O mais comum era que a resiliência fosse estudada a partir do exame de sujeitos que pareciam não se abalar diante de ameaças ou adversidades que costumam abalar a maioria das pessoas, sendo mais fortes ou mais resistentes que outros em situação semelhante.

Essas pesquisas procuravam entender: que características têm essas pessoas que não se abalam mesmo estando sujeitas a riscos, os quais, com muita probabilidade, atrapalham o desenvolvimento de tantos? O que faz com que não se abalem ou com que tenham resultado positivo?

Percebi que, comparando a pesquisa que eu queria fazer com essas, a minha pergunta era outra: o que acontece no processo no qual um sujeito se abala, enfrenta o que o atinge, vence esse desafio e se transforma? Como se dá esse percurso?

Entre a pesquisa sobre resiliência que eu queria empreender e as mais comumente realizadas, tornou-se nítida a diferenciação quanto à escolha dos sujeitos, assim como o que se queria entender. Comecei a me perguntar: eu e esses pesquisadores pretendíamos estudar o mesmo fenômeno?

Essas observações a respeito da escolha dos sujeitos para uma pesquisa sobre resiliência e a respeito das perguntas geradoras de seus objetivos me fizeram perceber que o tema era muito mais complexo do que eu imaginara. Ele tinha muito mais maneiras de ser concebido e uma variação considerável de definições. Eis alguns exemplos:

- “Capacidade de enfrentar e superar com sucesso situações adversas.” (Trombeta e Guzzo, 2002, p. 9)
- “O conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento saudável do indivíduo, mesmo este vivenciando experiências desfavoráveis”. (Pesce e colaboradores, 2005, p. 436)

- “Não apenas a capacidade individual para lidar com as adversidades, mas também a capacidade de uma comunidade de pessoas para prover os recursos de saúde necessários para criar e sustentar bem estar, proporcionando oportunidades individuais para acessar recursos de saúde de maneiras culturalmente relevantes”⁴. (Ungar e colaboradores, 2008, p. 2)
- “A resiliência é entendida como a capacidade de resistir às adversidades humanas.” (Pereira, 2001, p. 87)
- “A resiliência se define como a capacidade dos seres humanos de superar os efeitos de uma adversidade a que estão submetidos e, inclusive, de saírem fortalecidos da situação.”⁵ (Melillo, 2004a, p. 63)
- “A habilidade para se esquivar de eventos negativos usando emoções positivas para dar conta”⁶. (Tudage, Fredrickson e Barret, 2004, p. 1162)
- “Resiliência refere-se a uma classe de fenômenos caracterizados por bons resultados a despeito de sérias ameaças à adaptação ou desenvolvimento.”⁷ (Masten, 2001, p. 228)
- “Caracteriza-se como um conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilita ter uma vida *sadia*, mesmo vivendo em um meio *insano*”. (Melillo, Estamatti e Cuestas, 2005, p. 61)
- “A resiliência é muito mais que o fato de suportar uma situação traumática, consiste também em reconstruir-se, em comprometer-se em uma nova dinâmica de vida.”⁸ (Vanistendael e Lecomte, 2004, p. 91)

⁴ ... “not just a individual’s capacity to cope with adversity but was also the capacity of the person’s community to provide the health resources necessary to nurture and sustain well-being, providing individuals opportunities to access health resources in culturally relevant ways.”

⁵ “La resiliencia se define como la capacidad de los seres humanos de superar los efectos de una adversidad a la que están sometidos e, incluso de salir fortalecidos de la situación.”

⁶ ... “the ability to bounce back from negative events by using positive emotions to cope.”

⁷ “Resilience refers to a class of phenomena characterized by good outcomes in spite of serious threats to adaptation or development.”

- “A capacidade de ser sensível à adversidade, à dor ou ao estresse; a possibilidade de contar com fatores que permitam resistir a este estímulo para logo ser capaz de construir, utilizando a aprendizagem outorgada pela dor como uma possibilidade para a reconstrução.”⁹ (Kotliarenco e Lecannelier, 2004, p. 124)
- “A capacidade para recuperar e manter um comportamento adaptado após um dano.” (Blum, 1997, p. 16)
- “Manifestação da capacidade de transcender.” (Barbosa, 2006, p. 3)
- “É adaptação positiva em resposta à adversidade.”¹⁰ (Waller, 2001, p. 292)
- “Reflete a habilidade para manter um equilíbrio estável.”¹¹ (Bonanno, 2004, p. 20)
- “A capacidade para triunfar e para viver e desenvolver-se positivamente, de maneira socialmente aceitável, apesar da fadiga ou da adversidade que podem implicar risco grave de resultado negativo.”¹² (Vanistendael¹³, citado por Cyrulnik, 2001, p. 10)
- “Manifestação de adaptação positiva a despeito de significativa adversidade na vida.”¹⁴ (Luthar, 2007, p. xxix)
- “Resiliência é operacionalmente definida (...) como um dinâmico processo de desenvolvimento que reflete evidências de adaptação positiva a despeito de adversidades significativas na vida.”¹⁵ (Cicchetti, 2007, p. xx)

⁸ “La resiliencia es mucho más que el hecho de soportar una situación traumática; consiste también en reconstruirse, en comprometerse em una nueva dinámica de vida.”

⁹ La capacidad de ser sensible a la adversidad, el dolor o el estrés; la posibilidad de contar con factores que permitan resistir este estímulo para luego ser capaz de construir, utilizando el aprendizaje otorgado por el dolor como una posibilidad para la reconstrucción.”

¹⁰ “...is positive adaptation in response to adversity.”

¹¹ “...reflects the ability to maintain a stable equilibrium”

¹² “La capacidad para triunfar e para vivir y desarrollarse positivamente, de manera socialmente aceptable, a pesar de la fatiga o de la adversidad, que suelen implicar riesgo grave de desenlace negativo.”

¹³ Vanistendael, S. (1998) *Clés pour devenir: la résilience*, Les Vendredis de Châteaувallon, nov.

¹⁴ “... the manifestation of positive adaptation despite significant life adversity.”

Tais definições parecem, à primeira vista, semelhantes, uma vez que falam de adversidades, danos ou ameaças e de uma resposta positiva a isso. E todas são definições para resiliência. Conseqüentemente, parecem apontar para um mesmo fenômeno. Porém, quando os estudos empíricos sobre o tema são examinados mais detalhadamente, percebe-se que as escolhas de seus sujeitos de pesquisa variam muito entre si, sendo orientadas de acordo com definições diferentes. E isso leva a pensar que os estudos talvez estejam investigando fenômenos diferentes.

Assim, percebi que havia pesquisas sobre resiliência que estudavam, como era meu intuito fazer, sujeitos que, após se abalarem, se recuperavam e se transformavam (Cyrulnik, 2001; Grotberg, 1999, 2005; Murphy, 1987; Walsh, 2005) e outras que estudavam sujeitos que, vivendo sob estresse e vivenciando momentos na vida potencialmente traumáticos, não se abalavam (Anthony, 1987a e b; Bonanno, 2004, Masten, 2001; Trombeta e Guzzo, 2002; Werner e Smith, 1989). Havia ainda pesquisas que examinavam os dois fenômenos indistintamente como sendo resiliência. Existiam também pesquisadores que avaliavam a resiliência a partir de critérios de adaptação ou ajustamento social, enquanto outros afirmavam que a resiliência implica em uma postura crítica da sociedade (Galende, 2004; Melillo, 2004a; Tavares, 2001).

Percebi também que os trabalhos sobre resiliência, tanto neste país, quanto em outros, partem para estudar o fenômeno sem delimitá-lo com precisão. Podemos dizer isso porque há, como já foi apresentado, inúmeras definições de resiliência. E muitos trabalhos empíricos começam a apresentar seus resultados sem deixar claro que, entre as muitas definições possíveis de resiliência, se está escolhendo uma delas, uma forma específica de se tomar o fenômeno. E isso leva a resultados tão díspares quanto inconsistentes.

¹⁵ “*Resilience is operationally defined [in this volume] as a dynamic developmental process reflecting evidence of positive adaptation despite significant life adversity.*”

A fim de delimitar melhor o campo, tornou-se fundamental entender os diversos sentidos que o termo resiliência ganhou ao longo dos anos de teorização a seu respeito. Como apontam Libório, Castro e Coêlho (2006), “é difícil lidar com a variação nas definições e no uso das terminologias na literatura teórica e de pesquisas sobre resiliência porque ela reflete pouco consenso, com variação substancial na operacionalização e avaliação dos construtos” (p. 108).

Minha preocupação com essas questões e a visualização de possibilidades de contribuição para as lacunas percebidas na teoria começaram a tomar uma dimensão muito maior do que o previsto para o que seria a revisão bibliográfica de um trabalho empírico. Por isso, resolvemos mudar os rumos de minha pesquisa e definimos que eu faria um trabalho teórico sobre resiliência, a fim de se enfrentar as imprecisões do conceito e de tornar possível que pesquisas empíricas subsequentes tratem o tema com mais rigor.

3- Reunindo o material

Assim, a partir dessa mudança de rumos no trabalho, a revisão bibliográfica ganhou uma nova dimensão passando a ser não um só ponto de partida ou uma referência para um trabalho prático, mas também a fonte de dados a serem analisados criticamente para constituir o cerne desta dissertação.

O critério para a reunião do material que foi utilizado para a revisão bibliográfica e para a análise documental se iniciou pela acessibilidade e se desenvolveu em direção aos autores referenciais e às fontes primárias identificadas. Posteriormente, foram buscados os textos que trariam esclarecimentos e apontamentos importantes sobre os temas a serem discutidos.

Em outras palavras, os primeiros textos analisados indicaram outros através de suas citações e referências bibliográficas. Os textos e autores mais citados foram então procurados e os principais autores de referência sobre o tema, tanto nacionais quanto internacionais, foram sendo evidenciados. A partir dos textos dos autores-chave da resiliência procurei encontrar suas fontes primárias, a fim de conhecer o processo histórico de construção do conceito para entendê-lo melhor.

Assim, primeiramente, os poucos livros brasileiros publicados sobre o assunto, assim como os poucos livros traduzidos, foram adquiridos; as duas dissertações produzidas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sobre o tema foram estudadas (Canelas, 2004; Silveira, 2006) e inúmeros artigos brasileiros, acessados.

Posteriormente, identifiquei como principais autores sobre o tema as brasileiras Débora D. Dell’Aglío, Maria Ângela M. Yunes e Heloísa Szymanski, Sílvia H. Koller; os anglo-saxões Ann Masten, Edith Grotberg, Emmy Werner e Ruth Smith, Michael Rutter, Suniya Luthar; os latino-americanos de língua espanhola Aldo Melillo, Elbio N.S. Ojeda, Francisca Infante, Mabel Munist e Maria Angélica Kotliarenco; e o europeu Boris Cyrulnik. A esta relação poderiam ser acrescentados outros nomes de pesquisadores que, embora não sejam tão citados ou tenham poucas publicações conhecidas na área, têm um trabalho relevante para o campo da resiliência. Entre outros, são exemplos destes casos as brasileiras Luisa H. A. P. Trombeta e Raquel S. L. Guzzo, Simone G. de Assis, Renata P. Pesce e Joviana Q. Avanci, o canadense Michael Ungar, o americano Jack Block e os portugueses José Tavares e Helena Ralha-Simões.

De modo geral, tive como método checar os dados apresentados nos textos dos autores mais citados em busca de uma reconstrução do conceito e do entendimento de suas ambivalências. Se se dizia que a resiliência vinha da física, eu ia buscá-la na física. Se algum autor apontava precursores do tema, eu ia em busca destes. Se eu via

que o termo invulnerabilidade era o termo antecessor da resiliência, eu tinha que entendê-lo em sua fonte. Se algum pesquisador referencial diferenciava resiliência de outros conceitos, como a própria invulnerabilidade, *coping* ou *hardiness*, tais conceitos eram buscados em suas fontes primárias para que fosse possível entendê-los bem a fim de se poderem estabelecer relações entre os mesmos e a resiliência. Se a literatura situava os estudos sobre o tema no movimento da Psicologia Positiva, tal movimento deveria ser mais bem conhecido.

Dessa forma, de “fonte em fonte”, fui conhecendo melhor o campo teórico da resiliência, identificando melhor seus conceitos e suas lacunas, suas imprecisões e até as leituras equivocadas que um autor fazia de outro.

As origens da resiliência foram reconstituídas e foi identificado um dado a elas relacionado que só aparece em textos de língua latina e que não tem correspondência em textos internacionais de língua inglesa – o fato de que a resiliência viria da física, amplamente repetido pelos autores brasileiros. O porquê dessa diferença entre os textos latinos e anglo-saxões foi buscado através de uma investigação no campo da resistência dos materiais e na etimologia, o que permitiu que se levantasse uma hipótese a respeito dessa possível origem do conceito.

Ao longo do processo de análise do material reunido, ficaram cada vez mais explícitas, como já foi dito, a diversidade de definições de resiliência e as várias formas de tomar o assunto. Tais formas foram organizadas e diferenciadas de acordo com as teorias que as embasam e analisadas criticamente. Isso possibilitou uma organização do campo e um caminho para uma melhor delimitação do conceito. As perguntas a serem respondidas nesta dissertação foram encontrando um caminho esclarecedor.

O que seria e o que não seria resiliência, afinal? De onde vem esse conceito? E essa palavra? Quais são os termos precursores? E os autores? A resiliência seria um

traço de personalidade ou um processo? Como se relacionam resiliência, ajustamento e adaptação, em seus vários sentidos? Como se concatenam, nas teorias sobre a resiliência, os constructos associados de *coping*, fatores de risco, fatores de proteção, vulnerabilidade? O que diferencia a resiliência de conceitos de outras abordagens, como a tendência atualizante da Psicologia Humanista, o conceito de *hardiness*/robustez? Como esses citados conceitos podem ser organizados de forma a ajudar na delimitação da definição de resiliência?

Mas é importante esclarecer que a pesquisa bibliográfica aqui realizada não abarcou nem procurou abarcar todo o material disponível sobre a resiliência. No decorrer da análise documental, textos foram procurados ou não, utilizados ou dispensados, de acordo com sua utilidade para responder às perguntas acima.

A seguir, a organização do material utilizado na análise.

4- O corpus da pesquisa: três correntes de estudos e a literatura brasileira

Alguns autores apontam que os estudos sobre a resiliência podem ser organizados em três correntes: a norte-americana ou anglo-saxônica, a européia e a latino-americana (Ojeda, 2004; Fantova, 2008). Realmente, a partir de uma revisão bibliográfica mais ampla é perceptível a diferença no “tom” dos textos sobre resiliência. A corrente norte-americana seria mais pragmática, mais centrada no indivíduo, tomando como avaliação da resiliência dados observáveis e quantificáveis, comumente com enfoque behaviorista ou ecológico transacional. A resiliência aqui surge como produto da interação entre o sujeito e o meio em que está inserido. A européia teria uma perspectiva ética, mais relativista, com enfoque comumente psicanalítico, tomando a visão do sujeito como relevante para a avaliação da resiliência. De acordo com Fantova

(2004), para esta corrente, a resposta do sujeito às adversidades transcende os fatores do meio, é “tecida” a partir da dinâmica psicológica da pessoa, o que possibilita uma narrativa íntima e uma narrativa externa sobre a própria vida. Já a corrente latino-americana, é mais comunitária, enfocando o social como resposta aos problemas do sujeito em meio às adversidades.

É importante observar, no entanto, que, embora haja diferenças bem claras nas formas de concepção de resiliência nas três correntes, sempre há autores que têm suas idéias mais correlatas a uma corrente de origem diferente à sua localização geográfica. Michael Ungar, por exemplo, é canadense e poderia estar partilhando das idéias de seus vizinhos americanos, mas propõe um estudo mais qualitativo da resiliência, utilizando de metodologias de história de vida (Ungar, 2005). A literatura brasileira sobre o tema, por sua vez, apesar de ser produzida na América Latina, guarda mais semelhanças com a corrente americana do que com a latina, embora seja mais crítica que a americana.

No Brasil, foi possível identificar que o estado do Rio Grande do Sul é o que mais produz sobre resiliência. O maior propulsor de trabalhos do estado é o Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua, o CEP-RUA, criado originalmente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pela professora Sílvia Helena Koller, com o objetivo de pesquisar a população de rua, como o próprio nome do Centro indica.

O CEP-RUA

reúne psicólogos, estudantes de graduação, Mestrado e Doutorado em Psicologia e profissionais de áreas afins interessados nas em estudos sobre crianças, famílias e adolescentes em situação de risco social e pessoal, com ênfase na promoção de saúde, resiliência e avaliação de redes de apoio social e afetivo. (www.msmedia.com/ceprua, acesso em 14/07/2009).

A partir da criação do centro de estudos na UFRGS, núcleos de pesquisa foram sendo formados em seu interior, como o NEPA – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Adolescência, e o NEPRPP – Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Resiliência e Psicologia Positiva, assim como outras universidades do estado do Rio Grande do Sul constituíram seus próprios CEP-RUA, como grupos acadêmicos independentes do da UFRGS, mas “inspirados” nele. Atualmente, há um centro de estudos na FURG (Fundação Universidade do Rio Grande), na Universidade de Caxias do Sul e em Novo Hamburgo.

Considerando-se o CEP-RUA original, na UFRGS, com todos os seus núcleos de pesquisa, e as filiais em outras instituições, pode-se dizer que os pesquisadores que os integram são responsáveis por grande parte dos artigos produzidos no Brasil sobre resiliência. Particularmente as coordenadoras Sílvia H. Koller, Débora Dalbosco Dell’Aglio (da UFRGS) e Maria Ângela Mattar Yunes (da FURG) produziram e produzem muito sobre o tema, geralmente a partir da perspectiva da Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner¹⁶ e/ou da Psicologia Positiva (Antoniuzzi, Dell’Aglio e Bandeira, 1998; Dell’Aglio, Koller e Yunes, 2006; Lisboa e colaboradores, 2002; Poletto e Koller, 2008; Yunes e Szymanski, 2001, 2005 entre outros).

A abordagem Ecológica é um modelo que se aplica bem ao entendimento da resiliência como um processo dinâmico e interacional em que ambiente e indivíduo interagem em uma relação recíproca. Infante (2005, p. 25) explica:

A perspectiva que norteia o modelo ecológico-transacional de resiliência consiste em o indivíduo estar imerso em uma ecologia determinada por diferentes níveis, que interatuam entre si, exercendo uma influência direta em seu desenvolvimento humano. Os níveis que formam o marco ecológico são: o individual, o familiar, o comunitário (vinculado aos serviços sociais), e o cultural (vinculado aos valores sociais). Ao decifrar esses processos

¹⁶ Bronfenbrenner, U. (1981). *Ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. (Publicado em língua portuguesa pela Artmed Editora, em Porto Alegre, 1996, sob o título: *A ecologia do desenvolvimento humano*.)

dinâmicos de interação entre os diferentes níveis do modelo ecológico, poder-se-á entender melhor o processo imerso na resiliência.

Já a Psicologia Positiva é um movimento da psicologia contemporânea focado nos aspectos potencialmente saudáveis do homem, ao invés de focalizar os aspectos psicopatológicos como faz a psicologia tradicional. De acordo com Snyder e Lopez (2009), “é o enfoque científico e aplicado da descoberta das qualidades das pessoas e da promoção de seu funcionamento positivo”. Yunes (2006) aponta a resiliência como um “construto inserido nas prioridades de investigação da Psicologia Positiva” (p. 43).

Além do estado do Rio Grande do Sul ser o maior produtor de estudos sobre a resiliência no país, ele é também o precursor. Foram justamente pesquisadores do Rio Grande do Sul que produziram os primeiros trabalhos de resiliência no país, em 1996, o que se deu aproximadamente 20 anos depois que os americanos e os ingleses começaram a pesquisar sobre o tema. De acordo com Souza e Cervený (2006b), que fizeram um levantamento bibliográfico nas bases de dados CAPES, SciELO e Universia, percebe-se que os dois primeiros trabalhos publicados naquele ano sobre resiliência têm como autor ou co-autor o professor doutor da UFRGS, Cláudio S. Hutz¹⁷ e um deles têm como co-autora a fundadora do CEP-RUA/UFRGS, a professora doutora Sílvia H. Koller (Hutz, Koller e Bandeira, 1996).

Depois do CEP-RUA, pode se considerar a Fundação Oswaldo Cruz (Fioruz) e o seu Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES), do Rio de Janeiro, como outro pólo produtor sobre o tema no Brasil. Já produziram um livro (Assis, Pesce e Avanci, 2006) que divulga pesquisa sobre

¹⁷ Hutz, C. S. (1996) Resiliência psicossocial: fatores de proteção e vulnerabilidade [anais]. Reunião Anual de Psicologia [on-line], 26. Disponível: www.universiabrasil.net/teses; Hutz, C. S.; Koller, S. H. e Bandeira, D.R. (1996) Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. Em S. H. Koller (org.) *Aplicações da psicologia na melhoria da qualidade de vida*. (Coletâneas da ANPEPP, no 12, pp.79-86) Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

resiliência com adolescentes, além de artigos referenciais (Junqueira e Deslandes, 2003; Pesce, Assis, Santos e Oliveira, 2004; Vergara, 2008; entre outros).

A revisão bibliográfica não evidenciou outro grupo de pesquisa brasileiro interessado particularmente em resiliência, mas pesquisadores independentes em São Paulo (Goes, 2004; Sapienza e Pedromônico, 2005; Souza e Cerveny, 2006a e b entre outros), Minas Gerais (Canelas, 2004; Silveira, 2006 e 2008), Espírito Santo (Martins, 2007), Distrito Federal (Couto-Oliveira, 2007; Silva e Alves, 2007) e Ceará (Lemos e Cavalcante Júnior, 2006).

Apesar da grande produção do sul do país e do grupo de pesquisa CEP-RUA interessado particularmente em resiliência, é interessante notar que há mais disponibilidade de teses e dissertações sobre resiliência em São Paulo do que naquela região.

Os documentos reunidos para análise neste trabalho (artigos, livros, teses e dissertações) são oriundos da literatura brasileira e das três correntes citadas, embora seja visível que há mais textos da corrente anglo-saxônica do que das outras. Esse maior número de textos anglo-saxões se deve ao fato de não ser nosso objetivo nos pautar por essa organização fazendo um trabalho comparativo entre as três correntes. Interessa-nos mais discorrer sobre o campo, traçando a trajetória da resiliência desde seus primórdios para entender suas origens até podermos visualizar como se organizam os conceitos do tema hoje em dia. Uma vez que as origens do conceito se situam nas pesquisas de americanos e ingleses, que se tornaram as bases para os desenvolvimentos posteriores do tema, os textos desses autores são dominantes na presente pesquisa.

Além de textos da psicologia e psiquiatria, integram o *corpus* de pesquisa deste trabalho, livros da física ou engenharia sobre Resistência dos Materiais, que

situam a resiliência nessas áreas, e dicionários que ajudaram na compreensão das origens etimológicas do termo “resiliência”.

Abaixo, a explicitação do material utilizado neste trabalho:

- 7 livros sobre Resistência dos Materiais, sendo 1 internacional sobre a história da disciplina (Timoshenko, 1953); 3 internacionais traduzidos (Beer e Johnston Jr, 1989; Nash, 1982; Timoshenko, 1976) e 3 nacionais (Amaral, 2002; Pinto, 2002; Silva Júnior, 1974);

- 10 dicionários, sendo 1 de inglês (Fowler, Fowler e Allen, 1990), 2 português-inglês (Novo Michaelis Dicionário Ilustrado, 1971; Torcato, 1997), 2 inglês-português (Houaiss e Avery, 1970; The New Michaelis Illustrated Dictionary, 1972;), 2 de português (Ferreira, 1986; Garcia, 1974;), 2 de latim (Faria, 1967; Saraiva, 2000;) e 1 português-inglês e inglês-português (The Oxford Portuguese Dictionary, 2002);

- Da literatura anglo-saxônica, 10 livros, sendo 3 traduções (Flach, 1991; Snyder e Lopez, 2009; Walsh, 2005) e 7 na língua original inglesa (Luthar, 2003; Wolin e Wolin, 1993; Grotberg, 1999; Anthony e Cohler, 1987c; Werner e Smith, 1989, 1992, 2001);

- Da literatura européia, 3 livros, sendo um traduzido para o espanhol (Cyrulnik, 2001) e 2, para o português (Cyrulnik, 2003; 2005);

- 4 livros da literatura latino-americana, sendo um traduzido para o português (Melillo e Ojeda, 2005) e 3 no espanhol original (Kotliarenco, Cáceres e Fontecilla, 1997; Melillo, Ojeda e Rodríguez, 2004; Munist, Santos, Kotliarenco, Ojeda, Infante e Grotberg, 1998);

- 4 livros brasileiros (Dell’Aglío, Koller e Yunes, 2006; Trombeta e Guzzo, 2002; Assis, Pesce e Avanci, 2006; Hoch e Rocca L., 2007);

- 2 livros “híbridos”, isto é, com autores de diferentes correntes: Grotberg (2006), que reúne textos de autores americanos e latino-americanos; e Tavares (2001), que reúne textos de autores portugueses e brasileiros;

- 29 artigos de autores anglo-saxões, incluindo textos sobre *coping* e *hardiness* (Block, 1999; Block e Kremen, 1996; Blum, 1997; Bonanno, 2004; Contrada, 1989; Folkman, Lazarus, Dunkel-Schetter, DeLongis e Gruen, 1986; Foster, 1997; Kalawski e Haz, 2003; Kobasa e Puccetti, 1983; Lindström, 2001; Luthar, 1991; Luthar e Zigler, 1991; Maddi, 2002, 2005, 2008; Martineau, 2001; Masten, 2001; Masten e Coatsworth, 1998; Roth, Wiebe, Fillingim, Shay, 1989; Rutter, 1985; Rutter, 1993a e b; Steinhauer, 2001; Tugade, Fredrickson, Barret, 2004; Ungar, 2005a e b; Ungar, Brown, Liebenberg, Cheung, Levine, 2008; Waller, 2001; Woodard, 2004);

- 22 artigos brasileiros (Antoniuzzi, Dell’Aglia e Bandeira, 1998; Castro, 2005; Góes, 2004; Hutz, Koller e Bandeira, 1996; Junqueira e Deslandes, 2003; Lemos e Cavalcante Júnior, 2006; Lisboa, Koller, e colaboradores, 2002; Pesce, Assis, Santos e Oliveira, 2004; Pesce, Assis, Santos, Malaquias e Carvalhaes, 2005; Molina-Loza, 2003; Pinheiro, 2004; Poletto e Koller, 2008; Sapienza, Pedromônico, 2005; Silva e Alves, 2007; Silva, Elsen, Lacharité, 2003; Silveira e Mahfoud 2008; Souza e Cerveny, 2006a e b; Vergara, 2008; Wagner e Silveira, 2007; Yunes 2003; Yunes, Mendes e Albuquerque, 2005; Yunes e Szymanski, 2005);

- 11 Teses e dissertações brasileiras (Balancieri, 2007; Barbosa, 2006; Canelas, 2004; Cecconello, 2003; Couto-Oliveira, 2007; Job, 2000; Martins, 2007; Poletto, 2007; Rachman, 2008; Santos, 2006; e Silveira, 2006) e 1 espanhola (Fantova, 2008);

- Além de livros e artigos de história, história da psicologia, psicologia geral, psicologia humanista-existencial etc. que foram usados nas análises deste trabalho.

Assim, a partir desse material são investigados: o fato de a resiliência ter sido uma idéia importada da física; o uso da palavra resiliência na psicologia e sua origem etimológica; a história dos estudos do tema; seus pesquisadores e estudos precursores; e as formas como a resiliência é definida. São discutidos: os conceitos de *coping*, fatores de proteção e risco, vulnerabilidade e fatores de resiliência. São apresentados como opção de delimitação do campo de estudo os conceitos: invulnerabilidade, resistência ao estresse; *hardiness*/robustez; tendência atualizante.

A partir de tudo isso, espera-se trazer uma maior precisão ao conceito de resiliência contribuindo para um maior rigor nas pesquisas empíricas sobre o tema.

Vamos então aos resultados.

I- RESULTADOS

1.1- Saltando para trás: problematizando as origens do conceito de resiliência

1.1. Buscando o entendimento através da física

Na literatura brasileira, pode-se dizer que há um consenso a respeito do conceito da resiliência ser originário da física ou do termo “resiliência” ter sido “importado” dessa disciplina (Assis, Pesce e Avanci, 2006; Balancieri, 2007; Couto-Oliveira, 2007; Junqueira e Deslandes, 2003; Libório, Castro e Coelho, 2006; Molina-Loza, 2003; Poletto, 2007; Poletto e Koller, 2006, 2008; Rocca L., 2007; Souza e Cerveny, 2006 a e b; Trombeta e Guzzo, 2002; Yunes, 2003; Yunes, Mendes e Albuquerque, 2005; Yunes e Szymanski, 2001, entre outros).

E, realmente, é o conceito de resiliência ligado à física e engenharia que domina os verbetes de dicionários e enciclopédias brasileiros, embora alguns já introduzam as elaborações da psicologia sobre o assunto. A explanação da enciclopédia eletrônica Wikipedia é um exemplo de como são tratadas algumas noções sobre o tema às quais o senso comum tem acesso. Segundo a enciclopédia, a resiliência

se refere à propriedade de que são dotados alguns materiais, de acumular energia quando exigidos ou submetidos a estresse, voltando em seguida ao seu estado original, sem qualquer deformação - como um elástico ou uma vara de salto em altura, que se verga até um certo limite sem se quebrar e depois retorna com força, lançando o atleta para o alto. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Resili%C3%Aancia>, acesso em 20/11/2007.)

E completa:

A psicologia tomou emprestada essa imagem, definindo **resiliência** como a capacidade do indivíduo lidar com problemas, superar obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas - choque, estresse, etc. - sem entrar em surto psicótico.

A despeito da simplificação do tema no verbete, a explanação acima reuniu idéias que integram a conceituação da psicologia sobre o tema. O uso da imagem de um

elástico que, sofrendo uma pressão, modifica sua estrutura original para, em seguida, voltar a ela, ou de uma vara de bambu ou de metal que se enverga, mas não quebra, são comumente utilizadas como ilustrações para o conceito de resiliência.

Segundo Tavares (2001),

Quer na mecânica quer na física quer na medicina, há a idéia de material sólido, de textura fiável, flexível e consistente, saudável, subjacente ao conceito de resiliência que permite a esse objecto ou sujeito, que no fundo não são mais que “pacotes” de energia, de informação a diversos e mais ou menos elevados níveis de complexidade e organização, capazes de auto-regular-se e auto-recuperar-se, voltar à sua forma ou posição inicial. (p. 46)

É importante considerar, no entanto, a despeito dos pontos em comum das conceituações da resiliência na psicologia, na física e em outras áreas que utilizam o conceito, que não se pode perder de vista as peculiaridades de cada ramo do conhecimento e sua forma própria de se apropriar de um termo e teorizar sobre ele. Yunes e Szymanski (2001, p. 16) alertam que se deve considerar “que a Psicologia apropriou-se de um conceito construído dentro de um modelo matemático e devemos ter muita cautela para não incorrer em comparações indevidas”.

Uma diferença fundamental entre a resiliência estudada pela física e aquela pela psicologia foi ressaltada por Junqueira e Deslandes (2003) no que se refere ao retorno do ente (objeto ou pessoa) ao seu estado anterior à pressão sofrida. A resiliência, para a psicologia, em algumas de suas conceituações, envolve algo além do retorno ao que se era antes, pois envolve um crescimento a partir da superação da pressão. Logo, a resiliência do ser humano pode significar que, após sofrer um abalo, uma “deformação em sua estrutura”, o homem não só se recupera deste abalo, voltando ao que era antes, como se torna mais forte ou melhor depois dele. Poletto (2007) é mais incisiva a respeito dessa questão ao afirmar que a idéia de voltar à forma original após o impacto de um estressor está superada, pois “o sujeito aprende, cresce, desenvolve e amadurece” (p. 17).

Mas se tantos autores da psicologia apontam para a origem física do termo e do conceito “resiliência”, torna-se importante entender como essa ciência trata o assunto.

Nas ciências exatas, o termo integra os estudos sobre resistência dos materiais e já era usado desde, pelo menos, 1807, quando o inglês Thomas Young publicou a obra¹⁸ em que a noção de módulo de elasticidade foi introduzida pela primeira vez. Segundo Timoshenko (1953), nesta obra, Young fala de resiliência ao apresentar uma discussão sobre fraturas de corpos elásticos produzidas por impacto. Ao que parece, no entanto, o significado de resiliência para esse pesquisador não é o mesmo dos dias atuais, embora guarde semelhanças. Em determinado momento de seu texto, Young diz: ... “o poder de resistir a um movimento muito rápido, o qual eu, em outra ocasião, arrisquei chamar resiliência”¹⁹ (Timoshenko, 1953, p. 98).

Young pode ser considerado um dos precursores do uso do termo porque, além da citação acima, a palavra “resiliência” no índice remissivo da obra de Timoshenko (1953)²⁰ sobre história da Resistência dos Materiais remete ao inglês, não apresentando mais nenhum cientista que tenha usado o termo antes dele.

Atualmente, para a disciplina Resistência dos Materiais, a resiliência é definida como a capacidade de um material de “absorver energia na região elástica” (Nash, 1982, p. 5), sendo a região elástica aquela capaz de voltar à forma original quando finda a causa de sua deformação (Pinto, 2002). Beer e Johnston Junior (1989) explicam que “a capacidade do material estrutural suportar um impacto sem ficar

¹⁸ Young, T. (1807) *A course of lectures on natural philosophy and the mechanical arts.*, London: Johnson (2 vol.).

¹⁹ “... *power of resisting a very rapid motion, which I have, on another occasion, ventured to call resilience*”.

²⁰ Este livro é a mesma fonte bibliográfica citada pela pesquisadora Maria Ângela Mattar Yunes em vários de seus trabalhos sobre o tema (Yunes e Szymanski, 2001; Yunes, 2003; 2006). Porém, aparece nestes trabalhos com a seguinte referência imprecisa: Timosheibo, S.P. (1983) *History of strength of materials*. Stanford, Stanford University Press. É importante que se faça essa correção já que muitos pesquisadores sobre resiliência usam essa referência como fonte secundária, a partir dos trabalhos muitíssimo citados de Yunes.

deformado permanentemente depende de sua resiliência” (p. 522). Físicos e engenheiros utilizam a noção de módulo de resiliência para calcular a quantidade máxima de energia que um dado material pode absorver ao ser submetido a determinado impacto, deformando-se sem se romper e voltando posteriormente à forma primitiva. Tal noção relaciona-se ao limite de elasticidade do material.

Observamos que a idéia que uma das concepções que a psicologia tem da resiliência – de modo geral, capacidade para se recuperar de abalos sofridos ou de se abalar e voltar ao que se era antes do abalo – tem mais a ver com o conceito físico da elasticidade do que propriamente de resiliência. Isso porque a elasticidade seria a característica dos materiais de se deformarem e voltarem à sua forma original após o fim da causa da deformação (Pinto, 2002). Para que se deformem sem se romper é necessária a resiliência que implica na absorção da energia do impacto.

Mas nem tudo que resiste a pressões ou a abalos apresenta resiliência, pois há materiais que sob pressão não se deformam e, nesses casos, o material nem absorveria a energia do impacto. Estes materiais seriam considerados resistentes, mas não elásticos. Quando um material resiste a um impacto deformando-se pouco ou nada, ele é considerado rígido (Amaral, 2002). Este material, após certo limite de força aplicada sobre ele, se rompe de maneira irreversível, sem ter havido deformação. Um material elástico, por sua vez, também pode se romper ou sofrer outro tipo de deformação permanente, mas somente depois de ultrapassado seu limite de elasticidade e seu “módulo de resiliência”, ou seja, a quantidade de energia passível de ser absorvida. Na definição de Timoshenko (1976, p. 312) o módulo de resiliência é definido como “a maior quantidade de trabalho específico de deformação que pode ser acumulado numa barra sem deformação permanente.”

A partir deste entendimento dos conceitos da Resistência dos Materiais, caso se quisesse transpor de forma mais fidedigna o conceito de resiliência da física para a psicologia ou as ciências humanas estudarem, ao se focalizar a resiliência das pessoas, os estudos deveriam investigar o quanto as pessoas poderiam suportar de pressão, ou de estresse, antes de apresentarem abalo psicopatológico irreversível. Já se os estudos quisessem observar como as pessoas se abalam, se transformam sob uma pressão e se recuperam posteriormente, eles estariam investigando a elasticidade (psicológica) humana. Com isso, parece que, se o conceito de resiliência usado pela psicologia foi originado na física, na resistência dos materiais, ele foi transposto de maneira distorcida, pois se relaciona mais com o conceito de elasticidade do que de resiliência.

Além dessas observações sobre os conceitos físicos, chamou a atenção o fato de que, em seis livros pesquisados sobre Resistência dos Materiais, ampla e atualmente usados, o assunto não aparece em dois (Amaral, 2002; Pinto, 2002), tem poucas linhas dedicadas ao conceito em três (Nash, 1982; Beer e Johnston Junior, 1989; Silva Júnior 1974) e, no livro do autor mais importante da área (Timoshenko, 1976), aparece em nota de rodapé (p. 312). Com isso, se tem a impressão de que, hoje, o termo “resiliência” é mais utilizado pelas ciências humanas e pela psicologia, do que pelas ciências exatas. E parece pouco provável que um assunto que nas ciências exatas seja dotado de tão pouca significância tenha ultrapassado o limite de uma área de conhecimento para gerar interesse dos pesquisadores da psicologia.

1.2. Resiliência na ponta da língua: origens etimológicas

Já em relação às origens etimológicas, pode-se dizer que a palavra “resiliência” comporta a idéia, presente na física, de um retorno ao que se era. A palavra

vem do latim *resilio, resilire*. *Resilio*,²¹ de acordo com dois dicionários latim-português (Faria, 1967; Saraiva, 2000), seria derivada de *re* (partícula que indica retrocesso) e *salio* (saltar, pular), significando saltar para trás, voltar saltando.

No Brasil, o termo “resiliência”, até ser utilizado, a partir do fim da década de 1990, nos estudos de psicologia e se espalhar para um público leigo através de matérias de auto-ajuda veiculadas na mídia, era desconhecida da maior parte da população. Não fazia parte do vocabulário coloquial brasileiro. E o que se poderia saber sobre ele nos dicionários, que refletem o uso que os falantes da língua fazem de uma palavra, era seu significado técnico ligado à física. O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (Ferreira, 1986), por exemplo, traz as seguintes definições para a palavra “resiliência”:

Resiliência [do ingl. *resilience*] S.f. 1. Fís. Propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora de uma deformação elástica. 2. Fig. Resistência ao choque.

O oposto parecia acontecer com as palavras “*resilience*” e “*resiliency*” na língua inglesa. Ao que tudo indica, provavelmente há mais de 30 anos, elas já faziam parte do vocabulário coloquial de falantes de língua inglesa, com uma significação menos “técnica”, menos ligada à física, e mais relacionada a fenômenos humanos. Yunes (2001, 2003, 2006), buscando também a significação para a resiliência em dicionários de Inglês (Longman²²) e português (Novo Aurélio), já havia notado essa diferença na atribuição de significados das duas línguas. Ela apontou que o dicionário de inglês que examinou coloca a definição ligada a fenômenos humanos em primeiro plano, confirmando, na língua inglesa, uma maior familiaridade ou prioridade para o uso do termo nesse tipo de fenômeno. Segundo Yunes (2003, p. 76), o dicionário

²¹ Tavares (2001, p. 46) comete uma incorreção ao dizer que resiliência viria de *re* + *salio*, significando “ser elástico”. Se ele se referiu à origem latina da palavra, essa significação não confere.

²² Longman Dictionary of Contemporary English (1995). (3a ed.) Harlow: Longman Dictionaries.

Longman traz a seguinte definição: “habilidade de voltar rapidamente para o seu usual estado de saúde ou de espírito depois de passar por doenças, dificuldades etc.: resiliência de caráter”²³.

Essa maior familiaridade da língua inglesa com a palavra resiliência fica muito evidente quando se observam dicionários bilíngües em suas duas versões: inglês-português e português-inglês. Os conhecidos dicionários Michaelis (Novo Michaelis Dicionário Ilustrado, 1971; The New Michaelis Illustrated Dictionary, 1972) e Oxford (Fowler, Fowler e Allen, 2002) não apresentam a palavra resiliência, para ser traduzida do português para o inglês, mas apresentam as palavras “*resilient*”, que corresponde ao adjetivo “resiliente”, e “*resilience/resiliency*”, correspondente a resiliência, para serem traduzidas para o português. Oxford diz que, enquanto “*resilient*” significa “elástico” ou “resistente”, “*resilience*”, quer dizer “elasticidade” ou “resistência”. Michaelis traz como traduções para “*resilience*”, elasticidade, ressaltado e alegria; e, para “*resilient*”, “que ressalta, elástico, que se recupera prontamente, alegre, jovial”. De forma semelhante, o dicionário Barsa (Houaiss e Avery, 1970, p. 460) define “*resilience, -cy*” como “elasticidade, capacidade de rápida recuperação (saúde, bom humor, etc).” Interessante notar que nenhum dos três dicionários citados aponta as palavras “resiliente” e “resiliência” como traduções para “*resilient*” e “*resiliency/resilience*”. É como se não existissem no português, termos equivalentes aos vernáculos da língua inglesa.

Por outro lado, esses significados citados já estavam presentes em 1970, no dicionário de inglês Barsa, e, em 1972, no Michaelis, pelas datas das edições examinadas. Isso nos faz perceber que, antes que os primeiros artigos que a psicologia produziu sobre o tema da resiliência aparecessem, a palavra já era, com muita

²³ Em inglês: “*the ability to return quickly to your usual health or state of mind after suffering an illness, difficulties etc.: resilience of character.*”

probabilidade, usada pelos falantes da língua inglesa, o que não acontecia com os falantes brasileiros do português. Vai ao encontro dessa idéia, o fato de o próprio dicionário Aurélio, citado mais acima, atribuir a origem da palavra à língua inglesa, ainda que aponte uma origem latina para o verbo “resilir”. Kalawski e Haz (2003, p. 366) também creditam ao inglês a origem do termo espanhol “*resiliencia*”, explicando que este é uma “castelhanização” das palavras “*resiliency/resilience*”.

Sabe-se que o fato de uma palavra constar em um dicionário não garante que ela seja usada realmente, mas serve como indicativo. Por outro lado, a palavra que não consta pode indicar seu pouco uso ou até sua inexistência na língua do dicionário.

Pela análise do vernáculo em dicionários de português, deduzimos que os falantes do português de Portugal já conheciam a palavra resiliência antes dos brasileiros, talvez pelo acesso anterior que os europeus tiveram ao que era dito sobre o tema, talvez pelo vocabulário coloquial do país ter o termo incorporado ao vocabulário. Isso pode ser inferido pelo fato de o dicionário português Lello (Torcato, 1997), versão português-inglês, no ano em que os primeiros artigos brasileiros sobre o tema foram publicados, já trazer o que aparece uma tradução leiga para os termos “resiliência” e “resiliente”: respectivamente, “*resilience, resiliency, elasticity*” e “*resilient, rebounding, elastic*”.

1.3. Discutindo a origem física da resiliência e a escolha do termo para os estudos

Essas considerações a respeito da palavra “resiliência” na língua portuguesa e na inglesa e do conceito na disciplina da Resistência dos Materiais se prestam a questionar a idéia de que a noção de resiliência para a psicologia veio da física ou das

ciências exatas. Começamos esse questionamento após a observação de que tal origem física só é relatada pela literatura brasileira e por alguns outros autores de língua latina, mas não é dito em nenhum momento pelos precursores das pesquisas (anglo-saxões) e pelos principais pesquisadores internacionais sobre o tema, como Michael Rutter, Norman Garnezy, Ann Masten, Emmy Werner e Ruth Smith, Michael Ungar, Edith Grotberg, Suniya Luthar, entre outros.

Na literatura brasileira, é praticamente unanimidade creditar à física a origem dos estudos da resiliência. Além dos brasileiros, encontramos alguns autores de língua de origem latina que também apontam que a resiliência teria essa origem (Cyrulnik, 2001; Fantova, 2008).

Mas, pelo menos no Brasil, é interessante notar que isso começou a ser propagado de maneira maciça desde que Maria Ângela Mattar Yunes (2001; 2003; 2006; Yunes e Szymanski, 2001; 2005) começou a publicar os textos em que dá a entender que a noção para a psicologia viria da física, embora, nem sempre, afirme isso categoricamente. A autora fala do tema em relação à ciência exata, de sua origem e significado neste campo de conhecimento e das conceituações para a física trazidas em dicionários.

A partir dessas publicações, que se tornaram referenciais, quase todos os autores brasileiros interessados no tema passaram a reproduzir essa informações, citando Yunes, mas afirmando mais objetivamente que a resiliência da psicologia tinha sua origem na física (Assis, Pesce e Avanci, 2006; Balancieri, 2007; Couto-Oliveira, 2007; Junqueira e Deslandes, 2003; Molina-Loza, 2003; Poletto, 2007; Poletto e Koller, 2006, 2008; Rocca L., 2007; Souza e Cerveny, 2006 a e b; Yunes, Mendes e Albuquerque, 2005; entre outros). Os poucos textos sobre resiliência que existiam no

país antes dessas publicações de Yunes não traziam esses dados, o que pode ser percebido na publicação de 1996, de Hutz, Koller e Bandeira.

Tem-se a impressão de que os pesquisadores de língua latina necessitam de uma explicação objetiva para o uso crescente de uma palavra desconhecida em seus estudos. Com isso, acabam por atribuir o conceito da resiliência a outras ciências. Trombeta e Guzzo (2002, p. 16), por exemplo, apontam que, de acordo com Flach (1991) ²⁴, “o termo [resiliência] foi importado de outras ciências e empregado na psicologia para designar a capacidade de resistir, a força necessária para a saúde mental durante a vida.” Porém, o que Flach escreveu em seu texto não corresponde à interpretação das autoras acima. Ele diz:

O conceito de resiliência provavelmente ficou muito tempo fermentando em minha mente subconsciente. Não há dúvida de que isso foi estimulado pelo estudo dos clássicos no 2º grau, mas só ganhou forma depois que me formei médico e psiquiatra e vim a conhecer o significado de estresse, a adversidade, a ruptura e a renovação (...). O que é resiliência? É o termo que escolhi para descrever as forças psicológicas e biológicas exigidas para atravessarmos com sucesso as mudanças em nossas vidas. (p. 11).

Na página seguinte, o autor completa: “Claro, a resiliência não é uma questão meramente psicológica. É física também. Ter resiliência exige que os processos fisiológicos dos nossos corpos, ativados pelo estresse, funcionem bem” (p. 12). E mais adiante: “A essas forças necessárias para administrar os ciclos de ruptura e reintegração ao longo das nossas vidas eu denominei resiliência; e é essa capacidade que está no cerne do que chamamos de saúde mental” (p. 61). Nesses trechos é possível observar que ele não diz que o termo veio de outras ciências. Diz que o conceito, não o termo, foi estimulado pelos estudos do ensino médio; diz que o termo foi escolhido por ele ²⁵, mas

²⁴ As autoras apontam o ano de 1988 para a citada referência. Porém, 1988 é o ano da publicação original da obra, na língua inglesa. Em português, a primeira edição é o de 1991.

²⁵ Nesses trechos, o autor americano Frederic Flach dá a entender que foi ele o criador ou o proponente do conceito da resiliência, o que não é apontado pela literatura referencial internacional. Seu livro também não apresenta referências bibliográficas para que se possam confirmar suas informações.

não diz de onde o tirou; e, por fim, relaciona a física à resiliência, mas no sentido de que ela faria parte da dinâmica do corpo físico da pessoa.

O trecho abaixo, de Munist e colaboradores (1998), explica a respeito do início do uso do termo e nos servirá de exemplo para mostrar como as informações, dependendo da maneira como são dispostas, podem levar a interpretações equivocadas:

Desde a década de 1980, existe um interesse crescente por ter informação sobre aquelas pessoas que desenvolvem competências apesar de terem sido criadas em condições adversas, ou em circunstâncias de apresentar patologias mentais ou sociais. Concluiu-se que o adjetivo “resiliente” tomado do inglês “*resilient*”, expressava as características mencionadas anteriormente e que o substantivo “resiliência” expressava essa condição. Em espanhol e em francês (*résilience*) se emprega em metalurgia e engenharia civil para descrever a capacidade de alguns materiais de recobrar sua forma original depois de serem submetidos a uma pressão deformadora. Assim, o termo foi adotado pelas ciências sociais para caracterizar aqueles sujeitos que, apesar de nascerem e viverem em condições de alto risco, se desenvolvem psicologicamente sãos e socialmente exitosos²⁶. (p. 8)

Tal trecho, retirado de importante obra da literatura latino-americana sobre resiliência, o *Manual de Identificación e promoción de la resiliencia*, é claro ao dizer que os termos “resiliente” e “resiliência” foram tomados do inglês para nomear o que estava sendo estudado. Também é claro ao dizer que a palavra, no espanhol e no francês, não pertencia ao vocabulário da psicologia ou das Ciências Sociais. Porém, possibilita uma interpretação equivocada nas orações finais ao dizer que o termo foi adotado pelas Ciências Sociais, logo depois de defini-lo em relação às ciências exatas, dando a entender que as Ciências Sociais tomaram o termo da metalurgia e engenharia.

²⁶ “Desde el decenio de los años ochenta ha existido un interés creciente por tener información acerca de aquellas personas que desarrollan competencias a pesar de haber sido criado en condiciones adversas, o en circunstancias de presentar patologías mentales o sociales. Se concluyó que el adjetivo “resiliente” tomado del inglés “*resilient*”, expresaba las características mencionadas anteriormente y que el sustantivo “resiliencia” expresaba esa condición. En español y en francés (*résilience*) se emplea en metalurgia e ingeniería civil para describir la capacidad de algunos materiales de recobrar su forma original después de ser sometidos a una presión deformadora. Así, el término fue adoptado por las ciencias sociales para caracterizar a aquellos sujetos que, a pesar de nacer e vivir en condiciones de alto riesgo, se desarrollan psicológicamente sanos y socialmente exitosos”.

É bastante perceptível como os autores de língua inglesa não se preocupam em explicar a origem do termo resiliência em seus trabalhos. Não atribuem à física o uso do termo, embora às vezes utilizem, para ilustrar suas idéias, símiles que usam a constituição física de algum material. Por outro lado, é muito comum que, pesquisadores de línguas latinas, como os brasileiros, que não tinham o termo em seu vocabulário, queiram justificá-lo e, então, atribuí-lo às Ciências Exatas.

Um exemplo interessante desse fato aparece em um texto do pesquisador Michael Rutter. Esse autor, precursor dos estudos, referência importante para a psicologia e psiquiatria, publicou em 1993 (Rutter, 1993a), no *Journal of Adolescent Health*, o texto “*Resilience: some conceptual considerations*”, onde não disse que o termo resiliência teria vindo da física. No entanto, na versão em espanhol deste artigo (Rutter, 1993b) que é apresentada nesse mesmo número da revista, o tradutor acrescentou ao texto, uma nota de rodapé que traz a definição da física para a resiliência e explica que ela é uma noção afim ao conceito psicológico e por isso, o mesmo termo é usado nas duas situações. Mas Rutter não afirma isso em nenhum momento.

A partir do que se apresentou, nos perguntamos: se os pesquisadores que começaram a estudar o fenômeno da resiliência e escolheram esse termo para nomeá-lo não atribuem uma origem física ao que estudam, por que os autores de língua latina o fazem?

Parece que o fato de a palavra “resiliência” não fazer parte do vocabulário brasileiro coloquial ou do vocabulário de falantes de outras línguas latinas gerou uma necessidade de entender e justificar então de onde ele teria vindo. Tendo sido encontrado o conceito da física e o termo não ser conhecido fora deste âmbito de conhecimento, pareceu plausível supor que a idéia de resiliência para a psicologia teria

vindo da ciência exata. E, no Brasil, como tal origem foi divulgada por uma pesquisadora respeitada, ela passou a ser considerada fato.

Mas para os precursores dos estudos da resiliência, falantes do inglês, a palavra provavelmente já era conhecida – fora do âmbito da Resistência dos Materiais – e foi escolhida por ser considerada adequada para designar os fenômenos que eram estudados e que abrangiam capacidade de resistência a pressões e estresses, processos de recuperação, regeneração, adaptação, características de personalidades flexíveis e moldáveis às circunstâncias.

É importante lembrar que os dicionários de inglês já traziam em si, para a palavra “resiliência”, os significados de elasticidade, recuperação, resistência, saúde e bom humor que as teorias psicológicas da resiliência relacionaram posteriormente a tais fenômenos estudados. Se essas teorizações tivessem sido baseadas nos estudos da física, elas teriam sido feitas à custa de distorções no uso das nomenclaturas, pois o significado de resiliência para a física, como já foi dito, não é o mesmo para a psicologia.

Agora, passa-se a buscar o entendimento a respeito do surgimento desses primeiros estudos sobre os fenômenos que foram chamados de resiliência e, na seqüência, os estudos precursores mais citados pelos demais pesquisadores do tema serão comentados.

1.4. A resiliência e o “Espírito do Tempo”: contingências históricas

Embora a temática do crescimento psicológico do ser humano e da superação de dificuldades já tenha sido alvo dos estudos da psicologia anteriormente, o uso do termo “resiliência”, pela área, assim como a forma como as pesquisas da

resiliência são feitas é bem mais recente. Como diz Tavares (2001, p. 43), estudioso português, “a resiliência é um conceito novo de uma realidade antiga”. E complementando esse pensamento, Ralha-Simões (2001) explica que essa “realidade antiga” é

vista agora sob uma perspectiva que se procura inovadora face aos olhares de que era alvo noutras abordagens, quando era invocada de outros modos e sob outras designações, mas continuando a ser, indubitavelmente, algo operacionalmente útil para nos ajudar a compreender como é possível concretizar a nossa legítima necessidade de auto-realização, apesar dos contextos antagônicos e destrutivos que, não raramente, envolvem o nosso percurso de vida ao longo de todo o processo de desenvolvimento. (p. 95)

Cyrulnik (2001) lembra que Anna Freud e Françoise Dolto²⁷ já observavam crianças que passavam por períodos de muita perturbação e se tornavam adultos equilibrados e sadios. Anthony (1987 b) também aponta que Anna Freud²⁸ descreveu o caso de Jean Drew, filha de mãe diagnosticada com esquizofrenia paranóide, que se desenvolveu bem ao longo da vida.

Wagner e Silveira (2007), por sua vez, discutindo resiliência e processos de superação, fizeram uma revisão crítica de alguns conceitos e abordagens teóricas do passado que já lançavam luz sobre tais processos. As autoras citam, como conceitos que se associam à capacidade de superação, a tendência à transcendência e a busca de sentido, da escola logoterápica de Viktor Frankl²⁹; a auto-atualização, da abordagem humanista de Carl Rogers³⁰ (ou Abordagem Centrada na Pessoa); a noção de Daimon de James Hillman³¹; além da auto-eficácia, da Teoria de Aprendizagem Social de

²⁷ Freud, A. e Burlingham, D. (1994) *Infants without families*. Londres: George Allen; Freud, A. (1965) *Le normal et le pathologique chez L'Enfant*. Paris: Gallimard; Dolto, F. (1987) *La difficulté de vivre*. Paris: Carrère.

²⁸ Freud, A. (1969). *The writings of Anna Freud: Vol.5: research at the Hampstead Child-Therapy Clinic and other papers*. New York: International Universities Press.

²⁹ Frankl, V. (1990). *Dar sentido à vida*. (2ª edição, A. E. Allgayer, trad.) Petrópolis: Ed. Vozes.

³⁰ Rogers, C. (1975). *Terapia centrada no cliente*. (M. C. Ferreira, trad.) São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1951).

³¹ Hillman, J. (1997). *O código do ser: uma busca do caráter e da vocação pessoal*. (A.C. Silva, trad.; 2ª edição) Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Original publicado em 1996).

Bandura³². Citam ainda alguns autores que se debruçaram sobre o mesmo tema: Carreiro³³, Guareschi³⁴, Tillich³⁵, Habermas³⁶ e Gordon Allport³⁷.

A citada escola logoterápica, por si só, já foi relacionada à resiliência nos trabalhos de Silveira (2006; Silveira e Mahfoud, 2008). Este autor destacou conceitos, como a busca do sentido da vida, a força de resistência do espírito, o auto-distanciamento e a intenção paradoxal, a auto-transcendência e a derreflexão que, segundo ele, iluminam o entendimento sobre a resiliência.

Além da Logoteoria, de Frankl, outros teóricos do movimento da Psicologia Humanista-Existencial já tratavam de temas que permeiam as experiências resilientes. Carl Rogers e Gordon Allport (que já foram apontados), Abraham Maslow, Charlotte Bühler, Rollo May, entre outros, já investigavam as potencialidades do ser humano, não apenas as patologias. De maneira geral, neste movimento da psicologia, “o homem é visto como fonte e centro de valores, e está em permanente fluxo como uma forma de superar a si mesmo” (Erthal, 2004, p. 62).

Já sem fazerem referência à Psicologia Humanista-Existencial, Block e Kremen (1996) citaram diversos conceitos que, segundo eles, estão relacionados aos fenômenos de adaptabilidade humana e resiliência: auto-eficácia (que também foi citada por Wagner e Silveira, 2007), força do ego, estabilidade emocional, *coping*, competência, *hardiness*, auto-regulação, modulação de resposta, inteligência emocional, etc..

³² Bandura, A. (1997) *Self-efficacy: the exercise of control*. New York: W.H. Freeman and company.

³³ Carreiro, T. C. (2004) A doença como projeto: uma contribuição à análise das formas de filiações e desfiliações sociais. In: B. Sawaia (org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (5ª edição.) Petrópolis: Ed Vozes.

³⁴ Guareschi, P. (2004) *Psicologia Social Crítica*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

³⁵ Tillich, P. (1972) *A Coragem de ser*. (E. Malheiros, trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.

³⁶ Jürgen Habermas, principal representante da Escola de Frankfurt, citado por Guareschi, a respeito da Teoria Crítica.

³⁷ Allport, G.W. (1962) *Desenvolvimento da personalidade: considerações básicas para uma psicologia da personalidade*. (H. A. Simon, trad.) São Paulo: Ed. Herder.

Assim, como nova tentativa de teorização e compreensão de alguns fenômenos sobre os quais as ciências humanas e a psicologia já se debruçaram em outros tempos, o termo resiliência começou a ser utilizado por essas áreas de conhecimento para designar desde histórias de sobrevivência e traço de personalidade a complexos processos, que variam da adaptação/ajustamento social, à reconstrução do eu, passando por processos de recuperação de pessoas que sofreram abalos psíquicos por causas diversas e por histórias de pessoas que parecem apresentar resistência ao estresse.

Segundo nossa pesquisa, os estudos da resiliência começaram a emergir em massa, a partir de investigações dos anglo-saxões, no final da década de 1970 e, principalmente, início da década de 1980, a partir de uma série de contingências históricas e sócio-culturais que provocou uma convergência de interesses e objetos de pesquisa de diversas áreas da psicologia. A psicologia, então, a partir de pesquisas sobre falhas, *deficits*, doenças e fatores de risco passou a focalizar aspectos positivos da vida humana provocando uma mudança de paradigma e possibilitando que temas como a resiliência começassem a ser examinados.

Essa mudança de paradigma se deu pela passagem da chamada abordagem ou enfoque de risco para o que depois foi chamado enfoque da resiliência. Para Munist e colaboradores (1998), os dois enfoques são consequência da aplicação do método epidemiológico aos fenômenos sociais. Enquanto “o enfoque de risco se centra na enfermidade, no sintoma e naquelas características que se associam com uma elevada probabilidade de dano biológico ou social”³⁸, o enfoque da resiliência “mostra que as forças negativas, expressas em termos de danos ou riscos, não encontram uma criança

³⁸ “El enfoque de riesgo se centra en la enfermedad, en el síntoma y en aquellas características que se asocian con una elevada probabilidad de daño biológico o social.”

inerte na qual se determinarão, inevitavelmente, danos permanentes”³⁹ (Munist e colaboradores, 1998, p. 10). De acordo com Luthar e Zelazo (2003), a diferença básica dos dois enfoques é a natureza negativa ou positiva dos fatores que cada um focaliza. Na abordagem de risco, os resultados negativos do desenvolvimento e os fatores também negativos que nele interferem é que são focalizados, como a presença de distúrbios psicológicos e a doença mental de um dos pais. Já na abordagem da resiliência, dimensões tanto positivas quanto negativas são focalizadas nos resultados de um desenvolvimento e nos fatores que atuam sobre este.

Garnezy (1989), no prefácio do livro “*Vulnerable but invencible: a longitudinal study of resilient children and youth*”, de Werner e Smith, obra considerada por alguns um marco dos estudos da resiliência (Garnezy, 1989; Infante, 2005; Silveira, 2006, Melillo, 2005, Fantova, 2008), fala de se estar vivendo, em 1982, ano em que foi publicado originalmente o livro, no limiar de um *Zeitgeist*.

Goethe, citado por Brozek e Guerra (2008, p. 10), define *Zeitgeist* como um “conjunto de opiniões que dominam um momento específico da história e que, sem nosso saber, ou inconscientemente, formam o pensamento de todos os que vivem em seu contexto”. Assim, o *Zeitgeist* forma a cultura de um tempo e de um espaço compreendendo idéias, conhecimentos, crenças e atitudes e podendo produzir desde outras idéias, até instituições (jornais e casas editoriais) e movimentos científicos (como a psicologia experimental, a humanista e, mais recentemente, a Psicologia Positiva).

Garnezy (1989) notou a mudança no *Zeitgeist* na passagem dos anos de 1970 para os de 1980 a partir da observação da proliferação de estudos de estresse e *coping*, feitos por pesquisadores de áreas diversas como psiquiatria, biologia do desenvolvimento, psicologia do desenvolvimento, psicopatologia e sociologia. Além

³⁹ “...muestra que las fuerzas negativas, expresadas en términos de daños o riesgos, no encuentran a un niño inerte en el cual se determinarán, inevitablemente, daños permanentes.”

disso, segundo o autor, palavras e expressões como “resiliência”, “força do ego” (*ego strenght*), “resistência ao estresse” etc. foram tornando-se cada vez mais frequentes na linguagem científica. Para Garmezy, a obra pioneira de Werner e Smith (1989), da qual ele escrevia o prefácio, era parte dessa nova emergência na ciência, pois examinava crianças em risco, sua vulnerabilidade, e avançava examinando *coping* e crescimento e apontando que, “entre as crianças de alto risco, há as resilientes e as invencíveis (p. xvii)⁴⁰.” Ou seja, através dessa descrição de Garmezy, nota-se que a citada obra fazia a passagem do enfoque do risco para o da resiliência.

Quando se diz que as pesquisadoras examinavam crianças em risco, se está dizendo que tais crianças estariam expostas aos chamados fatores de risco, definidos como influências potenciais para atrapalhar o desenvolvimento normal de um indivíduo. Werner e Smith (1992) definem fatores de risco da seguinte maneira: “riscos biológicos ou psicossociais que aumentam a probabilidade de resultados negativos no desenvolvimento em um grupo de pessoas”⁴¹ (p. 3). Dito de outra maneira, esses fatores “relacionam-se com toda sorte de eventos negativos de vida, e que, quando presentes, aumentam a probabilidade de o indivíduo apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais” (Yunes e Szymanski, 2001, p. 24). De acordo com Masten (2001), eles são estabelecidos como preditivos de resultados indesejáveis a partir uma associação estatística de alta probabilidade com maus resultados no futuro.

Já vulnerabilidade refere-se à “predisposição individual para o desenvolvimento de psicopatologias ou de comportamento ineficazes em situações de crise” (Hutz, Koller e Bandeira, 1996, p. 80). Murphy (1987), pioneira nos estudos de vulnerabilidade e *coping*, explica que as crianças podem ser mais ou menos vulneráveis, sendo difícil haver alguém totalmente invulnerável. Por isso, ela, juntamente com

⁴⁰ “... even among high-risk children there are the resilient and the invincible ones.”

⁴¹ ...“biological or psychosocial hazards that increase the likelihood of a developmental outcome in a group of people”.

Moriarty⁴² (citadas por Anthony, 1987a) propõem o conceito do “*continuum* de vulnerabilidade” ao longo do qual as pessoas podem ser classificadas. Trombeta e Guzzo (2002, p. 32) esclarecem que “quanto mais proteção e menos risco, menor vulnerabilidade e quanto mais risco e menos proteção, maior vulnerabilidade”; sendo importante esclarecer que proteção ou fatores de proteção “referem-se às influências que modificam, aperfeiçoam ou alteram a resposta da pessoa aos riscos ambientais que predispõe a um resultado mal-adaptativo”⁴³ (Rutter, 1985, p. 600). Para Werner e Smith (2001), tais fatores “protegem ou melhoram a reação da pessoa a situações de estresse ou adversidade crônica a ponto de sua adaptação ser mais bem sucedida do que seria caso, os fatores não estivessem presentes” (p. 3)⁴⁴.

Coping, por sua vez, como explicam Antoniazzi, Dell’Aglia e Bandeira (1998), “tem sido descrito como o conjunto das estratégias utilizadas pelas pessoas para adaptarem-se a circunstâncias adversas ou estressantes” (p. 273). Ou, na definição muitíssimo citada de Folkman e Lazarus⁴⁵ e aqui adaptada pelas autoras acima,

coping é definido como um conjunto de esforços, cognitivos e comportamentais, utilizado pelos indivíduos com o objetivos de lidar com demandas específicas, internas ou externas, que surgem em situações de stress e são avaliadas como sobrecarregando ou excedendo seus recursos pessoais. (p. 276)

A literatura brasileira costuma adotar a palavra em inglês, por se considerar que não há, no português, uma palavra correspondente a *coping* que expresse a complexidade do conceito. Alguns autores sugerem que ela poderia ser traduzida como

⁴² Murphy, L.B. e Moriarty, A.E. (1976). *Vulnerability, coping and growth*. New Haven, CT: YaleUniversity Press.

⁴³ “*Protective factors refer to influences that modify, ameliorate, or alter a person’s response to some environmental hazard that predisposes to a maladaptive outcome.*”

⁴⁴ ... “*that buffered or ameliorated a person’s reaction to a stressful situation or chronic adversity so that his or her adaptation was more successful than would be the case if the protective factors were not present.*”

⁴⁵ Lazarus, R.S. e Folkman, S. (1984) *Stress, appraisal, and coping*. New York: Springer.

“estratégias de confronto”, “formas de lidar com” (Pereira, 2001, p. 80) ou como “enfrentar” e “adaptar-se” (Antoniazzi, Dell’Aglío e Bandeira, 1998, p. 294).

Voltando às origens dos estudos sobre a resiliência, podemos dizer que as idéias de Martineau (2001) são concordantes às de Garmezy, pois a autora afirma que foi a partir dos mais de 1040 estudos sobre *coping* e competência que as pesquisas sobre resiliência originaram-se, quando psicólogos infantis observaram a “anomalia” de crianças que aparentavam invulnerabilidade a traumas. Em sintonia com essas observações, Rutter (1985), Masten (2001), Masten e Powel (2007); Masten e Coatsworth (1998) e Waller (2001) também apontam que foi estudando crianças em risco de desenvolverem problemas psicopatológicos ou de comportamento, devido a circunstâncias genéticas ou ambientais que poderiam predispor-las a isso, que os pesquisadores começaram a perceber aquelas que estavam submetidas às mesmas condições de risco, mas se desenvolviam bem.

Werner e Smith (1989), por sua vez, afirmam que o advento de pesquisas longitudinais que acompanhavam populações desde o nascimento também pesou para que a psicologia pudesse olhar o desenvolvimento normal ou positivo das crianças, após anos de preocupação com patologias. Segundo as autoras, se os estudos retrospectivos feitos até então “criavam uma injustificada impressão de uma inevitabilidade de resultados” (p. 3)⁴⁶, os novos estudos provocaram um aumento da consciência sobre a capacidade de adaptação das crianças e suas habilidades de enfrentamento.

Isso porque os estudos retrospectivos tomavam sujeitos que já apresentavam problemas no desenvolvimento e buscavam em sua história o que poderia ter provocado tal resultado. Ou seja, apenas os riscos, a psicopatologia e o mau desenvolvimento eram focados. Já os estudos prospectivos, longitudinais, tomavam para estudo sujeitos em

⁴⁶ “[Such “follow-back” studies have often] created an unjustified impression of an inevitability of outcome.”

situação de risco e tais sujeitos, frequentemente, “surpreendiam”, mostrando boa adaptação, bons resultados. A resiliência se mostrava nestes estudos que traziam essa “nova” metodologia.

Mas se o *Zeitgeist* ou “espírito do tempo” contribuiu para provocar, no fim dos anos 1970, uma mudança de foco na psicologia e a emergência dos estudos da resiliência, o próprio *Zeitgeist* foi também formado a partir da conjuntura sócio-histórica do citado período. Isso porque entendemos que as idéias não surgem diretamente de idéias, como defende uma perspectiva internalista na História da Psicologia. O homem desenvolve suas idéias a partir de sua relação com mundo em que se insere. Assim, a história de uma idéia ou de uma ciência relaciona-se com a conjuntura histórica, social, ideológica, filosófica e econômica (Cambaúva, Silva e Ferreira, 1998).

Dessa forma, devem-se procurar quais contingências históricas e sócio-culturais teriam atuado para mudar o “espírito do tempo” em que começaram a surgir os estudos da resiliência. Talvez os pesquisadores da época não soubessem dizer com clareza o que estava ocorrendo mundialmente ou em seus países e que pode ter feito com que tivessem um novo olhar para seus objetos de estudo ou que percebessem agora fenômenos que antes já aconteciam, mas não eram estudados. Como diz Ankersmit (2001, p. 125), “a mentalidade de uma era revela-se apenas por contraste com um outro período.” E ainda: “Assim como o peixe não sabe que está nadando em água, o que é mais característico, onipresente em uma época, não é do conhecimento desta mesma época. Não é revelado até esta época se concluir.” (p. 124)

Masten e Coatsworth (1998) situam a origem dos estudos sobre a resiliência em algumas condições sócio-históricas que teriam emergido nos Estados Unidos, nos

anos setenta, e que ameaçavam o desenvolvimento infantil saudável. Segundo os autores,

riscos consideráveis para as crianças tornaram-se aparentes nas taxas de divórcio, nascimentos por mães solteiras, gravidez na adolescência, abuso de crianças, falta de moradia e pobreza entre jovens famílias com crianças, e avançaram em problemas como suicídio, abuso de substâncias e violência (p. 205) ⁴⁷.

Os autores relacionaram tais condições com o florescimento das pesquisas sobre resiliência, pois, segundo eles, foi investigando os riscos aos quais a infância estava submetida, que o citado fenômeno foi observado.

Para Masten e Coatsworth,

quando um grande número de crianças da sociedade deve superar riscos e desvantagens para se tornar competente, torna-se particularmente importante entender como a competência é alcançada em contexto de adversidade (p. 205) ⁴⁸.

Como, para esses autores, estudar a resiliência representa entender “como crianças superam adversidades para alcançar bons resultados de desenvolvimento” ⁴⁹ (p. 205), neste momento histórico, em que a sociedade americana sentia que seu futuro estava ameaçado pelos riscos que sua infância corria, tornava-se importantíssimo entender como se poderia escapar às ameaças e aos riscos. E aí, os estudos da resiliência se multiplicaram.

A informação histórica trazida por Masten e Coatsworth sobre os anos em que os estudos da resiliência iniciaram sua proliferação está de acordo com a descrição que o historiador Eric Hobsbawn (2001) faz do período em seu livro “Era dos Extremos: o breve século XX”.

⁴⁷ “High risks for children have been apparent in rates of divorce, births to single parents, teenage pregnancy, child abuse, homelessness and poverty among young families with children, and surges in problems like suicide, substance abuse, and violence.”

⁴⁸ “...when large number of a society’s children must overcome hazards or disadvantage to become competent, it becomes particularly important to understand how competence is achieved in the context of adversity.”

⁴⁹ “[the study of resilience] – how children overcome adversity to achieve good developmental outcomes – [arose from the study of risk...]”

Segundo esse autor, após uma “Era de Ouro”, acontecida no pós-guerra até mais ou menos 1975, o mundo vivenciou um período de crise em que houve desemprego em massa e a pobreza e as desigualdades sociais e econômicas se aguçaram. Mesmo as cidades ricas do ocidente capitalista tiveram que conviver com mendigos e cidadãos sem-teto. Por outro lado, havia menos inquietação social porque os países capitalistas ricos proviam ao seu povo sistemas de previdência e seguridade social generosos.

Além disso, os tempos passaram a ser marcados pelo individualismo, que substituiu paulatinamente a coletividade característica de uma era anterior em que a vida, o trabalho e os prazeres eram vivenciados em massa. Tal individualismo é consequência das profundas transformações sociais atreladas ao extraordinário crescimento econômico por que passou o mundo na anterior “Era de Ouro”. É consequência também da tecnologia emergente acessível às massas, agora em melhor situação econômica, e da lógica do mercado. A televisão, o vídeo e o telefone são exemplos de novas tecnologias que fizeram com que o homem moderno deixasse de compartilhar a vida em público. De acordo com Hobsbawm (2001), “a prosperidade e a privatização destruíram o que a pobreza e a coletividade na vida pública haviam construído” (p. 301). As pessoas perderam suas referências e “o velho vocabulário moral de direitos e deveres, pecado e virtude, sacrifício, consciência, prêmios e castigos não mais podia ser traduzido na nova linguagem de satisfação de desejos” (p. 332).

A palavra “comunidade” passou a ser usada de maneira vazia enquanto movimentos separatistas de regiões mais ricas de vários países eram gerados por um “egoísmo coletivo de riqueza”. Por esse egoísmo coletivo, as regiões mais ricas da Espanha – a Catalunha e o País Basco – queriam dela se separar; a Eslovênia e a Croácia queriam a divisão na Iugoslávia; a República Tcheca, a divisão na

Tchecoslováquia; e até o estado mais rico do Brasil, o Rio Grande do Sul, apresentou sinais de separativismo. As lutas étnicas também eram movidas por dinheiro. Segundo o historiador,

a essência da política étnica ou assemelhada em sociedades urbanas, ou seja, sociedades quase por definição heterogênea, era competir com outros grupos semelhantes por uma fatia dos recursos do Estado não étnico, usando a ferramenta política da lealdade grupal (p. 417).

Por fim, ao longo dos anos de 1980, o mundo viu a Guerra Fria perder o sentido enquanto o bloco socialista, encabeçado pela URSS, ruía, pondo fim à utopia da coletividade altruísta que poderia prover as necessidades da humanidade através de uma divisão justa de riquezas. Com isso, as pessoas acabaram por perder as bases que sustentavam sua visão de mundo até então bipartido entre as forças do socialismo ou do capitalismo.

Com todas essas transformações, a própria disciplina História passou a estudar mais indivíduos do que comunidades. As biografias, histórias de homens que se destacavam individualmente em uma época, passaram a ser contempladas novamente.

E nesse contexto de aumento de pobreza e riscos, de desmobilização social, de transformações de valores morais e de maior importância do indivíduo sobre a coletividade é que proliferaram os estudos da resiliência, entendida, nesse início, a partir de uma perspectiva bastante individualista.

É sabido que, além dessas transformações relatadas, alguns países viviam momentos específicos importantes em sua história, os quais poderiam marcar também o encaminhamento de sua ciência. A Polônia, a Alemanha e outros tantos países que viviam sob o regime comunista e/ou ditatorial passaram por transformações profundas. O Brasil, ao longo dos anos 80, vivenciou o processo de abertura democrática, teve novamente um presidente civil depois de anos de ditadura militar e vivenciou as eleições diretas em 1989 (Hobsbawm, 2001). Porém, o Brasil só passaria a pesquisar

sobre resiliência no fim dos anos 1990 e o que este trabalho focaliza são as transformações por que passaram os países capitalistas ricos ocidentais, uma vez que foram eles que iniciaram os estudos sobre a resiliência, principalmente os EUA e a Inglaterra.

Assim, pesquisadores americanos e ingleses focalizavam a pobreza, cada vez mais evidente, e os possíveis riscos que ela provocava ameaçando o desenvolvimento saudável das crianças. E na busca por entender melhor os efeitos deletérios da pobreza sobre o desenvolvimento infantil, começaram a perceber que havia indivíduos que não pareciam se abater.

Em diferentes linhas de pesquisa, profissionais de várias formações, observando crianças submetidas a outros fatores de risco, como alcoolismo, drogadicção e doenças mentais de seus cuidadores, notaram aquelas que, contra todas as probabilidades, se desenvolviam satisfatoriamente.

Autores da época chamaram esses indivíduos de invulneráveis, invencíveis (Anthony e Cohler, 1987c). Mas como esses não seriam os termos mais adequados para os fenômenos que se tornavam visíveis, “resiliência” passou a nomeá-los e mais estudos sobre ela foram realizados.

Este trabalho vai se deter agora nos autores que estudavam risco e vulnerabilidade, passaram a estudar competência e *coping* e, imbuídos do “espírito de seu tempo”, geraram e acompanharam o nascimento dos estudos da resiliência tornando-se nomes referenciais para os pesquisadores que vieram depois.

1.5. Em busca dos precursores da resiliência

Grande parte dos autores que escrevem sobre resiliência apontam alguns pesquisadores internacionais como fundamentais para o início dos estudos. Emmy E. Werner, Ruth Smith e Norman Garmezy, americanos, e Michael Rutter, da Inglaterra, são os nomes mais citados (Assis, Pesce e Avanci, 2006; Grotberg, 1999; Infante, 2005; Lindström, 2001; Masten e Powell, 2007; Ojeda, 2004; Poletto e Koller, 2006; Yunes, 2006 entre outros).

O trabalho de Werner e Smith, como já foi dito, é considerado um marco dos estudos de resiliência (Fantova, 2008; Garmezy, 1989; Infante, 2005; Melillo, 2005; Silveira, 2006), principalmente o livro “*Vulnerable, but invencible: a longitudinal study of resilient children and youth*” (1989), escrito a partir dos resultados de uma pesquisa longitudinal que as pesquisadoras empreenderam na ilha de Kauai, no Havaí, durante mais de 40 anos. Essa pesquisa se iniciou em 1955 acompanhando, na época, todas as gravidezes em curso na ilha e, a partir de então, as crianças daí nascidas até que tivessem alcançado a meia-idade (Werner e Smith, 1989, 1992, 2001).

O livro citado, publicado originalmente em 1982, é o terceiro de uma série de cinco e apresenta os resultados obtidos na pesquisa a partir da análise de dados dos sujeitos já com a idade de 18 anos. As próprias autoras dizem que o estudo ali apresentado é único, pois se baseia em uma coorte grande e multirracial de crianças, que representa *todos* os nascimentos de uma comunidade inteira e que é acompanhada do período perinatal ao início da vida adulta, com pouco desgaste da amostra de sujeitos (Werner e Smith, 1989).

A idéia inicial das pesquisadoras não era focar a resiliência, como observaram também outros autores (Poletto e Koller, 2006; Yunes 2001, 2006), mas

investigar os efeitos de um conjunto de fatores de risco sobre o desenvolvimento das crianças. Por isso, Garmezy (1989) comenta que o primeiro volume da série de livros – *The Children of Kauai: a longitudinal study from the prenatal period to age ten*⁵⁰ –, de 1971, pode ser visto como um catálogo de sofrimentos, pois elenca os efeitos de estresse cumulativo sobre a população estudada. O segundo volume, de 1977, “*Kauai’s children come of age*⁵¹”, examina as possíveis correlações entre os estressores e problemas de saúde mental e comportamentos anti-sociais dos sujeitos de pesquisa, analisados então aos 18 anos.

Já o terceiro livro da série é um marco da resiliência por representar uma mudança de foco, de olhar, de uma pesquisa anteriormente voltada aos riscos e danos, mas que passa a focalizar o outro lado da “moeda da vulnerabilidade,” encontrando resultados inesperadamente positivos em um grupo de alto risco e tentando entendê-los (Garmezy, 1989). Assim, nesse momento em sua pesquisa, as norte-americanas objetivam investigar a capacidade das crianças para o enfrentamento do estresse perinatal, da pobreza e de psicopatologias dos pais; examinar as diferenças de gênero na vulnerabilidade e na resiliência e; principalmente, identificar fatores de proteção que fazem a diferença entre as crianças de alto risco resilientes (que apresentam bom desenvolvimento), e aquelas de alto risco que desenvolveram problemas de aprendizado e comportamento (Werner e Smith, 1989).

Como resultados de sua pesquisa, Werner e Smith identificaram uma série de fatores que caracterizavam os adolescentes considerados resilientes e que os diferenciava de seus pares não-resilientes: mais autocontrole, um auto-conceito mais positivo, uma atitude perante a vida mais educada, responsável e voltada para

⁵⁰ Werner, E. E., Bierman, J. M. e French, F. E. (1971). *The children of Kauai: a longitudinal study from the prenatal period to age ten*. Honolulu: University of Hawaii Press.

⁵¹ Werner, E. E, e R.S. Smith. (1977) *Kauai’s children come of age*. Honolulu: University of Hawaii Press.

realizações, interesses e atividades menos estereotipadas como sendo masculinas ou femininas. Já entrando para a vida adulta, os resilientes eram mais coerentes e conseguiam atrair mais fontes de apoio informais, além de expressar desejo de prosseguir seu crescimento psicológico.

Fatores relacionados ao ambiente no qual os jovens resilientes eram criados e que contribuíam para a resiliência também foram elencados: a idade do pai de sexo oposto ao jovem; o número de crianças na família; o espaço de tempo entre os nascimentos dos filhos; o número e o tipo de outros possíveis “cuidadores” das crianças; a ocupação laboral da mãe; a quantidade de atenção dada à criança pelos responsáveis primários; a disponibilidade de um irmão como cuidador ou confidente na infância; na adolescência, estrutura, regras e coesão familiar; presença de uma rede multigeracional informal de parentes e amigos; e um número cumulativo de eventos de vida estressantes crônicos na infância e adolescência (Werner e Smith, 1989).

É importante estabelecer que a resiliência das crianças, para Werner e Smith, nesta publicação (1989), significa

sua capacidade para lidar eficazmente com as tensões internas de suas vulnerabilidades (tais como padrões instáveis de reatividade autonômica, desequilíbrios de desenvolvimento, sensibilidades incomuns) e tensões externas (tais como doenças, perdas importantes, e dissolução da família) (p. 4)⁵².

Assim, entende-se que as características relacionadas acima aumentam a capacidade dos jovens estudados para lidar com as tensões a que estão submetidos.

Esses resultados apresentados pelas pesquisadoras americanas são emblemáticos da mudança de foco das pesquisas em psicologia e psiquiatria infantil porque, se antes, elas procuravam fatores que estariam associados com os maus

⁵² ... “*their capacity to cope effectively with the internal stresses of their vulnerabilities (such as labile patterns of autonomic reactivity, developmental imbalances, unusual sensitivities) and external stresses (such as illness, major losses, and dissolution of the family).*”

resultados ou desenvolvimento deficiente de parte das crianças (enfoque de risco), agora, focalizando aquelas consideradas mais resistentes ao estresse, elas apresentavam o que era relevante para o bom desenvolvimento infantil a despeito dos riscos que o tinha ameaçado (enfoque de resiliência).

De acordo com Infante (2005), o estudo de Werner e Smith representa bem uma primeira geração dos estudos sobre a resiliência em que o principal objetivo era distinguir as crianças que se adaptavam bem às adversidades (as consideradas resilientes) daquelas que não se adaptavam, elencando fatores de risco e de resiliência que atuavam nos dois casos. Tais fatores eram organizados em três grupos: características individuais, aspectos familiares e características do ambiente em que as pessoas estão inseridas. Segundo Infante, a segunda geração de pesquisas sobre o tema, que começou a publicar a partir dos anos 1990, já estaria interessada na dinâmica do processo da resiliência e não apenas nos fatores.

Os outros autores-chave do início dos estudos da resiliência, os psiquiatras Norman Garmezy e Michael Rutter, tiveram acesso ao manuscrito da citada obra de Werner e Smith e perceberam que ali estava escrito e documentado algo a respeito do que eles conversavam muito. Os dois tinham um interesse comum pelo estudo de crianças ainda chamadas “resistentes ao estresse” ou “invulneráveis” e vinham tentando organizar um seminário sobre estresse, *coping* e desenvolvimento infantil. Esse seminário já era sinal da emergência dos novos objetivos de estudo da psicologia que Garmezy atribuiu ao *Zeitgeist*, já mencionado. (Garmezy, 1989).

Norman Garmezy, antes de se interessar pela resiliência, pesquisava “antecedentes de psicopatologia”, ou seja, a história pregressa dos que desenvolviam doenças mentais. Começou a estudar crianças filhas de pais mentalmente doentes justamente pelos altos riscos que elas correm de também desenvolverem desordens

psiquiátricas. Porém, mudou o foco de seus estudos ao perceber aquelas que se desenvolviam surpreendentemente bem e essa mudança levou-o a fundar o “Projeto Competência”, na década de 1970, que estudaria competência, adversidade e resiliência (Masten e Powell, 2007). Para Masten e Powel, a competência é avaliada “em termos de uma trajetória registrada de execução/desempenho eficiente em tarefas que são proeminentes para pessoas de uma dada idade, sociedade ou contexto, e tempo histórico” (p. 5).⁵³

Michael Rutter, por sua vez, efetivou várias pesquisas nas quais se evidenciava o fenômeno da resiliência (antes mesmo de ser assim nomeado), sendo até hoje um dos nomes referenciais para os estudos da área. Pesquisou crianças que vieram de lares desfeitos por conflitos e analisou os efeitos de diversos fatores de risco aos quais suas amostras de sujeitos estavam expostas: discórdia na família, institucionalização, baixa renda, família numerosa, doença mental da mãe, criminalidade de um dos pais. Pesquisou a relação entre a ausência da figura da mãe e o aparecimento de psicopatologias em seus filhos (Cf. Yunes, 2001, 2006; Poletto e Koller, 2006). De acordo com Yunes, as pesquisas de Rutter geraram uma observação muito propagada entre os interessados pela resiliência: “um único estressor não tem impacto significativo, mas que a combinação de dois ou mais estressores pode diminuir a possibilidade de conseqüências positivas” (Yunes, 2006, p. 55).

Seus comentários a respeito do porquê do termo invulnerabilidade ter sido substituído por resiliência também são repetidamente citados (Assis, Pesce e Avanci, 2006; Infante, 2005; Junqueira e Deslandes, 2003; Kotliarenco, Cáceres e Fontecilla, 1997; Poletto e Koller, 2006; Trombeta e Guzzo, 2002; Yunes, 2001, 2006; Yunes e Szymanski, 2001, entre outros). De acordo com Rutter (1985, 1993), o termo

⁵³ “[We have defined competence] in terms of a track record of effective performance in developmental tasks that are salient for people of a given age, society or context, and historical time.”

“invulnerabilidade” tem uma conotação que parece implicar uma resistência absoluta e inalterável ao estresse, aplicável a todas as circunstâncias de risco e ainda associa-se a um traço intrínseco do indivíduo. Rutter explica que a resistência ao estresse é relativa e mutável, não é uma qualidade fixa do sujeito. Varia de acordo com as circunstâncias que a pessoa enfrenta e com fase de desenvolvimento que ela está vivendo. A pessoa pode resistir a determinado estressor e não a outro. E ainda, de acordo com o autor, as bases dessa resistência são tanto constitucionais quanto ambientais. Por tudo isso, ele propõe que termo “resiliência”, sendo mais “relativo”, é preferível a “invulnerabilidade”.

Rutter (1985) influenciou muitos pesquisadores com suas idéias a respeito da resiliência, inclusive Werner e Smith que citaram suas observações no quarto livro que escreveram sobre a pesquisa de Kauai, nesse momento, analisando seus sujeitos que alcançavam os 32 anos (Werner e Smith, 1992). As autoras explicam que, se nas primeiras abordagens sobre resiliência e vulnerabilidade, os pesquisadores enfatizavam resultados de desenvolvimento negativos que estariam associados com um único fator de risco, posteriormente, como orientava Rutter, passaram a considerar os efeitos interacionais entre múltiplos fatores.

Dessa forma, transformando pouco a pouco a forma de estudar e de entender o fenômeno da resiliência, esses pioneiros, que já pesquisavam o desenvolvimento infantil desde as décadas de 50 e 60, embora, nesta época, com enfoque nos riscos, foram lançando as bases das teorias que até hoje alicerçam o campo de pesquisa e desencadeiam projetos de prevenção a intervenção. Tais projetos podem focalizar a diminuição dos fatores de risco (como a falta de educação formal ou de emprego) e/ou o aumento e melhoria dos fatores de proteção (com, por exemplo, programas de acompanhamento escolar e/ou psicossocial) (Cf. Masten, 2001).

De acordo com Masten e Powell (2007),

O vislumbre desses pioneiros se estendeu para além da observação de boa adaptação ou desenvolvimento quando muitos esperam problemas ou perturbações. A façanha deles estava em dar-se conta, e então convencer outros, que a compreensão do que viria a ser chamado “resiliência” no desenvolvimento individual tinha potencial para informar planos de ação, programas de prevenção e intervenções. O trabalho e as idéias deles inspiraram outros a empreenderem estudos de competência e saúde mental de crianças ameaçadas por significativo risco ou adversidade, com a meta básica de aumentar as chances e desenvolvimento de futuras gerações de crianças em face de tais riscos (p. 2) ⁵⁴.

1.6. *Discutindo a invulnerabilidade*

Para estes autores referenciais citados acima, por sua vez, outros pesquisadores lhes foram precursores e são tidos como importantes para o surgimento das idéias sobre resiliência que ainda hoje são discutidas: Manfred Bleuler, psiquiatra suíço, que estudou descendentes de pacientes esquizofrênicos que não desenvolviam patologias; Lois B. Murphy, americana, que questionou o fato de a literatura científica sobre a infância em seu país focar apenas aspectos negativos de desenvolvimento, realizou importantes estudos sobre *coping*, e que já discutia vulnerabilidade e resiliência em 1969; e E. James Anthony, psiquiatra, que discutiu e divulgou o termo “invulnerável”, que nomeou por muito tempo as crianças que mais tarde seriam chamadas de resilientes (Anthony, 1987a e b; Garmezy, 1989; Lindström, 2001; Masten e Powell, 2007; Murphy, 1987; Rutter, 1985, 1993a e b; Werner e Smith, 1989, 1992). Vamos nos deter aqui a falar de Anthony, particularmente de suas explicações sobre a invulnerabilidade, porque isso nos ajudará a discutir o conceito da resiliência.

⁵⁴ “The insight of these pioneers extended beyond the observation of good adaptation or development when one might expect problems or disorder. Their achievement was in realizing, and then convincing others, the understanding what would come to be called resilience in individual development had the potential to inform policy, prevention programs, and interventions. Their work and ideas inspired others to undertake studies of competence and mental health in the lives of children threatened by significant risk or adversity, with the ultimate goal of improving the chances and development of future generations of children faced with such risks.”

Anthony, a partir de estudos com famílias de pacientes psicóticos, tal como fizeram Bleuler e Garmezy, introduziu a expressão “criança psicologicamente invulnerável” para designar aquelas que alcançavam saúde emocional e apresentavam alta competência apesar de estarem expostas a adversidades severas e/ou prolongadas (Rutter, 1985; Werner e Smith, 1992). Para o autor, essa competência que as crianças apresentavam significava “a capacidade para resolver com eficácia problemas apresentados na vida diária, levando a uma sensação de mestria e auto-estima positiva”⁵⁵ (Anthony e Cohler 1987b, p. 49).

Anthony (1987a) explica que o termo “invulnerável” foi aplicado a partir do seu entusiasmado reconhecimento inicial da existência do “anômalo grupo” das crianças que não se abatiam por seus pais psicóticos. Para nomeá-las, também usou os termos “*superphenic*”, “*supercycloid*” e “*supernormal*”. O autor parece ressentido ao dizer que “invulnerável” recebeu críticas por parecer mais mitológico do que científico e que foi pouco a pouco substituído pelo “menos provocativo termo resiliência (p. 148)”. Apesar disso, reconhece que uma completa invulnerabilidade é fictícia e que uma criança pode ser imune à exposição aos seus pais psicóticos, mas ainda ser vulnerável a outros tipos de estresse. De qualquer forma, antes de ser substituído pelo termo “resiliente”, os invulneráveis passaram a ser chamados “resistentes ao estresse”, como observou Block (1999).

A partir de suas observações e de estudos de outros pesquisadores, Anthony notou que tanto sociedades, como famílias ou indivíduos podem reagir diferentemente frente à adversidade. Em função disso, cunhou a analogia das bonecas de vidro, plástico e aço que são afetadas de maneiras diferentes ao receberem a pancada de um martelo. A primeira se quebra irremediavelmente; a segunda se abala e é marcada para

⁵⁵ “Competence – the capacity to effectively resolve problems presented in daily life, leading to a sense of mastery and positive self-esteem.”

sempre de alguma forma pela pancada; e a última apenas emite um som ao ser atingida, mas não é abalada em sua estrutura. Anthony (1987b) acrescenta que a consequência para as três bonecas seria outra se houvesse algum tipo de proteção entre elas e a pancada. Dessa forma, entende-se que o resultado das pancadas nas bonecas varia de acordo tanto com as características e a força aplicada do martelo, quanto com as características e a resistência das bonecas, além da variação advinda de fatores do ambiente que se interpõem entre o martelo e as bonecas.

Analogicamente, o autor explica que o resultado do confronto dos riscos com as crianças expostas a eles varia de acordo tanto com a natureza e a severidade dos riscos, quanto com a vulnerabilidade e a resiliência da criança, sendo que aqui a resiliência aqui entendida como sinônimo de resistência. Para Anthony (1987b), isso torna a predição de resultados extremamente difícil.

Como se pode ver, embora Anthony tenha utilizado o termo invulnerável e desencadeado muitos trabalhos que também o utilizaram para designar as crianças que, mais tarde, seriam classificadas como resilientes, em seu livro *“The Invulnerable Child”*, de 1987, ele já usava a palavra “resiliência”, assim como os outros autores do livro (Cohler, Murphy, Moriarty, Felsman e Vaillant entre outros). O prefácio da obra, entretanto, esclarece que, embora se entenda que não haja criança completamente invulnerável, optou-se por usar essa palavra no título do livro por se acreditar que este termo atinge mais fortemente o ponto da “invencibilidade psicológica” do que o termo resiliência (Anthony e Cohler, 1987a)

É de se observar que os pesquisadores não substituíram o termo “invulnerabilidade” inteiramente nem instantaneamente a partir do momento em que “resiliência” começou a ser usado. Durante um período (fim dos anos 70 e anos 80), as duas palavras eram usadas para designar a mesma classe de fenômenos relacionada à

resistência às adversidades. Dessa forma, a palavra “resiliência” era usada no lugar de “resistência” integrando a concepção que os autores tinham de invulnerabilidade. Anthony mesmo, como se viu acima, entendia que a invulnerabilidade de uma pessoa dependia do grau que ela apresentava de vulnerabilidade ou de resiliência (resistência) aos riscos ou às adversidades.

Mas assim como resiliência não tem apenas uma definição, a invulnerabilidade e outros termos, usados nos primeiros trabalhos sobre esses grupos de pessoas que resistiam às adversidades, também não têm definições consensuais.

Para Garmezy (1989, p. xix), por exemplo, invulnerável é criança saudável em lugar não saudável. É como se essa criança que se apresenta bem em um meio em que está exposta a riscos fosse não atingível. Já Werner e Smith (1989), no livro em que Garmezy fez essa definição, categorizam esse mesmo tipo de criança, que se desenvolve bem apesar de exposta a riscos, como vulnerável (como no título de seu livro “*Vulnerable but invincible: a longitudinal study of resilient children and youth*”), justamente por estar exposta a riscos, mas invencível por ter se “salvado” e apresentar desempenho positivo ou competência.

O próprio Anthony (1987b) traz uma lista com cinco tipos de invulnerabilidade que está, segundo ele, incompleta – o que mostra que o conceito é um tanto quanto ambivalente e aberto. Na visão do autor, os três primeiros tipos seriam, na verdade, pseudo-invulnerabilidades e apenas dois representariam as características dos verdadeiros invulneráveis. Abaixo, a lista com os tipos de Anthony:

1- Invulnerabilidade como sociopatia. Anthony (1987b) refere-se a esse tipo como “fenômeno Meursault”, por causa do personagem do livro “O Estrangeiro”, de

Camus⁵⁶. Neste livro, Meursault não reage à morte da mãe e não demonstra fortes emoções em relação a nada. Os indivíduos invulneráveis como ele não sofrem porque não se “engajam” na vida. Eles não demonstram sensibilidade em relação aos acontecimentos e “administram” os eventos da vida para não se estressar. Não têm intimidades com os outros e não se aproximam de novos objetos de amor por causa de ter sofrido nas mãos de seus objetos primários. Segundo Anthony, esse tipo invulnerável desenvolve cedo na vida defesas de supressão, isolamento e distanciamento dos objetos.

2- Invulnerabilidade do superprotegido. Por causa do excessivo cuidado da mãe, goza de ótima saúde, mas “mantém-se psicologicamente apegado, dependente, evitante e auto-centrado (p. 44) ⁵⁷”. Ele seria pseudo-invulnerável porque na verdade não foi desafiado pela vida, não foi submetido aos riscos. Segundo Anthony (1987b), ele tende a sofrer uma “pane” logo que deixar o ambiente “mágico” da proteção materna.

3- Outra pseudo-invulnerabilidade é a dos pseudo-heróis que se glorificam em demonstrar suas proezas, especialmente quando há uma platéia para testemunhar. Para se notabilizarem e se ajustarem à comunidade, demonstram ótimas performances em tarefas muito difíceis, mas escondem sua frágil condição. São essencialmente tímidos e carentes e desenvolveram excessivamente defesas contra-fóbicas e uma compulsão exibicionista. “Quando as dificuldades ou perigos aumentam além de certo ponto, as tendências fóbicas subjacentes irrompem abertamente e seu exibicionismo torna-se socialmente perturbador e inaceitável” (p. 44) ⁵⁸.

⁵⁶ Referência dada por Anthony (1987b): Camus, A. (1954) *The stranger*. New York: Knopf. Em português, uma edição mais recente da mesma obra citada: Camus, A. (2005) *O estrangeiro*. (A. Quadros, trad., 26ª edição) Rio de Janeiro: Record. (Original publicado em 1942)

⁵⁷ “...but as a consequence they remain psychologically attached, dependent, avoidant, and self-centered.”

⁵⁸ “When the difficulties or dangers increase beyond a certain point, the underlying phobic tendencies erupt into the open, or their exhibitionism may become socially disruptive and unacceptable.”

4- Verdadeira invulnerabilidade de verdadeiros heróis. Quando as coisas parecem piores, esses indivíduos, ao invés de entrarem em pane, melhoram seu desempenho. Parecem fortes desde crianças e são dotados de amplo leque de competências. Suas defesas normais, habilidades de *coping* e criatividade crescem com a idade. Têm relacionamentos duráveis, habilidades interpessoais e são queridos pelos pares. Demonstrando desejo de aprender, curiosidade e envolvimento, são queridos também pelos professores. Mostram muita competência a despeito (e às vezes por causa) de ambientes e experiências estressantes. Têm autocontrole e responsabilidade e são mais reflexivos do que impulsivos.

5- Invulnerabilidade de alguns que recuam diante dos riscos, se recuperam dos abalos e vulnerabilidades da vida e vão fazendo isso ao longo do tempo. Geralmente começam a vida fracos, frágeis, mas a despeito disso, apresentam uma implacável decisão de não sucumbir e, com muita persistência, enfrentam as adversidades em uma incansável luta pela sobrevivência. Com alto grau de criatividade, são capazes de transformar pela fantasia uma realidade dura, mas como isso pode atenuar a noção que têm de sua vulnerabilidade, eles podem se tornar suscetíveis a um abalo maior emocional.

É possível perceber a partir desta lista, que Anthony entende a invulnerabilidade e, conseqüentemente, a vulnerabilidade, como fazendo parte das estruturas intrínsecas do indivíduo, ou como sendo um traço de sua personalidade.

O traço de personalidade é um aspecto duradouro do comportamento de uma pessoa e representa um ou mais aspectos de sua constituição caracterológica e tendências comportamentais (OMS, 1993). De acordo com Formiga e colaboradores (2004), o constructo dos traços de personalidade pode ser definido como “características individuais consistentes do comportamento exibido pelo indivíduo em situações

diversas, normalmente concebidas como disposições” (p. 4). De acordo com Gordon Allport, citado por Kaplan e Sadock (1993), “os traços são as unidades principais da estrutura da personalidade” (p. 200) e representam sua essência. Podem ter origens genéticas e, sendo assim, “nascem” com o indivíduo; ou podem ser construídos na relação sujeito-ambiente.

Nessa perspectiva, o tipo 4 seria especialmente dotado de habilidades de enfrentamento, coragem e força, enquanto o tipo 1 seria dotado de insensibilidade, frieza. Os tipos 2 e 3, sendo “pseudoinvulneráveis”, mostram-se fortes, mas são, na verdade, fracos, pois um é superprotegido e o outro é patologicamente carente e exibicionista. Já tipo 5 tem fragilidades, mas a persistência para lutar e vencer. Cada tipo é de uma determinada maneira e, pela forma como Anthony os apresenta, eles não poderiam se transformar: eles são assim e não estão assim. Têm como traços de personalidade a invulnerabilidade ou a vulnerabilidade. Mesmo que Anthony considere que a vulnerabilidade e a invulnerabilidade possam ter origens tanto genéticas quanto ambientais, pela maneira como ele apresenta suas idéias sobre esses conceitos, parece que o autor entende que, quando a característica se apresenta, já se tornou constitucional da pessoa, já é um aspecto de sua personalidade.

1.2- Atualmente

2.1. E a resiliência? Traço ou processo?

Sendo os estudos da resiliência um “capítulo seguinte” aos estudos da invulnerabilidade, é natural que os pioneiros da resiliência ainda tivessem uma compreensão do fenômeno estudado semelhante às idéias de seus precursores.

Assim, nos primeiros estudos, como aponta Waller (2001), a resiliência era concebida como uma qualidade de alguns indivíduos, ou como resultado de traços de personalidade ou de estilos de *coping* que os caracterizaria como resilientes, ao passo que existiriam os sujeitos não-resilientes, não dotados de capacidade para resistir ou para enfrentar as adversidades. Essa concepção ainda vinha associada à idéia de a resiliência ser uma característica mais inata do que passível de ser adquirida.

Mas é importante reforçar que um traço de personalidade não necessariamente é inato. Pode se construir ao longo da vida de uma pessoa em sua relação com o ambiente, como foi dito anteriormente. Pode-se entender isso através de um exemplo simples: lavar as mãos antes das refeições é um hábito adquirido, mas a higiene pode se tornar uma característica da pessoa, um traço de personalidade que foi se constituindo pelo processo de educação. A resiliência também poderia ser entendida dessa forma, como uma possibilidade para qualquer pessoa, conforme apontam Assis, Pesce e Avanci (2006). Porém, não o era nos estudos iniciais.

Além de considerar a resiliência um traço, os estudos pioneiros, tais como citados por Libório, Castro e Coelho (2006), Souza e Cerveny (2006b), Walsh (2005), Yunes (2006) e Yunes e Szymanski (2001), também entendiam a resiliência como uma característica permanente dos sujeitos que ainda eram considerados invulneráveis, ou invencíveis, mesmo que não fossem mais nomeados dessa maneira. Porém, para Rutter (1993), é justamente a nomenclatura de “invulnerável” que carrega esse sentido de traço inato e permanente. A resiliência teria “herdado” esse sentido.

Pensamos que essa visão da resiliência como um traço de personalidade, ou como sendo inata e permanente seja resultante não só dos sentidos associados com a nomenclatura precursora (invulnerabilidade), mas também de um tipo de pesquisa que

era realizada pelos pesquisadores da primeira geração dos estudos da resiliência⁵⁹ e ainda o é.

Nesses estudos, focados nos riscos, uma população ou pessoas que vivem em condições difíceis e para as quais é provável um desenvolvimento insatisfatório, são tomadas como sujeitos de pesquisa (Bonanno, 2004; Cecconelo, 2003; Hammen, 2007; Trombetta e Guzzo, 2002; Werner e Smith, 1989, 1992, 2001; Zucker, Wong, Putler e Fitzgerald, 2007). Se alguns sujeitos dessa amostra apresentam-se bem nessa situação, ou se desenvolvem normalmente, considera-se que ali houve resiliência e nomeia-se esse grupo dos que se saíram bem como resilientes. Esse grupo dos resilientes é comparado com o grupo das crianças que também são competentes, mas não estão em meio a muito estresse, e com aquelas que estão em meio a alto estresse, mas não mostram competência. A partir de então, o pesquisador busca os fatores que fizeram com que os indivíduos do grupo dos resilientes se adaptassem tão bem às situações ou as enfrentasse bem e o pesquisador elabora uma lista de características deste grupo de pessoas estabelecendo um perfil dos resilientes. A pesquisa de Werner e Smith (1989), discutida como marco dos estudos do tema em capítulo precedente, é uma mostra desse tipo de investigação. O capítulo 1.5 apresentou a lista de características pessoais dos resilientes que as pesquisadoras elaboraram em seus resultados.

Vários outros pesquisadores apresentaram um conjunto de atributos das pessoas consideradas resilientes. Flach (1991), por exemplo, aponta como características:

um forte e flexível sentido de auto-estima; independência de pensamento e ação, sem medo de depender dos outros ou relutância em ficar nessa condição de dependência; a habilidade de dar e receber nas relações com os outros, e um bem estabelecido círculo de amigos pessoais, que inclua um ou mais amigos que servem de confidentes; um alto grau de disciplina pessoal e um sentido de responsabilidade; reconhecimento e desenvolvimento de seus próprios talentos; mente aberta e receptiva a novas idéias; disposição para sonhar; grande variedade de interesses; apurado senso de humor; percepção

⁵⁹ A respeito da divisão dos estudos sobre a resiliência em gerações, ver capítulo 1.5.

de seus próprios sentimentos e do sentimento dos outros, e capacidade de comunicar esses sentimentos de forma adequada; grande tolerância ao sofrimento; concentração, um compromisso com a vida, e um contexto filosófico no qual as experiências pessoais possam ser interpretadas com significado e esperança, até mesmo nos momentos mais desalentadores da vida” (p. 124).

Melillo, Estamatti e Cuestas (2005), por sua vez, citam o que foi designado como os pilares da resiliência: introspecção, independência, capacidade de se relacionar, iniciativa, humor, criatividade, moralidade e auto-estima consistente. Nota-se nestes dois exemplos de enumeração de características de sujeitos resilientes que o foco dos estudiosos é muito mais o fator individual, disposicional do que o relacional. E isso pode fazer com que a resiliência seja entendida como um traço de alguns.

Luthar, Cicchetti e Becker ⁶⁰, citados por Yunes (2006), afirmam que o fato de a resiliência ser entendida como traço foi provocado pelo uso ocasional da expressão “criança resiliente” por pesquisadores que, na verdade, nem concebem o fenômeno como um atributo disposicional e, muito pelo contrário, são adeptos de uma visão processual e dinâmica da resiliência. Elas explicam que o termo “criança resiliente” se refere mais à pressuposição de condições de resiliência do que a características pessoais.

Atualmente percebe-se ser mais comum que os pesquisadores entendam a resiliência como um processo a ser desenvolvido dinamicamente na interação do sujeito com sua história, seu entorno e com a adversidade com que se defronta, do que como um traço. Porém, muita pesquisa ainda é apresentada com o viés da resiliência-característica pessoal, principalmente no Brasil onde os estudos sobre o tema são mais recentes. As idéias de Libório, Castro e Coêlho (2006) vão ao encontro com o que foi dito ao apontarem que, apesar dos pesquisadores-referência atuais defenderem o caráter processual, dinâmico e relativo da resiliência, ainda acontece de o tema ser tratado a

⁶⁰ Luthar, S. S., Cicchetti, D. e Becker, B. (2000). The construct of resilience: a critical evaluation and guidelines for future work. *Child Development*, 71 (3), 543-562.

partir de perspectivas individualizantes, não-relacionais, deterministas, absolutizantes, estáticas e estigmatizantes.

Rachman (2008), investigando a compreensão que os pesquisadores brasileiros têm do constructo resiliência, tomou como objeto de estudo os trabalhos de pós-graduação *strictu sensu* em Educação e Psicologia da Educação, produzidos sobre o tema, no país, nos anos 2002 a 2007. A autora apontou que menos da metade dos trabalhos examinados enxergava a resiliência como um processo dinâmico, ligado a uma situação de enfrentamento de adversidades. De 14 trabalhos analisados, apenas 6 mostravam essa concepção. Segundo ela percebeu, a maior parte ainda entendia a resiliência como um traço, característica do indivíduo, ou de forma híbrida, ora vista como processo, ora como característica, qualidade da pessoa. Rachman identificou que todos os trabalhos que já concebem a resiliência de forma processual são de pesquisadores do Rio Grande do Sul, justamente o estado onde notamos maior tradição nos estudos sobre o tema neste país. Isso denota uma maior maturidade da pesquisa.

Para a pesquisadora, a compreensão da resiliência como um traço, condição constitutiva do sujeito, leva à utilização do termo da forma substantivada (como em “nossas resiliências”) ou adjetivada, como em “criança resiliente”. Porém, alertam Masten e Powell (2007), não é apropriado chamar, adjetivar ou “diagnosticar” uma pessoa como resiliente. Para as autoras, a resiliência é uma descrição de um padrão geral e diagnosticar uma pessoa como resiliente seria como encaixá-la no padrão, definindo-a totalmente para todos os tempos de uma só maneira, permanentemente. Mais adequado seria dizer: “essa pessoa mostra características de resiliência (p. 5) ⁶¹” Junqueira e Deslandes (2003) propõem: “não podemos falar de indivíduos resilientes,

⁶¹ “*This person shows the features of resilience.*”

mas de uma capacidade do sujeito de, em determinados momentos e de acordo com as circunstâncias, lidar com a adversidade, não sucumbindo a ela” (p. 229).

Luthar e Zelazo (2003) explicam que entender a resiliência como um traço pessoal de algumas pessoas em risco que “se dão bem” na vida acarreta o fato de que aquelas que não têm o mesmo sucesso são responsabilizadas ou culpabilizadas pessoalmente pela sua falha, por não “terem” a resiliência. Culpabiliza-se a vítima, como diz Ryan⁶², citado por Waller (2001). E isso acaba por estigmatizá-la. Ryan assinalou como esse “culpabilizar a vítima” tem sido usado ao longo da história para “retratar os problemas sociais de minorias étnicas como defeito próprio, preferivelmente a reconhecer a responsabilidade da sociedade na formação e manutenção dos mesmos”⁶³ (Waller, 2001, p. 291).

Para que se identifique a concepção adotada de resiliência (como traço ou processo), Luthar e Zelazo (2003) propõem, para a literatura em inglês, que se utilizem a palavra “*resilience*”, com “e” no final, para nomear a concepção da resiliência como processo; e “*resiliency*”, com “y”, para a conotação de característica de personalidade. E insistem para que os pesquisadores deixem claro sua visão sobre o tema. Porém, não há evidências de que essas propostas foram adotadas.

Embora atualmente ainda exista uma “confusão” entre essas duas visões sobre o tema, entende-se que uma perspectiva amadurecida do mesmo é aquela que o entende como um fenômeno processual que envolve, como aponta Lindström (2001):

Primeiro, fatores relacionados com o indivíduo (genética, idade, fase do desenvolvimento, sexo, constituição, experiência de vida e histórico de vida). Segundo, o contexto (suporte social, classe social, cultura, ambiente). Terceiro, a quantidade e qualidade do evento de vida (se desejável, se controlável, sua magnitude, clusters, duração no tempo e efeitos a longo prazo) (p. 136).

⁶² Ryan, W. (1971). *Blaming the victim*. New York: Vintage Books.

⁶³ ... “*portray the social problems of ethnic minorities as their own fault, rather than recognizing society’s responsibility in the formation and maintenance of social problems.*”

O autor ainda acrescenta os fatores de proteção como uma quarta dimensão que atua sobre a resiliência. Nós, no entanto, entendemos que tais fatores estariam já em meio aos dois primeiros citados, pois tanto as características do sujeito quanto as do contexto podem funcionar como proteção frente às adversidades.

Concluindo, deve-se ter clareza em relação à concepção de resiliência que se adota. Aqui entendemos que o conceito não deve ser concebido como um atributo natural e nem como se fosse permanente, fixo, estático, como se o sujeito resiliente tivesse sempre uma mesma capacidade de enfrentamento e superação e que essa capacidade não variasse de acordo com as circunstâncias enfrentadas. A resiliência se transforma se as circunstâncias mudam. Ela é processual e dinâmica. Cada processo de enfrentamento de adversidades acontece de uma determinada forma que dependerá de quem enfrenta, do que se enfrenta e de quais circunstâncias envolvem o processo. Cada pessoa pode apresentar resiliência de uma maneira diferente. Os mesmos sujeitos podem apresentar o processo de resiliência de formas diversas em situações diferentes, podendo usar de mecanismos de enfrentamento diferentes, podendo sofrer mais ou menos em cada situação. E até adversidades semelhantes, os sujeitos podem não enfrentar da mesma forma (Yunes, 2006; Walsh, 2005, Waller, 2001).

Entretanto, Assis, Pesce e Avanci (2006) acreditam que existe uma “continuidade instável” na manifestação da resiliência ao longo da vida de uma pessoa:

As pessoas costumam manter a forma de agir dentro do seu parâmetro de possibilidades, mesmo que esta evolua ou que retroceda em determinadas circunstâncias. A força da continuidade, todavia, pode ter suas raízes balançadas se algum evento estressante ou a conjunção desses eventos destruir o limite individual de suporte ao sofrimento. Nesses casos, manifesta-se mais intensamente a instabilidade existente em um indivíduo até então com evidente capacidade de superação dos problemas (p. 21-22).

2.2. Resiliência: um conceito em aberto

Se a resiliência ainda é considerada por alguns um traço de personalidade e por outros, não, notam-se na literatura muitas outras divergências na conceituação do tema. E se os pesquisadores acadêmicos não chegam a um consenso a respeito de sua definição, a mídia e o senso comum, se apropriando livremente das discussões da área, aprofundam as contradições.

A pesquisadora canadense Martineau⁶⁴, citada por Yunes (2003), aponta que pessoas ou coisas (desde produtos cosméticos até pneus) são descritas como resilientes tanto por resistirem quanto por provocarem mudanças. Martineau relata também que pessoas famosas, analisadas pela mídia, costumam ser classificadas como resilientes tanto por terminarem seus casamentos quanto por tolerá-los. Uma banalização do conceito já é visualizada em diálogos informais quando as pessoas se auto-classificam como resilientes ou não-resilientes.

Ungar (2005a) relata um aumento de referências ao tema na imprensa popular e em escritos clínicos. Ele aponta que qualquer pessoa que supera qualquer tipo de adversidade pode ser considerada como um exemplo de vida de resiliência e entende que o termo resiliência tem se tornado onipresente, mas também sem significado.

E enquanto o senso-comum se apropria da palavra resiliência e revistas leigas⁶⁵ e alguns autores a utilizam como auto-ajuda como se as teorias sobre o fenômeno estivessem suficientemente estabelecidas, os estudiosos acadêmicos da resiliência, que realizam trabalhos consistentes sobre o tema, ainda não chegaram a conclusões que proporcionem um corpo teórico coerente, haja vista as diversas

⁶⁴ Martineau, S. (1999) *Rewriting resilience: a critical discourse analysis of childhood resilience and politics of teaching resilience to "kids at risk"*. University of British Columbia, Canadá. Tese de doutorado não publicada.

⁶⁵ Só citando com exemplo, no Brasil, em agosto de 2007, a revista UMA (Editora Símbolo) publicou a matéria de Juliana Motter "Resiliência: o Poder de ressurgir das cinzas".

variações do conceito, entendimentos díspares da natureza do fenômeno relacionados a diferentes visões de homem dos pesquisadores e usos diversificados do termo.

Segundo Infante (2005), em concordância ao que já foi dito anteriormente, algumas conceituações referem-se à resiliência como uma capacidade humana, passível de ser desenvolvida em todas as pessoas, enquanto outras a consideram traço inerente a alguns indivíduos, como uma característica inata e estática. A autora aponta que há também referências à resiliência como soma de fatores de proteção que influem no desenvolvimento do indivíduo, ou como processo de adaptação em situações adversas.

Já Silva, Elsen e Lacharité (2003) observaram nas teorias da resiliência, duas dicotomias sob ponto de vista conceitual. A primeira considera a resiliência ora como resultado de desenvolvimento que emerge em circunstâncias adversas, ora como o próprio acontecer do desenvolvimento ou como uma “trajetória desenvolvimental positiva” (p. 153). A outra dicotomia é observada quando alguns autores entendem a resiliência como a capacidade de enfrentamento sem prejuízo para o desenvolvimento, enquanto outros a entendem como a capacidade de enfrentamento apesar do impacto que as adversidades exercem sobre a vida.

A partir da análise documental aqui realizada, notam-se ainda, discordâncias sobre a resiliência ser uma capacidade (potencialidade), um processo de enfrentamento ou o resultado deste. E mesmo entre os que a definem, por exemplo, como processo de enfrentamento, há formas diferentes de tomar o assunto: alguns vêem o enfrentamento que resulta no ajustamento da pessoa à sociedade (Luthar, 1991; Luthar e Zigler, 1991; Masten, 2001), outros vêem o enfrentamento para a sobrevivência (Pinheiro, 2004) e outros, para a recuperação e reconstrução (Cyrułnik, 2003; Flach, 1991; Murphy, 1987; Walsh, 2005). E de acordo com a visão e com a definição que o pesquisador tem da resiliência, a forma de pesquisá-la se altera.

De maneira semelhante, Souza e Cerveny (2006a) mostram que definições diversas abordam o conceito “resiliência” sob diferentes aspectos:

Presença de traços de personalidade; o desenvolvimento normal sob condições difíceis; a manifestação de competência apesar das condições difíceis; o desenvolvimento da capacidade de adaptação bem sucedida, salientado a competência manifestada na vida adulta; a condição de resistência e o resultado do equilíbrio entre fatores protetores e de risco. (p. 25)

Segundo as autoras, enquanto a primeira definição traz a idéia da resiliência como traço imutável desconsiderando a influência do meio, a segunda parece considerar a resiliência um processo desenvolvido com condições difíceis. Já a terceira definição apresenta a resiliência como comportamento que parece independer das condições em que ocorre. Ainda para Souza e Cerveny (2006a), se a última definição salienta o equilíbrio e a manifestação de respostas adequadas resultantes de variáveis mediadoras e moderadoras entre fatores de risco e proteção, a penúltima, “envolve uma atitude ou capacidade que impede que a pessoa seja afetada pela adversidade (p. 25).”

Junqueira e Deslandes (2003) também deixam claro que a resiliência possui muitas definições e o conceito ainda está em construção e debate. Essas autoras realizaram um estudo de revisão crítica do tema cujo enfoque foi os “antagonismos, ambigüidades e descensos no interior desse debate” (p. 228). Elas selecionaram textos produzidos por órgãos importantes do campo da saúde da criança e do adolescente, além de representativos textos acadêmicos norte-americanos e europeus, e conseguiram identificar polarizações no conceito de resiliência em torno de alguns eixos como “adaptação/superação”, “inato/adquirido” e “permanente/circunstancial” (p. 227).

Os dois últimos eixos citados acima já foram discutidos no capítulo anterior, que deixou claro que, principalmente no início dos estudos sobre o tema, a resiliência era entendida como inata e permanente, característica estrutural de alguns indivíduos. E que, atualmente, apesar de alguns autores que a tomam como nos primórdios das

pesquisas, entende-se que ela pode ser alcançada, adquirida, e que pode se mostrar ou não dependendo das situações por que passam os sujeitos, não devendo ser considerada permanente. Estando isto posto, o eixo adaptação/superação é que será mais profundamente discutido.

2.3. Organizando as diferentes definições de resiliência: adaptação X superação

Entendemos que essa forma de organizar as conceituações da resiliência em eixos de significado é útil para visualização de como elas vêm sendo concebidas e também como um ponto de partida para novas reflexões. Por isso, a proposta de Junqueira e Deslandes (2003) será aqui apresentada e discutida antes de propormos outras formas de se entender as diferenças nas concepções do tema.

Para estabelecerem o eixo adaptação/superação, Junqueira e Deslandes observaram duas maneiras diferentes de se conceber a resiliência: uma que enfoca o caráter adaptativo dos indivíduos que, frente aos traumas e adversidades, desenvolvem comportamentos adaptados às expectativas sociais (pólo adaptação); e outra que enfoca o sentido de superação do trauma vivido que é elaborado simbolicamente (pólo superação). Assim, foram categorizadas no pólo adaptação as definições de resiliência que têm um sentido de ajustamento passivo às normas sociais; e, no pólo superação, aquelas que implicam em uma elaboração ativa dos traumas vividos, como uma maneira própria de significar as adversidades e lidar com elas.

As autoras, estudando a resiliência relacionada à violência contra a criança, criticam a visão de adaptação de algumas definições porque podem implicar em uma perspectiva individualista de superação individual dos traumas através da conformidade diante da violência.

Considera-se muito interessante essa maneira de organizar e de se perceber as diferenças nas concepções do tema aqui estudado, tanto que aqui ela é tomada como ponto de partida para novas reflexões. No entanto, as definições que as autoras trazem como exemplos para cada um dos pólos do eixo proposto nem sempre deixam claro porque estariam neste pólo e não em outro. Por exemplo, Junqueira e Deslandes (2003) exemplificam o pólo “adaptação” com a definição de Blum⁶⁶ – “capacidade de se recuperar e de manter um comportamento adaptado após um dano” (p. 231) – e a de Steinhauer⁶⁷ – “adaptação extraordinariamente boa diante de estresse grave e contínuo” (p. 230). Por outro lado, para o pólo “superação”, trazem as definições de Haynal⁶⁸ – “capacidade de atribuir significado a um evento traumático” (p. 231) – e de Cyrulnik⁶⁹ – “capacidade de se adaptar a diferentes meios e de superar problemas distintos, construindo-se como sujeito na adversidade” (p. 231). Até aí, essas definições não deixam muitas dúvidas de o porquê estariam em um pólo ou noutro. Mas quando as autoras mostram como representativas do pólo “superação”, as definições de Bouvier⁷⁰ – “capacidade de sair-se bem e de maneira aceitável pela sociedade, apesar de grave estresse ou de uma adversidade que possam comportar um grave risco” (p. 231) – e de Poilpot⁷¹ – “capacidade de sair-se bem, mesmo em situações difíceis ou traumáticas” (p. 231) –, a diferenciação que fazem para os dois pólos começa a ficar confusa, já que essas definições parecem remeter também à adaptação.

⁶⁶ Blum, R. W. (1997). Risco e resiliência: sumário para o desenvolvimento de um programa. *Adolescência Latino-americana*, 1 (1), 16-19.

⁶⁷ Steinhauer, P. D. (2001). Aplicaciones clínicas y de servicio de la teoría de resiliencia con referencia particular a los adolescentes. *Adolescência Latino-Americana*, 2, 159-172.

⁶⁸ Haynal, A. (1999) Les orphelins savent rebondir. Em B.Cyrulnik (org.). *Ces enfants qui tiennent les coups* (pp.45-59), Revigny-sur-Ornain: Hommes et perspective.

⁶⁹ Cyrulnik, B. (1999) La résilience: um espoir inattendu. Em M. -P. Poilpot (org.). *Souffrir et se Construire* (pp.13-24). Ramonville: Editions Érès.

⁷⁰ Bouvier, P. (1999) Abus sexuels et résilience. Em M.-P. Poilpot (org.). *Souffrir et se construire* (pp. 125-161). Ramonville: Editions Érès.

⁷¹ Poilpot, M. -P. (1999). Introduction. Em M.-P. Poilpot (org.). *Souffrir et se construire* (pp. 7-11). Ramonville: Editions Érès.

Propomos neste trabalho outra forma de sistematizar as definições de resiliência a partir da mesma antinomia adaptação/superação. Consideramos que no pólo da adaptação devem ser colocadas as definições da resiliência que entendem o fenômeno de maneira mais próxima à símile do elástico que se estica e volta depois ao que era. Aqui, o sujeito se adaptaria, ajustaria ao impacto de uma adversidade, de riscos ou danos sofridos, podendo ser observado posteriormente em seu estado de desenvolvimento normal, não necessariamente crescendo mais a partir do enfrentamento. Já no pólo da superação, estariam as definições de resiliência que compreendem um fenômeno de transformação e crescimento a partir do encontro do sujeito com as adversidades. Nas definições de resiliência classificadas neste último pólo, o sujeito abalado não volta a ser o que era, como acontece com um elástico: ele se torna melhor do que antes, mais desenvolvido, mais forte e, talvez, mais preparado para outros enfrentamentos.

Exemplificando a nossa idéia de adaptação para o conceito de resiliência, apresentamos algumas definições:

- “Os mecanismos que permitem às pessoas comportar-se ou desenvolver-se normalmente sob condições adversas” (Linsdström, 2001, p. 133);
- “Capacidade de recuperar e manter um comportamento adaptado após um dano” (Blum, 1997, p. 16);
- “O conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento saudável do indivíduo, mesmo este vivenciando experiências desfavoráveis” (Pesce e colaboradores, 2005, p. 436);

- “História de adaptações exitosas no indivíduo que foi exposto a fatores biológicos de risco ou eventos de vida estressantes” ⁷² (Kotliarenco e colaboradores, 1997, p. 5, sintetizando a idéia de vários autores);

Nessas definições de resiliência classificadas por nós no pólo adaptação, em contraposição ao pólo superação, têm-se a concepção de que o sujeito, após o enfrentamento de uma adversidade, problema ou desafio, não necessariamente se desenvolve para além do que ele já conseguiria sem o mesmo enfrentamento. Ele apenas continua o seu caminho de desenvolvimento saudável conseguindo, como dizem Junqueira e Deslandes (2003, p. 229), “desenvolver comportamentos ‘adaptados’ ao que é esperado pela sociedade”.

Mas é importante notar que, mesmo nesse agrupamento de definições da resiliência que tem aspectos semelhantes, o que permite que sejam classificados dentro deste pólo a que chamamos “adaptação”, há divergências importantes entre os autores sobre o que deve e o que não deve ser considerado resiliência. Bonanno (2004), por exemplo, que pode ser classificado neste pólo ao dizer que a “resiliência reflete a habilidade para manter um equilíbrio estável (p. 20) ⁷³,” difere resiliência de recuperação. Este autor estuda a resiliência em sujeitos que, expostos a eventos potencialmente perturbadores, mantêm o funcionamento físico e psicológico saudável, de maneira relativamente estável. Estes sujeitos aparentemente não se perturbam diante de eventos que costumam abalar outras pessoas. Para Bonanno, estudar sujeitos que se perturbaram ou apresentaram algum nível de psicopatologia após contato com adversidades e que depois voltaram a ser como eram, seria estudar outro fenômeno, o da recuperação, que para o autor é diferente da resiliência. Com isso, a definição de resiliência de Blum (1997, p. 16), por exemplo, – “capacidade de recuperar e manter um

⁷² “*Historia de adaptaciones exitosas en el individuo que se ha visto expuesto a factores biológicos de riesgo o eventos de vida estresantes.*”

⁷³ “*...resilience reflects the ability to maintain a stable equilibrium.*”

comportamento adaptado após um dano” –, para Bonanno, estaria mais ligada à de “recuperação”. Já a de Lindsström (2001, p. 133), que descreve resiliência como “os mecanismos que permitem às pessoas comportar-se ou desenvolver-se normalmente sob condições adversas”, teria mais correspondência com suas concepções.

É interessante pensar que se há autores que diferem os fenômenos de recuperação e resiliência, há outros que consideram que é justamente a recuperação que deve ser estudada nas pesquisas de resiliência. A precursora do tema Lois Murphy (1987) ilustra essa “corrente” ao escolher estudar a resiliência enquanto recuperação a curto ou longo prazo. E a pesquisadora explica que, em sua concepção, o fenômeno estudado, definido como “a capacidade para recuperar-se de um estado perturbado”⁷⁴ (p. 99), “envolve aspectos globais da criança como um todo – crescimento e impulso para o crescimento, equilíbrio após desequilíbrio”⁷⁵ (p. 101). Essa concepção de Murphy já pode ser categorizada dentro do pólo “superação”, pois tematiza o crescimento que se dá a partir do encontro do sujeito com as adversidades.

Esclarecemos, no entanto, que a diferenciação ou classificação das definições de resiliência em um pólo ou noutro se baseia basicamente na análise dos trechos dos textos em que os autores apresentam tais definições. Isso pode acarretar que uma definição seja classificada em um pólo, enquanto que as idéias como um todo do autor tenham mais correspondência com a concepção representada pelo outro pólo. A definição de resiliência apresentada acima por Murphy (1987), por exemplo, tomada isoladamente, poderia ter sido categorizada tanto como representativa do pólo adaptação, como do pólo superação. “A capacidade para recuperar-se de um estado perturbado” é uma definição muito vaga e imprecisa e poderia gerar diferentes interpretações. Porém, pelo conjunto dos argumentos da autora, apresentados ao longo

⁷⁴ ... “*the capacity for recovery from disturbed state...*”

⁷⁵ ... “*involves global aspects of the whole child – growth and growth drive, equilibration after disequilibrium.*”

de seu artigo, pudemos perceber que sua concepção era mais representativa do pólo superação.

Grotberg (1999, 2005, 2006) é também representativa do “pólo superação”. A autora traz uma definição que, segundo ela, é uma das mais divulgadas e dela derivariam outras variações: a resiliência é “a capacidade humana para enfrentar, vencer e ser fortalecido ou transformado por experiências de adversidade” (Grotberg, 2005, p. 15). Ralha-Simões (2001) avança nessa idéia:

Resiliência traduzir-se-ia, por conseguinte, numa capacidade pessoal para enfrentar a adversidade, de modo não só a resistir-lhe ou a ultrapassá-la com êxito, mas a extrair daí uma maior resistência a condições negativas subseqüentes, tornando-se os sujeitos mais complexos e menos vulneráveis em função daquilo em que se modificaram após terem sido submetidos a esse tipo de experiência (pp. 96-97).

Aldo Melillo (2004b), vice-diretor do Centro Internacional de Informação e Estudos da Resiliência (CIER), que funciona na Universidade de Lanús, na Argentina, também utiliza uma definição de resiliência relacionada à idéia de superação: “a capacidade dos seres humanos de superar os efeitos de uma adversidade a que estão submetidos e, inclusive de sair fortalecidos da situação”⁷⁶ (p. 63). Esse autor é claramente contrário às concepções de resiliência que a entendem como uma adaptação sem crescimento ou como um retorno ao que se era. Ele esclarece: “se há autores que traduziram resiliência como “elasticidade”, em nosso atual conceito, nada disso se mantém; a resiliência não supõe nunca um retorno *ad integrum* a um estado anterior à ocorrência do trauma ou da situação de adversidade: nada mais é igual”⁷⁷ (Melillo, 2004a, p. 1).

⁷⁶ “La capacidad de los seres humanos de superar los efectos de una adversidad a la que están sometidos e, incluso, de salir fortalecidos de la situación.”

⁷⁷ “Si bien hay autores que han traducido resiliencia como “elasticidad”, en nuestro actual concepto nada de eso se mantiene; la resiliencia no supone nunca un retorno *ad integrum* a un estado anterior a la ocurrencia del trauma o la situación de adversidad: ya nada es lo mismo”

As definições acima se encontram no “pólo superação”, pois apontam claramente o enfrentamento de adversidades que são superadas e o caráter fortalecedor dessa experiência.

McCubbin, Thompson e McCubbin⁷⁸, citados por Souza e Cervený (2006a), também trazem uma definição que pode ser classificada neste pólo superação, apesar de usarem nela a palavra “adaptação”: “processo de adaptação aos eventos estressores que ultrapassa o simples ajustamento, pois envolve a mudança de crenças e de visão de mundo” (p. 119).

Essa definição deixa clara uma conjugação entre o que concebemos, nessa dissertação, para o “pólo superação” (a idéia de resiliência como propulsora de transformação), e a concepção para o “pólo superação” explicitada por Junqueira e Deslandes (2003) (superação de trauma a partir de uma elaboração ativa), pois explicita uma transformação pessoal que vai além do ajustamento, da adaptação, e explicita também a elaboração pessoal ao falar de mudança de crenças e de visão de mundo. Na verdade, pode-se dizer que, geralmente, a transformação e o crescimento que se dão no processo de resiliência são frutos de uma elaboração que se faz das adversidades, como comentam muitos autores (Assis, Pesce e Avanci, 2006; Cohler, 1987; Cyrulnik, 2001, 2003; Flach, 1991; Libório, Castro e Coêlho, 2006; Ralha-Simões, 2001 entre outros).

Em concordância com essa idéia de elaboração pessoal que tece a resiliência, assim como das idéias de superação e recuperação, está Walsh (2005) que define a resiliência como “a capacidade de se renascer da adversidade fortalecido e com mais recursos” (p. 4). E explica: “é um processo ativo de resistência, reestruturação e crescimento em resposta à crise e ao desafio.” Ao se referir a um “renascimento”, a

⁷⁸ McCubbin, H.I.; Thompson, A.L. e McCubbin, M.A. (1996) *Family assessment: resiliency, coping and adaptation*. Madison: University of Wisconsin Publishers.

autora ressalta o aspecto da transformação que se efetua a partir do enfrentamento da adversidade.

Se existem muitos autores que dizem que os sujeitos que apresentam resiliência o fazem **apesar** das adversidades, Walsh (2005) faz questão de salientar que a resiliência se constrói por causa delas, a partir do encontro do sujeito com elas. Explica: “como os pesquisadores descobriram, a resiliência é forjada pela adversidade, não apesar dela. As crises e as dificuldades da vida podem extrair o melhor de nós quando enfrentamos os desafios” (Walsh, 2005, p. 7). A autora cita o estudo de Higgins⁷⁹ que descobriu que os adultos estudados emergiram com forças porque foram extremamente “testados” pelo sofrimento.

Experimentaram as coisas de forma mais profunda e intensa e deram maior valor à vida. Com frequência, isso se tornou uma fonte de ativismo social, um compromisso em ajudar os outros a superarem suas dificuldades; com o tempo, experimentaram maior crescimento por intermédio desses esforços (Walsh, 2005, p. 7).

A concepção de Cowan, Cowan e Shulz⁸⁰, citados por Polleto e Koller (2006, p. 31) concorda com as idéias de Walsh ao apontar que “a resiliência refere-se aos processos que operam na presença de risco para produzir conseqüências boas ou melhores do que aquelas obtidas na ausência do risco”. O trecho do texto de Assis, Pesce e Avanci (2006) acrescenta a essa questão:

A capacidade de resiliência implica encontrar forças para transformar intempéries em perspectivas. Sem dúvida, as adversidades são um fator necessário para se tecer o amadurecimento do caráter e a resiliência, mas isoladamente são insuficientes para promovê-la (p. 57).

Mas há muito mais o que ser discutido a respeito dos significados subentendidos ou explícitos nas diversas formas de se conceber a resiliência. A principal

⁷⁹ Higgins, G. O. (1994). *Resilient adults: Overcoming a cruel past*. San Francisco: Jossey-Bass.

⁸⁰ Cowan, P.A., Cowan, C.P. e Schuz, M.S. (1996). Thinking about risk and a resilience in families. Em E. M. Hetherington e E. A. Blechman (Eds.), *Stress, coping and a resiliency in children and families* (pp. 1-38). New Jersey: Lawrence Erlbaum.

discussão se relaciona com o termo “adaptação”, que integra grande parte das teorias sobre o tema e que costuma ter significados diferentes que se associam a diferentes ideologias.

2.4. Adaptação piagetiana, adaptação positiva e “sobre adaptação”

Alguns autores, ao falarem de resiliência, evocam o termo “adaptação” em um sentido piagetiano (Anthony, 1987b; Block e Kremen, 1996; Ralha-Simões, 2001; Santos, 2006; Santos e Dell’Aglia, 2006). Para Piaget (1983, 1987, 2003), o termo não está associado com passividade, mas sim com o mecanismo por excelência do desenvolvimento, do processo de organização e complexificação da inteligência. Para o autor, o sujeito desenvolve-se graças a processos sucessivos de adaptação a situações novas que incluem os mecanismos de assimilação e acomodação.

Através do mecanismo de assimilação, o sujeito integra às suas estruturas algo do meio com o qual interage, ou seja, interpreta o novo conhecimento a partir de sua maneira já estruturada de conceber as informações. Já na acomodação, as estruturas do sujeito se modificam para “acomodar” uma situação nova; ele muda sua forma de conceber o conhecimento para se acomodar ao que é novo.

Piaget (2003) explica que o equilíbrio entre a assimilação e a acomodação define a adaptação. Macedo (1983) deixa clara a teoria:

Assimilação e acomodação são, portanto, mecanismos complementares, não havendo assimilação sem acomodação, e vice-versa. A adaptação do sujeito ocorre através da equilibração entre esses dois mecanismos, não se tratando, porém, de um equilíbrio estático, mas sim essencialmente ativo e dinâmico. Em termos mais precisos, trata-se de sucessões de equilibração cada vez mais amplas, que possibilitam as modificações dos esquemas existentes, a fim de atender à ruptura de equilíbrio, representada pelas situações novas, para as quais não exista um esquema próprio (p. xii).

Em relação à resiliência, a adaptação, nessa acepção piagetiana, ajudaria a deixar os indivíduos mais flexíveis e, conseqüentemente, menos vulneráveis às adversidades e aos desafios que a vida traz. Ralha-Simões (2001) explica:

Na verdade, a menor vulnerabilidade que alguns indivíduos demonstram, a qual estaria na base de sua resiliência, seria conseqüência não de uma espécie de escudo protector que os torna mais impermeáveis ao exterior do que as outras pessoas, mas resultaria de uma acrescida flexibilidade interna que lhes tornaria possível continuar a interagir com êxito, nessas circunstâncias, modificando-se de uma forma adaptativa face aos confrontos adversos com o meio exterior (p. 107).

Santos (2006) apresenta seu ponto de vista:

Devolvendo ao termo a perspectiva dialética que Piaget (...) lhe confere, pode-se dizer que adaptação positiva tem um sentido ativo. Assim, o indivíduo assimila características do ambiente e, nesse mesmo ato de assimilar, já o modifica, produzindo, em seguida, uma resposta que transformará as características do próprio ambiente (p. 15).

Essa é uma das formas como a resiliência pode ser associada à adaptação, aqui entendida, ao mesmo tempo, como uma maneira de lidar com as vicissitudes do meio que podem abalar o indivíduo e como um mecanismo de desenvolvimento. Nessa perspectiva, os mecanismos adaptativos comporiam a resiliência.

Mas há outros entendimentos a respeito do termo “adaptação” que levam a diferentes concepções de resiliência. De acordo com Melillo (2004b), o termo é comumente associado à resiliência, principalmente na literatura anglo-saxônica, onde, ligado à palavra “positiva”, formando “adaptação positiva”, integra grande parte das definições do tema.

A definição de Waller (2001) é emblemática da visão de muitos pesquisadores anglo-saxões. Para essa autora, resiliência seria “adaptação positiva em resposta à adversidade”⁸¹ (p. 292). Também Luthar (2007), no prefácio do livro que organizou sobre o tema reunindo importantes nomes da área (Ann Masten, Dante Cicchetti, Michael Rutter, entre outros), explica que, nesta obra, os autores usam o termo

⁸¹ “*Resilience, simply stated, is positive adaptation in response to adversity.*”

resiliência para representar “a manifestação de adaptação positiva a despeito de significativa adversidade na vida”⁸² (p. xxix).

Infante (2005), explicitando a visão de Luthar e outros sobre o tema, apresenta três componentes que, segundo ela, devem estar presentes no conceito de resiliência:

- 1- A noção de adversidade, trauma, risco ou ameaça ao desenvolvimento humano;
- 2- A adaptação positiva ou superação da adversidade;
- 3- O processo que considera a dinâmica entre mecanismos emocionais, cognitivos e socioculturais que influem no desenvolvimento humano (p. 26).

E explica:

A adaptação positiva permite identificar se houve um processo de resiliência. A adaptação pode ser considerada positiva quando o indivíduo alcançou expectativas sociais associadas a uma etapa de desenvolvimento, ou quando não houve sinais de desajuste. Em ambos os casos, se a adaptação positiva ocorre, apesar da exposição à adversidade, considera-se uma adaptação resiliente (p. 27).

Essa autora, no entanto, chama atenção ao caráter ideológico que se liga à idéia de adaptação que está associada à de desenvolvimento normal e às expectativas de uma sociedade. Deve-se questionar: o quê define o que é normal? Quem define? Quais seriam os parâmetros de avaliação para um desenvolvimento normal? São questões que não podem deixar de ser levantadas quando se trabalha com uma definição de resiliência que carrega essa idéia de adaptação.

Melillo (2004b), representante da corrente latino-americana dos estudos de nosso tema, diz que associar a resiliência à adaptação positiva é um problema, porque essa expressão parece implicar uma desconsideração de que o sujeito é um agente ativo que age sobre a sociedade e pode transformá-la. Falando em relação aos regimes totalitários que vigoraram e vigoram na América do Sul, o autor diz que se a resiliência

⁸² “The term resilience represents the manifestation of positive adaptation despite significant life adversity”.

é pensada em termos de adaptação positiva nesses contextos, ela pode significar apenas uma sobrevivência subjugada.

Galende (2004) demonstra concordância com as idéias de Melillo (2004b) e aponta que a adaptação como sinal de submissão a uma dada realidade não deve ser considerada resiliência. Ele explica:

...não se trata do laço social nem da resignação para adaptar-se aos imaginários dominantes, é a capacidade da idéia crítica, aquela que percebe a realidade de sua existência e se propõe (ambição) a superá-la. Superá-la no pensamento e na imaginação é condição primeira para atuar sobre ela; a capacidade resiliente se desprenderá da *performance* deste comportamento. O imaginário da adaptação, a resignação e a proposta de aceitar a realidade como destino são os obstáculos maiores para o desenvolvimento de comportamentos resilientes (p. 59) ⁸³.

Tavares (2001) complementa essa concepção ao dizer que a resiliência, na sociedade emergente, deve ser construída no sentido de tornar as pessoas mais fortes e mais equipadas para poderem intervir socialmente e não, tornando-as mais insensíveis, passivas e conformadas.

Em vista do que foi dito, Melillo (2004b) propõe que se use a palavra adaptação apenas se ela tiver um significado de “transformar ativamente”, como explicou Zukerfeld⁸⁴, em um estudo que define quatro tipos de adaptação. O primeiro “adaptar-se”, implicado nessa transformação ativa, segundo Melillo (2004b), é o único compatível com a resiliência e envolve o entendimento de que “a pessoa, em sua convivência social, deve ter normalmente a capacidade de fazer uma apreciação crítica

⁸³ ... “no se trata del lazo social ni de la resignación para adaptarse a los imaginários dominantes, es la capacidad de la idea crítica, aquella que percibe la realidad de su existencia y la vez se propone (ambición) superarla. Superarla en el pensamiento y la imaginación es condición primera para actuar sobre ella; la capacidad resiliente se desprenderá de la performance de este comportamiento. El imaginário de la adaptación, la resignación y la propuesta de aceptar la realidad como destino son los obstáculos mayores para el desarrollo de comportamientos resilientes.”

⁸⁴ Zukerfeld, R. (1998, maio). *Psicoanálisis actual: tercera tópica, interdisciplina y contexto social*, trabalho apresentado no III Congreso Argentino de Psicoanálisis e II Jornada Interdisciplinaria, em Córdoba, Argentina, 22-25 de maio de 1998.

dessa realidade e também de agir para sua transformação; isto tem a ver com saúde mental”⁸⁵ (p. 79).

Quando não há uma percepção adequada e crítica da realidade e/ou não se consegue agir para a transformação que se faz necessária para uma pessoa, Zukerfeld fala de uma “desadaptação”, própria da neurose e psicose, que produz sintomas. Outro tipo de adaptação é o que o autor chama de “para-adaptação”, dos que desafiam confusamente criando novas realidades. “Trata-se do estilo adaptativo próprio do campo das adicções, os estado fronteiriços, as “loucuras privadas”, etc., onde predominam a negação e a confusão”⁸⁶ (Zukerfeld⁸⁷, citado por Melillo, 2004b, p. 79). O último tipo de adaptação elaborado por Zukerfeld é a “sobre adaptação” que envolve uma adequação formal mas exagerada às expectativas sociais, que provoca um prejuízo à realidade psíquica.

Essa “sobre adaptação” tem relação com a noção de “resiliência performativa” desenvolvida por Martineau⁸⁸, citada por Yunes (2001, p. 36) e Yunes e Szymanski (2001, p. 35). A resiliência performativa é definida como “conformidade às normas sociais, sucesso acadêmico e empatia pelos outros, porém manifestos apenas com o objetivo de agradar ou enganar” (Yunes e Szymanski 2001, p. 35). Tal manifestação de conformidade às vezes se dá por um “preço” demasiado alto para a saúde mental de um sujeito. Ele pode aparentar estar muito bem em relação a algo que teve que enfrentar em sua vida ou já enfrentou, mas por trás de uma aparente superação,

⁸⁵ “*La persona, en su convivencia social, debe tener normalmente la capacidad de hacer una apreciación crítica de esa realidad y también de accionar para su transformación; esto tiene que ver con la salud mental.*”

⁸⁶ “*Se trata del estilo adaptativo propio del campo de las adicciones, los estados fronterizos, las ‘locuras privadas’, etcétera, donde predominan la desmentida y la confusión.*”

⁸⁷ Zukerfeld, R. (1998, maio). *Psicoanálisis actual: tercera tópica, interdisciplina y contexto social*, trabalho apresentado no III Congreso Argentino de Psicoanálisis e II Jornada Interdisciplinaria, em Córdoba, Argentina, 22-25 de maio de 1998.

⁸⁸ Martineau, S. (1999) *Rewriting resilience: a critical discourse analysis of childhood resilience and politics of teaching resilience to “kids at risk”*. University of British Columbia, Canada. Unpublished doctoral thesis.

há sofrimento, alguma psicopatologia ou condutas em desacordo com o que é aceito socialmente.

O que Block e Kremen (1996) discutem a respeito do conceito de adaptação complementa essas idéias. Os autores apontam que entender o processo de adaptação em um sentido de “ajustamento social” implica uma conformidade a certas condições e valores da sociedade, mas não em saúde psicológica. Pelo contrário, pode produzir pessoas “adaptadas” vivendo em um silencioso desespero ou ainda pessoas adaptadas, mas não adaptáveis.

Em nossa análise, percebemos que muitas pesquisas sobre a resiliência, que a definem a partir da “adaptação positiva”, acabam por estudarem a resiliência performativa ou sujeitos “sobre adaptados”.

Entende-se que não é intenção dessas pesquisas estudarem esse tipo de “fenômeno”, mas acabam por fazê-lo ao tomar para avaliação da resiliência os critérios da adaptação positiva, ou seja, o alcance de determinadas expectativas sociais compatíveis com determinada etapa de desenvolvimento ou a ausência de sintomas de desajuste.

Em 1993, Rutter já observava:

...há muitos estudos sobre resiliência que tomam um só tipo de psicopatologia como critério, e logo tiram conclusões sobre a resiliência baseando-se em indivíduos que não têm essa característica específica. Há estudos que tomaram como resultado, variáveis de comportamento anti-social. Os resultados têm mostrado que algumas das crianças supostamente resilientes mostram depressão, que é descrita então como o “preço” da resiliência. Esta parece ser uma maneira muito enganosa de conceber as coisas⁸⁹. (Rutter, 1993a, p. 691)

⁸⁹ “...hay demasiados estudios sobre resiliencia que toman un solo tipo de psicopatologia como criterio, y luego sacan conclusiones sobre la resiliencia basándose em individuos que no tienen esa característica específica. Hay estudios que han tomado como resultado variables de comportamiento antisocial. Los resultados han mostrado que algunos de los niños supuestamente resilientes muestran depresión, que se describe entonces como el “precio” de la resiliencia. Esto parece ser una manera muy enganosa de concebir las cosas.”

Masten e Powell (2007), por exemplo, explicam que dois aspectos devem ser observados para se inferir se um sujeito apresenta resiliência: a pessoa estar “indo bem”⁹⁰ e haver ou ter havido risco ou adversidade significativos para superar. Este “indo bem” é avaliado através do que as autoras chamam de “competência”, a qual é definida “em termos de uma trajetória registrada de execução/desempenho eficiente em tarefas que são proeminentes para pessoas de uma dada idade, sociedade ou contexto, e tempo histórico” (p. 5)⁹¹. As autoras explicam que para demonstrar competência, uma pessoa não tem de fazer grandes ou notáveis realizações, mas apenas ter um comportamento compatível com a média de determinada população.

As pesquisas que seguem esses critérios definidos pelas autoras acima não têm necessariamente como parâmetro de avaliação de resiliência apenas um tipo de conduta anti-social ou psicopatologia. Mesmo assim, baseando-se geralmente apenas no “critério competência”, essas pesquisas podem estar avaliando a resiliência de maneira “enganosa”, como alertou Rutter (1993a) acima. No mínimo, enfatizam alguns aspectos do fenômeno de enfrentamento de adversidades em detrimento da observação da saúde mental dos sujeitos.

Uma pesquisa com adolescentes citada por Luthar (1991; Luthar e Zigler, 1991) exemplifica o que foi dito. A autora explica que, para corrigir a negligência de pesquisas sobre resistência ao estresse que desconsideravam o *coping* bem sucedido em seus resultados, a competência social passou a ser usada como parâmetro de avaliação da resiliência, mais do que a ausência de sintomas. Essa competência social é avaliada então a partir de uma base observável e comportamental, cujos dados colhidos são oriundos de apreciações de pais, professores, pares, assim como de notas escolares. Como notou Yunes (2001) a respeito dessa mesma pesquisa, o próprio sujeito estudado

⁹⁰ As autoras usam “*doing okay*” (Masten e Powell, 2007, p. 4).

⁹¹ “[*We have defined competence*] in terms of a track record of effective performance in developmental tasks that are salient for people of a given age, society or context, and historical time.”

não é ouvido, ao que acrescentamos que seu “mundo interno” não é levado em conta. A partir dessa metodologia, o estudo revelou que “crianças rotuladas como resilientes são significativamente mais depressivas e ansiosas do que crianças competentes de ambientes menos estressantes (p. 600)”⁹². As crianças consideradas resilientes nesse estudo são aquelas que apresentam alta competência estando submetidas a ambiente com alto grau de estresse.

Luthar e Zigler (1991) justificam esses resultados dizendo que é possível que os chamados “resilientes” tenham reações de natureza mais internalizada às experiências estressantes, expressas sob a forma de sintomas encobertos, ao invés de reagirem com sintomas externalizados, como comportamento agressivo ou condutas de *acting out*.

Pode-se dizer que as crianças dessa pesquisa apresentaram comportamento adaptativo, mas não saúde emocional, pois reagiram com sintomas internalizados e não externalizados perante as situações estressantes. Com isso, os autores acima apontam para a necessidade dos pesquisadores de crianças classificadas resilientes reconhecerem a distinção entre comportamento adaptativo e saúde emocional.

A respeito desses resultados, Kalawski e Haz (2003) sugerem que a resiliência seja avaliada por medidas que incluíssem os sintomas internalizados e os externalizados. Dessa maneira, crianças que apresentassem ansiedade ou depressão, mesmo que apresentassem competência social, não seriam consideradas resilientes. Somente aquelas que apresentassem, globalmente, boa saúde mental poderiam ser classificadas como resilientes. Entretanto, esses autores acrescentam que, se os processos que levam aos resultados relacionados à competência social forem diferentes

⁹² “...that children labeled as resilient were significantly more depressed and anxious than were competent children from low stress backgrounds.”

daqueles relacionados à competência emocional, poder-se-ia considerar que existem “resiliências diferentes”.

Nesse sentido, como uma solução para as discrepâncias entre a classificação de sujeitos como resilientes e os sintomas que apresentavam em algum âmbito de sua vida (social, emocional etc), em 1993, Luthar ⁹³, citada por vários estudos (Hutz, Koller e Bandeira, 1996; Santos, 2006; Santos e Dell’Aglia, 2006 entre outros) sugeriu que as pesquisas sobre resiliência deveriam estudar três tipos diferentes de resiliência: acadêmica, social e emocional. A resiliência acadêmica seria avaliada pelas habilidades de resolução de problemas e à aprendizagem de novas estratégias; a emocional, pela auto-estima, o senso de auto-eficácia, a capacidade de adaptação etc; e a resiliência social pelo senso de pertencimento a um grupo, o não-envolvimento em delinquência, o ter um grupo de amigos, relacionamentos íntimos etc.. Nessa perspectiva, uma pessoa pode apresentar resiliência em uma área e não em outras. E um sujeito não ser avaliado como apresentando resiliência em uma das áreas, não impede de se considerá-la em outras áreas.

Mas voltando à discussão sobre as pesquisas que apresentam como resultados pessoas “resilientes” com problemas emocionais, Luthar e Zigler (1991) citaram outras pesquisas com resultados semelhantes aos deles (Miller ⁹⁴; Parker e colaboradores ⁹⁵ e Peck, 1987). Uma das pesquisas citadas foi realizada por Peck (1987) que utilizou de metodologia de estudo de casos e ainda utilizava a nomenclatura “invulnerabilidade” para nomear o que depois se chamou resiliência. Esse autor descreveu os casos de três pacientes atendidos em psicanálise, cujo processo terapêutico foi analisado posteriormente de acordo com os conceitos de invulnerabilidade e

⁹³ Luthar, S. S. (1993) Annotation: methodological and conceptual issues in research on childhood resilience. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 34, 441-453.

⁹⁴ Miller, A. (1979) *The drama of the gifted child*. New York: Basic Books

⁹⁵ Parker G. R.; Cowen, E. L.; Work, W. C. e Wyman, P. A. *Test correlates of stress-resilience among urban scholl children*. Manuscrito submetido para publicação.

“*mastery* ⁹⁶”, propostos por Anthony, em 1974 ⁹⁷. Nesta data, tais conceitos, significavam respectivamente: “um estado da mente induzido na criança pela exposição a riscos” e “uma força que leva o sujeito a testar constantemente sua robustez contra o ambiente e se afirmar, mesmo contra esmagadoras probabilidades” ⁹⁸ (p. 318).

Segundo Peck (1987), os casos apresentados reforçaram sua tese de que a “*mastery*” (ou sua tendência para controlar ou dominar o ambiente) dos invulneráveis é “uma variação complexa e adaptativa do fenômeno de repetição nos transtornos de estresse pós-traumático” (p. 315) ⁹⁹. A partir dos casos analisados, o autor levantou a hipótese de que impelidos pela força “*mastery*”, em um esforço constante para dominar o ambiente, os sujeitos invulneráveis (ou resilientes) se colocam em contato periodicamente com altos riscos que eles muitas vezes não podem dominar, o que provoca ansiedade e depressão.

Radke-Yarrow e Brown ¹⁰⁰, citados por Ralha-Simões (2001), também relatam transtornos psicológicos em sujeitos considerados resilientes ao dizerem que indivíduos menos vulneráveis têm mais que o dobro de propensão de apresentar perturbações psicossomáticas do que a população não-resiliente. Porém, segundo Ralha-Simões, os autores por ela mencionados apontam que a concepção de resiliência pode ter que ir além da sobrevivência ou superação de situações difíceis, passando a incluir “índices de felicidade e de prazer em estar vivo (p. 111).”

⁹⁶ Palavra que, em português, pode significar mestria, domínio, controle, conhecimento, mas que pelo sentido atribuído no texto, optamos por deixar no original em inglês.

⁹⁷ Anthony, E.J. (1974). The syndrome of the psychologically invulnerable child. Em E.J. Anthony e C. Koupernik (Eds.), *The child in his family: Children at psychiatric risk* (International yearbook, vol. 3). New York: Wiley.

⁹⁸ “[*Invulnerability (and vulnerability) are states of mind induced in the child by exposure to risks.... Mastery is a force that leads one to test his strength constantly against the environment and to assert himself, even against overwhelming odds*”.

⁹⁹ ... “*is an adaptive complex subvariant of the phenomena of re-enactment in posttraumatic stress disorders.*”

¹⁰⁰ Radke-Yarrow, M.; Brown, E. (1993) Resilience and vulnerability in children of multi-risk families. *Development and psychopathology*, 5, 581-92.

Entendemos que vários tipos de fenômenos diferentes são abarcados quando se avalia a resiliência em função da manifestação de competência na presença de adversidades ou riscos. Isso porque podem manifestar competência aqueles que foram atingidos e sobreviveram bem; aqueles que sobreviveram com sequelas psicológicas, mas internalizadas e ainda não detectadas; aqueles que se reconstruíram a partir dos danos, recuperando-se e se aprimorando para além do que seria esperado antes das adversidades; e aqueles que nem foram atingidos de fato pelas adversidades. Porque se entende aqui que estar exposto a um risco – assim considerado pelas probabilidades – não quer dizer ser de fato afetado.

Ou seja, por fim, por esses critérios de avaliação da resiliência, são abarcados todos os fenômenos incluídos nas definições “superação” e nas definições “adaptação”; lembrando que as definições “adaptação” da resiliência englobam tanto casos dos sujeitos que são abalados e respondem com o desenvolvimento “normal”, esperado pela sociedade, mesmo que paguem um “alto preço” por este desenvolvimento, quanto os casos dos que sempre se apresentaram bem estando em meio a riscos, ou seja, os que foram resistentes ao estresse.

E relembando os tipos de invulnerabilidade que foram explicitados por Anthony (1987b) ¹⁰¹, pode-se dizer que, todos eles, avaliados pelos critérios de adaptação positiva (resiliente), seriam considerados característicos de resiliência pela “aparência final” que têm. Portanto, assim seriam classificados: o psicopata que mostra invulnerável por ser insensível aos acontecimentos; o superprotegido que parece invulnerável porque nunca foi exposto aos riscos; o exibicionista; o realmente forte que nunca se abalou; e o inicialmente frágil que enfrenta com perseverança as “provas” da vida. Os pseudo-resistentes e os verdadeiros tornar-se-iam parte de um mesmo

¹⁰¹ Ver nesta dissertação capítulo 1.6.

fenômeno, assim como os “resilientes performativos” ou os “sobre adaptados”. Considerar-se-ia que todos apresentam resiliência por apresentarem competência segundo critérios da sociedade, externos a seu mundo interno.

Se a visão de resiliência como adaptação positiva deve ser revista porque coloca “coisas distintas em um mesmo barco” e porque pode implicar sujeitos subjugados que apresentam competência socialmente aceitável a despeito dos sofrimentos internos e não observáveis que apresentam, há críticas a serem feitas também à visão de, por exemplo, Melillo (2004b) e Galende (2004), que a entendem a partir de um enfoque de uma transformação social. Entender que a resiliência deve implicar sempre resistência social, ou não ser dominado pelo “sistema”, pode acarretar o entendimento de que a sobrevivência já seria considerada resiliência, mesmo que se apresente (ou principalmente se apresentando) com uma conduta socialmente inaceitável.

E há autores que abertamente levantam essa questão: “Manter-se vivo não seria uma forma de resiliência?” (Pinheiro, 2004, p. 72) E ainda: “Não seria resiliente todo aquele que se tornou um sobrevivente na vida, mesmo cometendo atos contrários às normas sociais?” (Pinheiro, 2004, p. 72) É sobre essas questões que vamos discutir no próximo capítulo.

2.5. Sobrevivência, psicopatologia e delinquência?

Libório, Castro e Coêlho (2006) apontam que reduzir a resiliência à sobrevivência do indivíduo seria não considerá-la como fenômeno sócio-afetivo, mas uma questão para a biologia e a medicina. E acrescentam: “se o enfoque for ampliado

de forma tão abrangente, faltarão critérios diferenciais para a avaliação dos resultados das pesquisas” (p. 100).

Já Block (1999) critica a concepção de resiliência como sendo a mera sobrevivência, porque, segundo o autor, esta pode se dever simplesmente à sorte, não dependendo do sujeito que sobrevive. Block cita a sobrevivência de algumas pessoas ao holocausto como exemplos de casos cuja manutenção da vida pode ter dependido em alguns momentos da boa vontade de um guarda, ou seja, da sorte dos acontecimentos. Realmente, Job (2000), que estudou relatos dos sobreviventes ao holocausto, relata que o fator sorte foi muito citado como significativo para a sobrevivência naquela ocasião, embora não fosse suficiente para explicá-la.

Mas em relação a relacionar a resiliência à sobrevivência, Block (1999) conclui:

É errado chamar o sobrevivente de indivíduo resistente ao estresse ou resiliente. Parece que, como uma frequência que nunca foi examinada, indivíduos que são apenas inquestionavelmente sortudos têm sido premiados com o mais honorífico rótulo de serem “resilientes”¹⁰² (p. 2).

Além de podermos dizer que muitas vezes a sobrevivência se deve à sorte, podemos dizer também que nem todos os que sobrevivem às adversidades apresentam-se bem após o enfrentamento. E se há os que sobrevivem com sequelas psicológicas crônicas, sem jamais superar emocionalmente o encontro com a adversidade, existe quem parece nem se abalar com a maior das adversidades. Há alguns, todavia, que são profundamente abalados pelo encontro com a adversidade, mas passam por um processo de recuperação e apresentam-se posteriormente melhor emocionalmente e socialmente do que os que nunca se abalaram. O que pode se dever ao poder fortalecedor da adversidade, como acreditam Walsh (2005) e também Cyrulnik (2001).

¹⁰² ... “it is incorrect to call the survivor a “stress-resistant” or “resilient” individual. It seems likely that, with a frequency that has never been examined, individuals who were unquestionably only lucky have been awarded the more honorific label of being “resilient””.

Este último autor cita o trabalho de Robinson¹⁰³ que ilustra essas observações. Robinson fez um estudo com as aproximadamente duzentas mil pessoas sobreviventes do Holocausto que viviam em Israel na época de seu estudo e apurou que vinte e oito por cento sobreviveram aos campos de concentração, dez por cento foram resistentes armados e cinquenta e oito por cento se esconderam. O autor observou que todos os sobreviventes, com exceção dos resistentes armados, sofreram de depressão por vários anos depois da guerra. Por outro lado, os que mais sofreram de depressão foram os que depois apresentaram as melhores conquistas sociais e familiares, enquanto os resistentes armados já adultos se contentaram com uma posição social apenas mediana.

Cyrułnik levanta algumas hipóteses, sob a forma de perguntas, a respeito da não depressão dos resistentes armados:

Essas crianças foram resistentes porque já eram mais resilientes? O sentimento de adesão que uniu os resistentes os protegeu da depressão? Ou a identidade narrativa, o relato que fizeram em seu fórum interno, durante os anos do pós-guerra (“eu sou o que, na idade de oito anos, enfrentou o exército alemão”) lhes deu um sentimento sobre si mais próximo ao do herói do que ao da vítima? ¹⁰⁴ (p. 20)

Por outro lado, o autor defende que o triunfo posterior em relação à vida familiar e à “aventura social” (p. 20) dos que exibiram maior depressão no período pós-guerra se deveu a uma necessidade de se sobreporem à “imensa ferida dos campos de concentração”¹⁰⁵ (p. 20). E completa: “A depressão os obrigou a buscar a felicidade!”¹⁰⁶ (p. 20).

¹⁰³ Robinson, R. (1994) The present state of people who survived the Holocaust as children. *Acta Psychiatrica Scandinavia*, no. 89, p. 242-245.

¹⁰⁴ “*Esos niños fueron resistentes porque eran más resilientes? El sentimiento de adhesión que unió a los resistentes los protegió de la depresión? O la identidad narrativa, el relato que hicieron en su fuero interno, durante los años de la post-guerra (“yo soy el que a la edad de ocho años se enfrentó al ejército alemán.”), les dio un sentimiento de sí más cercano al del héroe que al de la víctima?*”

¹⁰⁵ ...“*inmensa herida de los campos de concentración.*”

¹⁰⁶ “*La depresión los obligó a buscar la felicidad!*”

A partir do que foi exposto podemos refletir que todos estes grupos de sobreviventes passaram pelo encontro com uma das adversidades máximas: o holocausto. A sobrevivência dos que se esconderam e dos que foram resistentes armados dependeu muito da iniciativa deles próprios. A sobrevivência dos que foram para os campos de concentração pode ter se devido também à sorte. Mas assim como a trajetória de cada um dos grupos foi diferente durante a guerra, também foi após a mesma. Cada grupo construiu uma história.

Pode-se dizer que o grupo dos resistentes armados venceu a adversidade ainda durante a guerra e que o grupo dos campos de concentração foi mais plenamente vitorioso após guerra, após vencer as marcas de depressão provocadas pela guerra.

Podemos considerar que este último grupo apresentou resiliência porque passou por um processo de enfrentamento de adversidades (que o abalou provocando a depressão), por um processo de superação das marcas deste enfrentamento e mostraram um crescimento posterior. Já o grupo dos resistentes armados mostrou sua resistência, literalmente armada, durante a guerra e sua resistência emocional após a mesma. Não houve o processo de abalo, representado por uma sintomatologia psicopatológica, e nem a recuperação posterior. Ao que parece, pelo relato do estudo, eles conseguiram não se abalar. Grande parte da literatura sobre resiliência, principalmente a anglo-saxônica, atribuiria a esses sujeitos a resiliência por terem se apresentado bem apesar dos riscos que correram.

Poderíamos identificar este grupo dos resistentes armados com aquele tipo de invulnerabilidade, descrito por Anthony (1987b), dos verdadeiros heróis, dos sujeitos que se mostram mais fortes perante os desafios da vida. O outro grupo, por sua vez, que apresentou depressão e depois se recuperou, pode ser relacionado com o último tipo

descrito por Anthony: aquele que exhibe suas fragilidades, mas ao longo de sua trajetória, se recompõe.

Mas antes de prosseguirmos, é importante fazer algumas observações a respeito de, mais uma vez, a depressão ser citada como um dado nos estudos de resiliência. Nas pesquisas de Luthar e Zigler (1991), já comentadas, as crianças classificadas como resilientes apresentavam competência e pareciam bem. No entanto, sofriam de ansiedade e depressão. Isso nos fez questionar se essas pesquisas identificavam realmente resiliência ou resiliência performativa/sobre adaptação.

Mas, no estudo de Robinson, citado por Cyrulnik (2001), a depressão aparece como um componente do processo de enfrentamento e superação das adversidades. Ela fez parte de um momento intermediário do processo. E foi após todo esse processo, que a resiliência foi considerada. Ou seja, ao se considerar a resiliência, a depressão já havia sido superada e os sujeitos já apresentavam outras conquistas nos âmbitos familiares e sociais.

Entendemos que a concepção de resiliência implica o fato de as pessoas apresentarem-se bem – social e emocionalmente –, após um processo de enfrentamento e superação de adversidades. Em outras palavras, para se considerar que houve resiliência, o resultado final desse processo de enfrentamento e superação não pode implicar psicopatologia, embora esta possa ter se apresentado durante o percurso. Em concordância com essa posição, estão Ungar e colaboradores (2008) que apontam que a resiliência é considerada a partir do que a comunidade define como saudável e socialmente aceitável.

De forma semelhante, entendemos o aparecimento da delinquência em um processo de resiliência. A delinquência ou condutas anti-sociais podem aparecer em um processo de enfrentamento de adversidades, tanto como efeito dessas adversidades

quanto como uma forma de lidar com elas. Uma criança, por exemplo, que vive em uma comunidade dominada pelo tráfico de drogas e sente-se ameaçada por essa realidade, pode compactuar com a violência tornando-se agente do tráfico para proteger sua vida. Porém, ao nosso ver, para que se considere que houve resiliência, é necessário que, após o processo de enfrentamento dos riscos e adversidades, que pode incluir condutas anti-sociais, haja uma trajetória de recuperação dos abalos sofridos em direção à saúde emocional e a condutas socialmente aceitáveis.

Diferentemente dessa posição, Cyrulnik (2001) afirma que a delinquência pode ser uma forma de resiliência ou um caminho para ela. E aponta:

Para os que estão socializados, vender drogas é um crime, enquanto que para os que foram socialmente humilhados, é um comportamento de salvação, de restabelecimento, de resiliência inclusive. (...) Impedidos em sua aventura social e cultural, se convertem em resilientes graças a sua delinquência ¹⁰⁷ (p. 19).

Cyrulnik explica que, através da delinquência, algumas pessoas conseguem dar boas condições de vida a suas famílias e, desta forma, reparam as suas próprias vidas. Cyrulnik considera esse processo de reparação, mesmo que através da delinquência, um processo de resiliência.

Porém, essa posição do autor é contraditória com a definição (de Vanistendael ¹⁰⁸) para a resiliência que ele apresenta inicialmente em seu texto: “a capacidade para triunfar, para viver e desenvolver-se positivamente, de maneira socialmente aceitável, apesar da fadiga ou da adversidade, que podem implicar risco grave de desenlace negativo” ¹⁰⁹ (p. 10). A contradição está no fato de Cyrulnik aceitar

¹⁰⁷ “Para los que están socializados, vender drogas es un crimen, mientras que para los que han sido socialmente humillados, es un comportamiento de salvación, de restablecimiento, de resiliencia incluso. Entrabados en su aventura social y cultural, se convierten resilientes gracias a la delincuencia.”

¹⁰⁸ Vanistendael, S. (1998) *Clés pour devenir: la résilience*. Les Vendredis de Châteauevallon, nov.

¹⁰⁹ “La capacidad para triunfar, para vivir y desarrollarse positivamente, de manera socialmente aceptable, a pesar de la fatiga o de la adversidad, que suelen implicar riesgo grave de desenlace negativo.”

que a resiliência se dê através da delinquência, mas utilizar uma definição do fenômeno que exclui essa possibilidade.

Santos (2006) também questiona que a delinquência desqualifique a resiliência. A autora afirma que se, por exemplo, o roubo pode ser considerado uma desadaptação quando provoca exclusão e prisões, também pode representar um meio de sobrevivência e, nesse caso, ser uma “resposta adaptativa positiva a um risco” (p. 111).

A autora explica:

É difícil dizer se há possibilidade de evitar a delinquência quando não se tem outra opção de sobrevivência física e psicológica além das ruas. As drogas e o roubo, por consequência, vêm como os primeiros caminhos que se impõem a um adolescente sem ter para onde ir ou fugir (p. 104).

A partir do que foi exposto, percebe-se que não há consenso sobre os critérios para se avaliar se um sujeito apresenta ou não resiliência. Alguns autores consideram que certos fatores, como a psicopatologia ou a delinquência, a excluem, enquanto outros consideram esses fatores como fazendo parte (mobilizadora) dos processos resilientes.

Muitos outros dissensos foram discutidos ao longo deste trabalho. Foi apresentada a discussão a respeito de a resiliência ser entendida como traço ou como processo, como inata ou adquirida, como permanente ou circunstancial; de ela ser concebida como superação ou adaptação em suas muitas concepções; e de ela ser avaliada a partir dos critérios da competência.

Muitas definições de resiliência foram também apresentadas, algumas considerando a resiliência como capacidade, outras como um processo, outras, como resultados de um enfrentamento. Conceitos foram apresentados como relacionados à temática da resiliência: vulnerabilidade e invulnerabilidade, fatores de risco e proteção, *coping*.

No próximo capítulo, a partir do que foi discutido, nos dedicaremos a esclarecer nossa proposta de concepção do fenômeno da resiliência, organizando um pouco o campo de estudo.

II- O QUE PROPOMOS COMO RESILIÊNCIA AFINAL?

II.1- Personalidade resiliente?

Sobre a discussão a respeito de a resiliência ser um traço de personalidade ou um processo, podemos dizer que a grande maioria dos autores-referenciais sobre o tema atualmente se posiciona como favorável à segunda opção: seria um processo dinâmico pelo qual as pessoas em situação de risco passam e não, uma característica da personalidade (Assis , Pesce e Avanci, 2006; Castro, 2005; Luthar, 1991; Martineau, 2001; Masten, 2001; Yunes, 2006 ; entre outros). Tomada como um processo dinâmico em que pessoas em situação de risco lidam satisfatoriamente com as adversidades, as pesquisas buscam entender seu funcionamento.

Porém, não se pode deixar de considerar que, assim como existem pessoas mais sensíveis, “hiper-vulneráveis”, que sucumbem diante de adversidades corriqueiras da vida, existem também aquelas que são realmente menos abaladas que a maioria, diante das mais ameaçadoras adversidades e que parecem ser caracteristicamente mais resistentes às adversidades ou que parecem enfrentá-las mais facilmente. São os casos aos quais Anthony (1987b) se referiu quando caracterizou os invulneráveis de tipo 4: eles teriam uma robustez inerente e uma grande capacidade de lidar com as ameaças que poderiam afetá-los.

É importante esclarecer que não estamos afirmando que existam pessoas totalmente invulneráveis a quaisquer ameaças, em quaisquer circunstâncias. Apenas apontamos a existência daquelas que parecem ser mais fortes, mais resistentes ao estresse que a maioria em situações semelhantes. Anthony e Cohler (1987a) lembram do

conceito do “*continuum* de vulnerabilidade”¹¹⁰ (p. x), de Murphy e Moriarty¹¹¹, que lança uma luz a essa questão.

Nos extremos desse *continuum*, haveria a “hiper-vulnerabilidade” e a invulnerabilidade. As pessoas, em relação aos riscos a que se submetem, podem ser localizadas em qualquer ponto do *continuum*, havendo algumas, muito frágeis, no extremo da vulnerabilidade, e outras poucas, próximas ao extremo da invulnerabilidade. Ao longo do *continuum*, estaria a grande maioria das pessoas que ora são mais fortes, ora mais frágeis, enfrentando, de acordo com a situação, as adversidades com mais sucesso ou menos.

Muitos estudos em resiliência estudam pessoas que estão próximas ao extremo da invulnerabilidade e que parecem não se abalar diante das adversidades (Bonanno, 2004; Masten, 2001; Werner e Smith, 1989, 1992, 2001; entre outros). Para o estudo desses casos de resistência ao estresse, propomos que se utilize o conceito, ainda pouco conhecido no Brasil, de *hardiness* ou robustez (em sua tradução para o português).

Alguns autores internacionais (Pereira, 2001; Walsh, 2005) discutem tal conceito em meio às discussões sobre resiliência, relacionando-o a uma personalidade resiliente. Kotliarenco e colegas (1997) apontam que o conceito de robustez, definido como uma característica de personalidade, pode ser considerado afim ao de resiliência. Como explica Pereira (2001), *hardiness* relaciona-se com um tipo de personalidade particularmente resistente ao estresse. Outros autores, como Munist e colaboradores (2005), consideram que resiliência e robustez são conceitos diferentes e que é um erro considerá-los a mesma coisa, sem, no entanto, deixar clara a diferenciação entre os dois.

¹¹⁰ “*Continuum of vulnerability*”

¹¹¹ Murphy, L. B. e Moriarty, A. E. (1976). *Vulnerability, coping and growth*. New Haven: Yale University Press.

Hardiness ou robustez é um conceito que surgiu no fim dos anos de 1970, embasado pela Psicologia Existencial e derivado dos estudos de personalidade e das diferenças individuais para se lidar com o estresse, além dos estudos da psicologia social e do desenvolvimento. (Kobasa e Puccetti, 1983; Maddi, 2002). Desta forma, embora elaborada mais ou menos na mesma época em que os estudos sobre a resiliência se difundiram amplamente, a noção de *hardiness* foi concebida como traço de personalidade.

Segundo Maddi (2002), um dos idealizadores do conceito, *hardiness* é a melhor operacionalização disponível para a noção de coragem existencial. O autor explica que é dessa coragem que se precisa para enfrentar as escolhas e as incertezas da vida, que costumam provocar uma ansiedade ontológica. A definição de coragem do dicionário Webster's New Collegiate¹¹², citado por Woodard (2004), ajuda-nos a entender o significado da robustez: “força mental ou moral para arriscar-se, perseverar e resistir a perigo, medo, ou dificuldade”¹¹³ (p. 174).

A noção de *hardiness* foi concebida como uma disposição da personalidade que atua como reforçadora da resistência ao estresse e que é composta por três características ou traços adaptativos pessoais: controle (ou sentimento de controle), compromisso (ou senso de compromisso) e desafio (ou senso de desafio) (Contrada, 1989; Roth e colaboradores, 1989).

Kobasa e Pucetti (1983) explicam que as pessoas “robustas”

comprometem-se com o que fazem (mais do que se sentem alienadas), geralmente acreditam que podem, ao menos parcialmente, controlar os eventos (...) e consideram a mudança como um desafio normal ou ímpeto para o desenvolvimento (mais do que uma ameaça). Em sua percepção e avaliação dos eventos da vida especificamente estressantes, pessoas robustas encontram oportunidades para o exercício de tomada de decisão, a confirmação de prioridades da vida, o arranjo de novas metas (...). Seu senso básico de propósito e envolvimento na vida mitiga o potencial perturbador de qualquer ocorrência singular. O estilo de *coping* das pessoas robustas reflete

¹¹² Webster's New Collegiate Dictionary (1999). Springfield, MA: Merriam.

¹¹³ “...mental or moral strength to venture, persevere, and withstand danger, fear, or difficulty.”

sua crença na própria efetividade, assim como sua habilidade para fazer bom uso de outros recursos humanos e ambientais. *Coping* para elas consiste em transformar eventos estressantes em possibilidades e oportunidades para seu desenvolvimento pessoal e de outras ao seu redor ¹¹⁴ (p. 840).

Propomos que o conceito de *hardiness*/robustez seja aplicado no estudo da resistência ao estresse ou dos casos em que as pessoas não se abalam diante das adversidades, sendo esse “não abalo” passível de ser creditado a características de personalidade. Em outras palavras, que os casos de resistência ao estresse sejam analisados a partir do conceito de *hardiness*.

Mas é importante que cada caso seja analisado separadamente para que se entenda a que se deve a resistência. Isso porque a robustez pode ter atuado no enfrentamento das adversidades, mas pode ser que a pessoa não tenha se abalado simplesmente porque não foi de fato exposta a riscos.

Essa última hipótese se relaciona àquele tipo de pseudo-invulnerável citado por Anthony (1987b), que parece invulnerável, mas, na verdade, não esteve em contato com os riscos da vida, tendo sido superprotegido pela mãe. Pode ser que, tão logo esse sujeito esteja realmente em contato com adversidades, ele sucumba, mostrando sua fragilidade.

Pode ser também que a resistência ao estresse, ou o não abalo diante das adversidades, se dê em razão de alguma psicopatia, como Anthony também analisou ao propor seu primeiro tipo de pseudo-invulnerável.

¹¹⁴ “Persons high in hardiness easily commit themselves to what they are doing (rather than felling alienated), generally believe that they can at least partially control events (...), and regard change to be a normal challenge or impetus to development (rather than a threat). In the perception and evaluation of specific stressful life events, hardy persons find opportunities for the exercise of decision making, the confirmation of life’s priorities, the setting of new goals (...). Their basic sense of purpose and involvement in life mitigates the potential disruptiveness of any single occurrence. The coping styles of hardy persons reflect their ability to make good use of other human and environmental resources. Coping for them consists of turning stressful events into possibilities and opportunities for their personal development and that of others around them.”

Por outro lado, avaliações errôneas a respeito dos riscos a que os sujeitos estão submetidos também podem acarretar em uma atribuição equivocada de resistência ao estresse e de robustez. Isso porque pode ser que as situações consideradas de risco ou difíceis para o pesquisador, não o sejam para os sujeitos. Como Masten (2001) apontou, “muitos indicadores de risco são arbitrariamente rotulados desta maneira” ¹¹⁵ (p. 228). Logo, esses sujeitos podem não ter vivenciado o estresse imaginado pelo pesquisador, nem enfrentado adversidades, já que a situação não é assim avaliada por eles e, assim, não se pode considerar que houve resiliência, resistência ao estresse ou robustez.

Essas possibilidades de atribuição equivocada de robustez e de resiliência nos estudos sobre os fenômenos de enfrentamento de adversidade levam à necessidade de que as metodologias de pesquisa considerem mais o ponto-de-vista dos próprios sujeitos estudados a respeito dos riscos que enfrentam e da maneira como o fazem.

A partir do exposto, propomos que a utilização do conceito de *hardiness* nas pesquisas de resistência ao estresse envolva a diferenciação entre dois fenômenos: a resistência ao estresse, entendida como o não abalo em situações de confronto com a adversidade; e a resiliência, que compreende o processo em que um sujeito enfrenta adversidades, se abala, supera as adversidades e o seu próprio abalo e amadurece, desenvolvendo-se a partir deste enfrentamento. O primeiro fenômeno seria analisado a partir das teorias de *hardiness* e o segundo, estudado como resiliência.

Sendo assim, nossa concepção de resiliência tem um sentido de superação, mais do que de adaptação¹¹⁶. Ela envolve um processo de superação de adversidades e crescimento a partir de uma elaboração pessoal. Os casos de resistência ao estresse em que sujeitos conseguem “apenas” manterem-se bem, apesar das adversidades, ou se adaptarem ao meio, mantendo sua estabilidade sem se abalarem – o que corresponde à

¹¹⁵ ... “most risk indicators are arbitrarily labeled this way.”

¹¹⁶ Para rever a discussão a respeito de concepções de resiliência com sentido de superação ou adaptação, ver capítulo 2.3..

concepção de resiliência com sentido de adaptação –, deverão ser analisados à luz do conceito de *hardiness*.

A partir dessa perspectiva proposta, e retomando o estudo feito por Robinson¹¹⁷ (citado por Cyrulnik, 2001) com sobreviventes ao holocausto, podemos dizer que o grupo dos que sobreviveram como resistentes armados não seriam considerados como apresentando resiliência. Esse grupo provavelmente apresentava as três atitudes robustas citadas acima: compromisso, controle e desafio. Eles desafiaram os acontecimentos, a guerra, a destruição, como autores, como guerreiros que optaram corajosamente pela causa da luta pela sobrevivência. Eles estiveram em confronto com as adversidades e as enfrentaram com o controle nas mãos. Demonstraram robustez.

Por outro lado, os outros sobreviventes apresentaram abalo emocional, depressão. Após algum tempo, no entanto, eles tinham reconstruído suas vidas e alcançado conquistas pessoais e sócio-econômicas. Nesse caso, consideramos que houve resiliência.

Dos tipos invulneráveis de Anthony (1987b), o tipo 4, que para muitos representa resiliência, por demonstrar força perante as adversidades, não é assim considerado por nós, porque não se abala. Ele seria representativo de *hardiness*. Já o tipo 5 seria tomado como resiliência, por reunir aqueles casos de pessoas que se abalam e parecem frágeis, mas enfrentam as dificuldades e as vencem.

Um caso estudado por Cairns e Cairns¹¹⁸, citado por Castro (2005) ajudará a entender a diferenciação que propomos entre resiliência e *hardiness*. Para Castro, tal caso é interessante aos estudos da resiliência por tratar de pessoas que, mesmo em meio a sérios fatores de risco, demonstram uma perfeita adaptação social. Cairns e Cairns acompanharam uma população de senhoras, negras, sozinhas, vivendo em um ambiente

¹¹⁷ Robinson, R. (1994) The present state of people who survived the Holocaust as children. *Acta Psychiatrica Scandinavia*, no. 89, p. 242-245.

¹¹⁸ Cairns, R. e Cairns, B. (1994). *Lifelines and risks*. New York: Cambridge University.

hostil, pobre e violento e que, surpreendentemente, mostravam um alto grau de satisfação com a vida. “Indo bem” em meio a adversidades, foram consideradas resilientes. Castro explica como faziam para sentirem-se bem:

Essa população tinha um altíssimo nível de satisfação com a vida, particularmente porque focava suas sensações de gratificação nas coisas que estavam disponíveis (a fé, amigos, família e saúde) e davam pouco valor ao que estava fora de alcance (a negligência dos governantes, a possibilidade de uma melhora econômica). (p. 5).

Na concepção aqui proposta, esse caso não seria tomado como resiliência, porque as senhoras não sofreram um abalo emocional. Pela descrição do caso, elas apresentam pelo menos duas atitudes robustas: o compromisso e o controle. Eram compromissadas com sua fé, com amigos, família, saúde. E, por não se importarem com o que estivesse fora de seu alcance, provavelmente tinham o sentimento de controle de suas vidas. A descrição, no entanto, não nos permite refletir a respeito do senso de desafio, outra atitude que compõem a robustez.

Esse caso também pode ser lido a partir das concepções de resiliência que envolvem o sentido de adaptação, no sentido de conformismo social. E o que Castro (2005) discute é justamente que, com essa postura de conformismo diante das adversidades, as senhoras não contribuem em nada para a transformação do local, que continuará, provavelmente, com as mesmas condições ruins para novas gerações que vierem a habitar o local. E as autoridades continuarão acomodadas diante de uma situação em que as pessoas que, supostamente, deveriam estar incomodadas não reclamam. Concordamos com essa análise do autor, mas consideramos que o caso das senhoras não se trata de resiliência.

II.2- Resiliência e robustez: inatas ou adquiridas?

Se a robustez é uma característica da personalidade, nem por isso é considerada traço inato da pessoa. Como já explicamos anteriormente¹¹⁹, os traços de personalidade podem derivar tanto de predisposições quanto de interações com o ambiente. Assim, Maddi (2002, 2005, 2008), por exemplo, afirma várias vezes que a robustez pode ser adquirida e aponta a existência de programas de treinamento em que as pessoas aprendem a desenvolver as três atitudes robustas que a compõem e que implicam em coragem.

O autor explica que a robustez se desenvolve em pessoas que são encorajadas por seu meio a acreditarem que podem transformar adversidades em oportunidades e que percebem isso acontecendo. Posteriormente, os resultados obtidos em seus enfrentamentos das situações difíceis servem para construir e alimentar as atitudes robustas de compromisso, controle e desafio que constituem a coragem existencial. E justamente essa coragem existencial é que torna possível enfrentar os riscos que a vida impõe sem permitir que esses riscos abalem a pessoa. Ou seja, essa coragem existencial possibilita a resistência ao estresse.

O que os idealizadores da concepção de *hardiness* – Maddi, Kobasa, Koshaba, entre outros – defendem é que a coragem, operacionalizada pelo conceito de *hardiness* ou robustez, pode ser alcançada ao longo da vida, tornando possível um enfrentamento bem sucedido das dificuldades da vida sem prejuízo para a saúde física e mental dos sujeitos.

Por outro lado, Bonanno (2004), Kobasa e Puccetti (1983) e Maddi (2008) apontam que a robustez fomenta resiliência e é um caminho possível para a mesma.

¹¹⁹ Conferir capítulo 2.1.

Mesmo que esses autores se refiram a resiliência como sinônimo de resistência ao estresse, ou de não-abalo diante de adversidades, entendemos que seu apontamento seja válido para a nossa proposta.

Tomamos como definição de resiliência, um processo (não um traço) que compreende o enfrentamento de adversidades, o abalo e a superação, pensando que essa superação envolve um crescimento que supera o estado que a pessoa apresentava antes do encontro com a adversidade. Então, como a robustez ajudaria a promover resiliência? Da mesma forma como ela ajuda uma pessoa a não se abalar diante das adversidades. Se uma pessoa que se abalou por estressores quaisquer puder desenvolver em si os sentimentos de controle, compromisso e desafio, que compõem a personalidade robusta – entendendo as adversidades como oportunidades (desafio) nas quais se pode engajar (compromisso) conscientemente (controle) –, ela provavelmente enfrentará as dificuldades mais facilmente, terá mais chances de se recuperar do abalo sofrido e crescerá com a experiência. Como dizem Assis, Pesce e Avanci (2006), transformará “intempéries em perspectivas” (p. 57). Em outras palavras, apresentará resiliência.

Se é possível que a robustez seja desenvolvida através da vida ou de treinamentos que tenham essa finalidade e se a robustez fomenta resiliência, podemos dizer que também a resiliência é um processo que pode ser desenvolvido por qualquer pessoa, que todo sujeito tem essa possibilidade.

Relacionada a essa concepção de resiliência como potencialidade, está a noção de “potencial de resiliência” tal como definem Assis, Pesce e Avanci (2006). Segundo essas autoras, esse potencial “trata-se de uma energia inerente aos seres humanos, que precisa ser nutrida e potencializada ao longo de toda a existência de cada um” (p. 13) e pode ser mais desenvolvida ou menos. A robustez pode ser uma forma de potencializá-la.

Essa noção de “potencial de resiliência” é afim à noção de tendência atualizante, de Carl Rogers, da Psicologia Humanista, a qual postula que todo organismo tem uma tendência para o crescimento e uma capacidade para se desenvolver plenamente em direção ao que, para ele, é valorizador ou enriquecedor (Rogers e Kinget, 1977).

O potencial de resiliência diferencia-se da tendência atualizante pela especificidade do enfrentamento de adversidades. A primeira seria uma tendência de todo ser humano para tal enfrentamento, enquanto que a segunda diz respeito a um crescimento de forma geral. Além disso, a tendência atualizante se refere a um crescimento independente de adversidades e o potencial de resiliência, a uma possibilidade que todos têm de enfrentar as dificuldades e crescer a partir daí.

Porém, segundo a teoria de Rogers, o exercício da tendência atualizante ou da capacidade para o crescimento depende de um conjunto de condições, principalmente, de um contexto de “relações humanas positivas” (p. 40) desprovidas de ameaça. Embora vários autores concordem que as relações interpessoais são fundamentais para essa efetuação (Baruch e Stutman, 2006; Canelas, 2004; Cyrulnik, 2001, 2003, 2005; Lindström, 2001; Masten e Coastworth, 1998; Rutter, 1993, Tavares, 2001; Walsh, 2005; Werner e Smith, 1992; Yunes e Szymanski, 2001; entre outros), é justamente quando há ameaças ao desenvolvimento, que o potencial de resiliência pode se efetuar.

A partir disso, podemos dizer que o potencial para a resiliência é inato, inerente, mas não a sua efetuação. Podemos dizer que há sempre uma capacidade para a resiliência, mas que sua efetuação dependerá de uma série de contingências: do encontro com a adversidade, dos mecanismos de enfrentamento, de fatores de resiliência.

II.3- Fatores, enfrentamento e coping

Ao falar de fatores de resiliência, Grotberg (2005) os diferencia dos fatores de proteção. Para a autora, os fatores de proteção podem ser identificados como imunidade ao perigo ou neutralizadores do risco, ajudando a pessoa a evitar o contato com o risco. Já os fatores de resiliência ajudariam no enfrentamento do mesmo. Grotberg sugere:

Por exemplo, se uma escola tem um cartaz avisando que não aceita pessoas estranhas em suas dependências, não há qualquer adversidade com que lidar. Essa é uma estratégia de proteção de que as crianças precisam, que não deve ser confundida com resiliência. Mas, se uma pessoa estranha segue uma criança na saída da escola e lhe oferece doces, nesse caso se requer resiliência (p. 18).

No entanto, neste trecho onde Grotberg utiliza o termo “resiliência”, poderíamos usar as expressões “fatores de resiliência” ou “estratégias de enfrentamento”. Isso facilitaria compreender que se uma criança precisar lidar com uma adversidade ou uma ameaça, ela precisará dispor de maneiras para enfrentar a situação, vencer e se fortalecer pela experiência.

Assim, se tomarmos os fatores de resiliência como aqueles que influem positivamente na maneira como a pessoa enfrentará as adversidades, pode-se dizer que as definições usuais para fatores de proteção, na verdade, referem-se aos fatores de resiliência. Quando, por exemplo, Rutter (1985, p. 600) ou Werner e Smith (2001, p. 3) definem os fatores de proteção, respectivamente, como “influências que modificam, aperfeiçoam ou alteram a resposta da pessoa aos riscos ambientais que predisõem a um resultado mal-adaptativo”¹²⁰ e como fatores que “protegem ou melhoram a reação da pessoa a situações de estresse ou adversidade crônica a ponto de sua adaptação ser mais

¹²⁰ “... influences that modify, ameliorate, or alter a person’s response to some environmental hazard that predisposes to a maladaptive outcome.”

bem sucedida do que seria caso os fatores não estivessem presentes”¹²¹, eles estão, em nossa perspectiva, definindo fatores de resiliência.

Assim, podemos considerar com clareza que alguém pode ter inúmeros dos chamados fatores de proteção como, por exemplo, boa condição sócio-econômica, família estruturada, saúde física e mental e, mesmo assim, nunca demonstrar resiliência. Pode ser que os fatores o protejam das adversidades, mas que, quando se defrontar com uma, se abale irrecuperavelmente.

Tomemos alguns exemplos de fatores de proteção e de fatores de resiliência.

São fatores de proteção: a condição sócio-econômica, porque dá condições para que as pessoas vivam em regiões menos violentas e se submetam a menos riscos desta natureza; pais equilibrados emocionalmente, porque salvaguardam os filhos de um contato estressante com desequilíbrios psicopatológicos; escolas de tempo integral, que evitam que as crianças fiquem mais tempo nas ruas expostas a influências nefastas; etc.

Por outro lado, são fatores de resiliência, por favorecerem o enfrentamento efetivo das situações adversas: ter habilidades cognitivas; ter auto-estima; ter autocontrole; ter um sentimento de eficácia; ter um bom humor; relacionamentos com pessoas significativas; possuir modelos positivos em quem se espelhar; ter interesses e *hobbies* variados; maior sociabilidade; tolerância com diferenças individuais; criatividade; avaliação realista das situações; habilidade de delimitar objetivos; perseverança; flexibilidade; fé; visão positiva do mundo; etc.

Esses fatores listados acima fazem parte do levantamento feito por Polk¹²², citado por Job (2000), que organizou, a partir de uma revisão de literatura sobre resiliência, os fatores que contribuem para a mesma.

¹²¹ ... “buffered or ameliorated a person’s reaction to a stressful situation or chronic adversity so that his or her adaptation was more successful than would be the case if the protective factors were not present.”

Mas muitos outros autores elaboraram suas listas de fatores de resiliência. Walsh (2005), a partir de seus estudos sobre resiliência familiar, propôs “elementos fundamentais” (p. 23) ou “processos-chave” da resiliência familiar que, para a autora, são: os sistemas de crença familiar, os padrões organizacionais da família e os processos de comunicação. Os sistemas de crença foram considerados elementos fundamentais da resiliência uma vez que as expectativas que se têm das situações a serem enfrentadas, o sentido dali extraído, as perspectivas de enfrentamento, a esperança e a fé influenciam muito no processo de enfrentamento e superação das adversidades. Já os padrões organizacionais da família funcionariam como “amortecedores de choques” (p. 78) e envolveriam sua flexibilidade, conexão ou coesão e seus recursos sociais e econômicos. Por fim, os processos de comunicação facilitariam o funcionamento familiar à medida que sejam dotados de clareza e proporcionarem uma “expressão emocional aberta” e uma “resolução colaborativa dos problemas” (p. 129).

Grotberg (2005), por sua vez, organizou os fatores resilientes em quatro categorias que abrangem habilidades interpessoais e de resolução de conflitos, apoio social e força intrapsíquica. As categorias são:

Eu tenho

- Pessoas do meu entorno em quem confio e que me querem incondicionalmente.
- Pessoas que me põem limites para que eu aprenda a evitar os perigos ou problemas.
- Pessoas que me mostram, por meio de sua conduta, a maneira correta de proceder.
- Pessoas que querem que eu aprenda a me desenvolver sozinho.
- Pessoas que me ajudam quando eu estou doente, ou em perigo, ou quando necessito aprender.

Eu sou

- Uma pessoa pela qual os outros sentem apreço e carinho.
- Feliz quando faço algo bom para os outros e lhes demonstro meu afeto.
- Respeitoso comigo mesmo e com o próximo.

Eu estou

- Disposto a me responsabilizar por meus atos.
- Certo de que tudo sairá bem.

¹²² Polk, L. V. (1997) Toward a middle-range theory of resilience. *ANS Advances in Nursing Science*, 19 (3), 1-13.

Eu posso

- Falar sobre coisas que me assustam ou inquietam.
- Procurar a maneira de resolver os problemas.
- Controlar-me quando tenho vontade de fazer algo errado ou perigoso.
- Procurar o momento certo para falar com alguém.
- Encontrar alguém que me ajude quando necessito. (p. 17)

No entanto, mesmo com tantos fatores identificados, não se pode deixar de considerar que a resiliência não é determinada por alguma combinação particular dos mesmos. Como aponta Rodríguez (2005), “a resiliência, apesar dos progressos como conceito, se mantém fiel às suas origens, reservando um lugar do humano, que é imprevisível, e que sob a forma de uma afortunada ou criativa combinação de fatores, segue surpreendendo”.

A forma com que a resiliência se apresentará dependerá também de como as pessoas enfrentarão as adversidades. E para entender esse enfrentamento, podem ser utilizadas as teorias de *coping*.

Antoniazzi, Dell’Aglío e Bandeira (1998) definem *coping* como o “conjunto das estratégias utilizadas pelas pessoas para adaptarem-se a circunstâncias adversas ou estressantes” (p. 273). Já Assis, Pesce e Avanci (2006) explicam que *coping* “é mais do que um único mecanismo de adaptação; é um constante processo adaptativo do qual o indivíduo lança mão ao administrar adversidades cotidianas e inesperadas, vencendo-as, minimizando-as ou tolerando-as” (p. 88).

Um dos modelos de *coping* mais citados na literatura, o de Folkman e Lazarus¹²³ envolve, segundo Antoniazzi, Dell’Aglío e Bandeira (1998), quatro proposições mais importantes:

- (a) *coping* é um processo ou uma interação que se dá entre o indivíduo e o ambiente;
- (b) sua função é de administração da situação estressora, ao invés de controle ou domínio da mesma;
- (c) os processos de *coping* pressupõem a noção de avaliação, ou seja, como o fenômeno é percebido, interpretado e cognitivamente representado na mente do indivíduo;
- (d) o processo de *coping*

¹²³ Folkman, S. e Lazarus, R. S. (1980) An analysis of coping in a middle-aged community sample. *Journal of Health and Social Behavior*, 21, 219-239.

constitui-se em uma mobilização de esforço, através da qual os indivíduos irão empreender esforços cognitivos e comportamentais para administrar (reduzir, minimizar ou tolerar) as demandas internas ou externas que surgem da sua interação com o ambiente. (p. 276)

O *coping* pode ser focado nas emoções, tendo como função regular o estado emocional provocado por situações estressantes, ou focado no problema, quando o objetivo é atuar diretamente no que causou o estresse. (Antoniuzzi, Dell’Aglio e Bandeira, 1998; Assis, Pesce e Avanci, 2006; Folkman e colaboradores, 1986; Lisboa e colaboradores, 2002)

Em relação à resiliência, é fundamental esclarecer que as estratégias de *coping* fazem parte do processo de resiliência, uma vez que o enfrentamento das adversidades é uma fase do mesmo. No entanto, *coping* não é resiliência. Além disso, nem toda estratégia de enfrentamento é bem sucedida e, por isso, nem sempre resultará em resiliência.

Ralha-Simões (2001), refletindo a respeito da relação entre *coping* e resiliência, diferencia os dois conceitos, aos moldes do que fez Foster (1997), situando o segundo no âmbito da estruturação da personalidade. Embora a autora entenda, como nós, que *coping* integra a resiliência, sua concepção de resiliência, em nossa perspectiva, corresponde a robustez. Ralha-Simões propõe:

o termo resiliência seria reservado para uma organização mais durável e estruturada, que assumiria como que a manutenção ativa, mesmo que apenas em termos potenciais, de capacidades de *coping* e de adaptação que iriam assegurar a gestão estratégica do confronto com os desafios exteriores, utilizando para tal numerosos mecanismos, entre os quais alguns deles adaptativos e de *coping*, que, embora nem sempre tivessem resultados imediatamente aparentes, se tornariam evidentes com o tempo. (p.101)

Propomos que a resiliência não seja tomada como organização durável e estruturada, como característica da personalidade, mas como processo desencadeado a

partir do encontro de um sujeito ou grupo de sujeitos com adversidades que acarretará um enfrentamento (onde as estratégias de *coping* irão atuar), superação e crescimento.

Ainda sobre os mecanismos de enfrentamento de adversidade, é útil trazer a contribuição de Fantova (2008). Este autor propõe três tipos de resiliência: a ativa, a passiva e a ilegal. Na ativa, a pessoa tem consciência das condições em que vive, das adversidades e riscos que enfrenta e opta por enfrentá-los atuando nelas. Na passiva, a pessoa também tem consciência do que se passa e do que a afeta, mas aceita essa realidade e lida com ela vendo possíveis vantagens ou aprendizados na situação. Já na resiliência ilegal, a pessoa lida com as adversidades e até as supera utilizando meio ilegais, não aprovados socialmente.

Vamos desconsiderar aqui a resiliência ilegal, uma vez que ela pode ser incluída nos outros dois tipos e que a delinquência já foi descartada por nós como comportamento de resiliência, e refletir principalmente sobre a resiliência passiva.

Entendemos que existem situações para as quais a resiliência passiva seja o único caminho de enfrentamento. Silveira (2006) aponta como um fator de resiliência justamente a resignação, que relaciona-se com situações em que se deve “aceitar o que não pode mudar, e enfrentar o que pode ser mudado” (p. 78). Realmente, há adversidades para as quais o melhor caminho para a saúde emocional da pessoa é a resignação e sobre as quais não se pode agir diretamente. Para esses casos, lembramos das estratégias de *coping* focadas na emoção que visam a atuar sobre o estado emocional e não, no estressor em si.

Finalizando, entendemos que, assim como a resiliência não tem uma “fórmula certa” que irá produzi-la, composta de determinada conjugação de fatores, também não há estratégias de enfrentamento que sejam sempre eficazes,

independentemente da situação. Mas como aponta Rutter¹²⁴, citado por Assis, Pesce e Avanci (2006), “as estratégias a serem utilizadas pelos sujeitos envolvidos na situação são tão mais bem sucedidas quanto forem mais flexíveis, adaptáveis e adequadas diante da circunstância estressora” (p. 90).

¹²⁴ Rutter, M. (1987) Psychosocial resilience and Protective Mechanisms. *American Orthopsychiatric Association*, 57 (3), pp. 316-331.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esse percurso de pesquisa através da literatura sobre resiliência, evidenciou-se que as teorizações sobre o tema permanecem pouco precisas.

Não há consenso entre os pesquisadores se a resiliência é um processo ou um traço, se é permanente ou circunstancial, inata ou adquirida. Se é uma capacidade, um processo ou o resultado dele, se é avaliada por critérios de competência, de ajustamento social, de saúde emocional, ou apenas pela sobrevivência do sujeito às adversidades. Não acordaram sobre as concepções de adaptação que estão a ela ligadas. Ainda não está claro se a resiliência a que se referem está relacionada a um fenômeno de resistência ao estresse, em que os sujeitos não se abalam diante das adversidades, ou relacionada a fenômenos de recuperação de abalos provocados pelas adversidades. E o que é o mais sério: sem a consciência de que as teorias de resiliência comportam todas essas concepções, os autores não se posicionam quanto à perspectiva que adotam. Os resultados de suas pesquisas empíricas tornam-se inconsistentes e os textos, marcados de vieses.

Por tudo isso, os estudos sobre a resiliência devem se pautar por escolhas. Cada pesquisador tem de escolher, em primeiro lugar, qual fenômeno estudará: a resistência ao estresse ou a recuperação. Essa escolha, que define a concepção de resiliência, influi diretamente na escolha de sujeitos de pesquisa, nos objetivos e na análise dos dados.

Depois, é importante posicionar-se quanto ao fenômeno escolhido tomando resiliência como traço, característica de personalidade (e então será investigada a personalidade dos que resistem ao estresse ou dos que se recuperam), ou como processo (e então será investigado o processo de resistência ou de recuperação).

Cada escolha dessas afeta diretamente os resultados de uma pesquisa. Optar por conceber a resiliência como traço ou processo define pesquisas muito diversas entre si. Por outro lado, escolher avaliar a resiliência pelo critério da competência implica uma análise de dados muito diferente da que é feita quando se avalia com o critério da saúde emocional.

Para nós, resiliência não seria um traço de personalidade. Defendemos que seja um processo em que pessoas atingidas por adversidades e abaladas por elas lidam com a mesma de maneira a superá-la, e tornam-se mais desenvolvidas a partir desse enfrentamento, mais auto-realizadas e apresentando um bem-estar – o que exclui casos de pessoas que enfrentam adversidades e apresentam psicopatologias. Se uma pessoa sofre danos emocionais e apresenta sintomas psicopatológicos e/ou comportamento anti-sociais no decorrer de um processo de enfrentamento, mas depois os supera, isso é parte do processo de resiliência. Estudar a resiliência é, então, tratar de fenômenos de recuperação e superação.

Consideramos também que não se deve descartar o estudo da resistência ao estresse e, por isso, sugerimos que o conceito de *hardiness*/robustez seja aplicado a este fenômeno.

Entendemos que tanto a resiliência quanto a robustez não são inatas nem permanentes, mas adquiridas. E que há um potencial de resiliência que todas as pessoas têm e que torna possível a todos se recuperarem de abalos sofridos a partir de encontros com a adversidade. Todos também podem desenvolver uma personalidade robusta, embora muitos não o façam e demonstrem sempre suas vulnerabilidades.

Mas chegando ao final de nosso trabalho, arriscamo-nos a expressar uma observação a respeito das diferenças nas concepções de resiliência dos pesquisadores anglo-saxões e dos outros pesquisadores. Percebemos que, para a maioria dos anglo-

saxões, a resiliência é um fenômeno relacionado à resistência ao estresse e, sendo assim, são escolhidos como sujeitos de pesquisa pessoas que não se abalaram em situações adversas e demonstram o que eles chamam de competência. A noção de adaptação, em sentido de ajustamento social, está inserida nessa concepção. Já para os pesquisadores brasileiros e os outros de língua latina, os estudos de resiliência estão relacionados aos fenômenos de resistência ao estresse, mas também aos de recuperação, de superação. Em consequência dessa concepção ambivalente do conceito, nesses estudos “não-anglo-saxões”, são escolhidos como sujeitos de pesquisa tanto pessoas que se abalaram e se recuperaram, quanto aquelas que permaneceram bem todo o tempo.

Os pesquisadores estão estudando fenômenos diferentes sob a mesma nomenclatura, dando o nome genérico de resiliência a todos ou a qualquer um dos fenômenos.

Percebemos que a pesquisa anglo-saxônica em geral, com a exceção de alguns autores (Flach, 1991; Grotberg, 2005; Murphy, 1987; Walsh, 2005) estuda o fenômeno da resistência ao estresse, sem se referir aos fenômenos de recuperação e superação, enquanto que a pesquisa feita por pesquisadores de língua latina confundem os dois fenômenos, chamando-os de resiliência. Perguntamo-nos o porquê da diferença. Por que será que um grupo de pesquisadores não tem dúvida de que a resiliência que estudam é a resistência ao estresse e o outro estuda dois fenômenos como se fossem um só?

Consideramos que essa resposta se relaciona com o fato de que os pesquisadores anglo-saxões e os outros iniciaram seus estudos sobre a resiliência em pontos de partida distintos. Os anglo-saxões estavam estudando justamente o fenômeno de resistência ao estresse, ao qual chamavam invulnerabilidade, quando mudaram a nomenclatura para resiliência. Chamava-lhes a atenção a existência das pessoas que

tinham toda a probabilidade de apresentar mau desenvolvimento, mas apresentavam-se bem. Em seus estudos sobre invulnerabilidade e resiliência, não estavam procurando entender pessoas que se recuperavam de traumas ou que se abatiam em situações de risco mas depois ficavam bem. Ao longo do tempo, em sua maioria, continuaram a estudar basicamente o mesmo tipo de fenômeno, embora tenham avançado muito em suas teorizações.

Os brasileiros e os pesquisadores de língua latina, por sua vez, começaram seus estudos sobre o tema cerca de vinte anos depois dos americanos e ingleses e seu ponto de partida foi a literatura anglo-saxônica (como não poderia deixar de ser, pois era a única disponível). Sendo assim, começaram a estudar resiliência como resistência ao estresse. No entanto, posteriormente, começaram a trazer definições de resiliência que incluíam o sentido de superação e começaram a estudar o fenômeno de recuperação.

Começamos a pensar que talvez a busca pelas origens do termo “resiliência” nas ciências exatas, busca que não aconteceu nas pesquisas dos anglo-saxões, tenha influenciado essa “mudança de foco” dos estudos. Isso porque, para a Resistência dos Materiais, como já foi dito¹²⁵, a noção de resiliência está ligada ao conceito de elasticidade dos materiais que se deformam sob pressão, mas depois voltam à sua forma original, demonstrando poder de recuperação. Em outras palavras, quando a pressão que deforma os materiais elásticos não ultrapassa seu limite de elasticidade, ou seja, seu módulo de resiliência, tais materiais se recuperam dos abalos sofridos.

Dessa maneira, como os pesquisadores não anglo-saxões da psicologia e das ciências sociais foram buscar uma base para seus estudos nas ciências exatas, nas quais a resiliência tem esse sentido de recuperação, inferimos que a concepção de recuperação que a resiliência passou a ter possa ter vindo dali.

¹²⁵ Conferir capítulo 1.1.

Essa diferença de concepções de resiliência traz conseqüências importantes para os projetos de intervenção social que utilizam o conceito. Os projetos advindos da concepção de resistência ao estresse objetivam proporcionar essa resistência ao máximo de pessoas possíveis e, para isso, potencializam os fatores de proteção e tentam minimizar a ação dos fatores de risco. Esses projetos visam conseguir um máximo de pessoas competentes e bem adaptadas que não se abalem diante das adversidades. Seus objetivos não estão voltados para os que já sucumbiram tentando recuperá-los.

Por outro lado, projetos de resiliência baseados em concepções de superação e recuperação já se voltam aos que se mostram mais fragilizados diante de adversidades, com objetivos de fortalecê-los, recuperá-los e torná-los mais fortes.

Como se pode ver, as escolhas que um pesquisador faz a respeito de seu tema de estudo trazem conseqüências não só para a própria ciência, que se alimenta de pesquisas, como para populações que podem se beneficiar dos frutos das mesmas. Esperamos que as reflexões que fizemos neste trabalho possam contribuir com a ciência ajudando os estudiosos da resiliência a visualizar melhor seu campo de estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ales Bello, A. (2006). *Introdução à Fenomenologia*. (Ir. J. T. Garcia e M. Mahfoud, trad.). Bauru: Edusc. (Original não publicado em 2004).
- Amaral, O. C. (2002). *Curso básico de resistência dos materiais*. Belo Horizonte: Artes Gráficas Formato.
- Ankersmit, F. R. (2001). Historiografia e pós-modernismo. *Topoi: Revista de História*, 2, 113-135.
- Anthony, E. J. (1987a). Children at high risk for psychosis growing up successfully. Em E. J. Anthony e B. J. Cohler, *The Invulnerable Child*. (pp. 147-184) New York: The Guilford Press.
- Anthony, E. J. (1987b). Risk, vulnerability, and resilience: an overview. Em E. J. Anthony; B. J. Cohler, *The Invulnerable Child*. (pp. 3-48) New York: The Guilford Press.
- Anthony, E.J. e Cohler, B. J. (1987a). Preface. Em E. J. Anthony e B. J. Cohler, *The Invulnerable Child*. (pp. ix-xi) New York: The Guilford Press.
- Anthony, E.J. e Cohler, B. J. (1987b). The development of competence Em E. J. Anthony e B. J. Cohler, *The Invulnerable Child*. (p. 49) New York: The Guilford Press.
- Anthony, E.J. e Cohler, B. J. (1987c). *The Invulnerable Child*. New York: The Guilford Press.
- Antoni, C.; Barone, L. R. e Koller, S. H. (2006). Violência e pobreza: um estudo sobre vulnerabilidade e resiliência familiar. Em D. D. Dell’Aglío; S. H. Koller e M. A. M. Yunes (org). *Resiliência e Psicologia Positiva: interfaces do risco à proteção*. (pp. 141-171). São Paulo: Casa do psicólogo.
- Antoniazzi, A. S.; Dell’Aglío, D. D. e Bandeira, D. R. (1998). O conceito de coping: uma revisão teórica. *Estudos de psicologia [versão eletrônica]*, 3 (2), 273-294.
- Assis, S. G.; Pesce, R. P. e Avanci, J. Q. (2006). *Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Balancieri, M. F. (2007). *Promoção do processo de resiliência em enfermeiras: uma possibilidade?* Tese de doutorado, programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica (Psicossomática e Psicologia Hospitalar), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Barbosa, G. S. (2006). *Resiliência em professores do ensino fundamental de 5ª a 8ª série: validação e aplicação do “Questionário do índice de resiliência: adultos Reivich-Shatté/ Barbosa”*. Tese de Doutorado, Núcleo de Psicossomática e

Psicologia Hospitalar do programa de Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- Baruch, R. e Stutman, S. (2006). El yin y el yang de la resiliência. Em E. H. Grotberg (org.). *La resiliencia en el mundo de hoy: cómo superar las adversidades*. (A. G. Morillo, trad.; pp. 59-90). Barcelona: Gedisa Editorial. (original publicado em 2003)
- Beer, F. P.; Johnston, E. R., Jr. (1989). *Resistência dos Materiais*. (P. P. Castilho, Trad.; J. Havy, revisão técnica) São Paulo: McGraw-Hill. (Original publicado em 1981).
- Block, J. (1999). What shall we mean by resiliency. Manuscrito não publicado, Universidade de Berkeley, Califórnia, EUA.
- Block, J.; Kremen A. M. (1996). IQ and Ego-resiliency: conceptual and empirical connections and separateness. *Journal of personality and social psychology [versão eletrônica]*, 70 (2), 349-361.
- Blum, R. W. (1997). Risco e resiliência: sumário para o desenvolvimento de um programa. *Adolescência Latino-americana [versão eletrônica]*, 1 (1), 16-19.
- Bonanno, G. A. (2004). Loss, trauma, and human resilience: have we underestimated the human capacity to thrive after extremely aversive events? *American Psychologist [versão eletrônica]*, 59 (1), 20-28.
- Brozek, J. e Guerra, E. (2008). Que fazem os historiógrafos? Uma leitura de Josef Brozek. Em R. H. Freitas, *História da psicologia: pesquisa, formação e ensino [versão eletrônica]*. (pp. 4-20). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (Original publicado em 1996).
- Cambaúva, L. G.; Silva, L. C. e Ferreira, W. (1998). Reflexões sobre o estudo da História da Psicologia. *Estudos de psicologia [versão eletrônica]*, 3 (2), 207- 227.
- Canelas, R. S. (2004). *A Resiliência de crianças em situação de risco em programas sócio-educativos de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Castro, B. M. de (2005, abril). *A resiliência como um fenômeno estético*. Trabalho apresentado no VII Congresso Nacional de psicologia escolar e Educacional, Curitiba, Paraná.
- Cecconello, A. M. (2003). *Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco*. Tese de doutorado, programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Cicchetti, D. (2007). Foreword. Em S. S. Luthar (org.) *Resilience and vulnerability: adaptation in the context of childhood adversities*. (2a edição, pp. xix-xxvii) New York: Cambridge University Press.
- Cohler, B. J. (1987). Adversity, resilience, and the study of lives. Em E. J. Anthony e B. J. Cohler, *The Invulnerable Child*. (pp. 363-424) New York: The Guilford Press.

- Contrada, R. J. (1989). Type A behavior, personality hardiness, and cardiovascular responses to stress. *Journal of personality and social psychology [versão eletrônica]*, 57 (5), 895-903.
- Couto-Oliveira, V. (2007). *Vida de mulher: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência*. Dissertação de mestrado, programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília.
- Cyrułnik, B. (2001). *La maravilla del dolor: el sentido de la resiliencia*. (G. González-Zafra, trad.) Barcelona: Granica. (Original publicado em 1999).
- Cyrułnik, B. (2003). *Resiliência: essa inaudita capacidade de construção humana*. (A. Rabaça, trad.) Lisboa: Instituto Piaget. (Original publicado em 2001).
- Cyrułnik, B. (2005) *O murmúrio dos fantasmas*. (S. Sampaio, trad.; M. Appenzeller, rev.) São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 2003).
- Dell’Aglío; D. D.; Koller, S. H. e Yunes, M. A. M. (org) (2006). *Resiliência e Psicologia Positiva: interfaces do risco à proteção*. São Paulo: Casa do psicólogo.
- Erthal, T. C. S. (2004). *Psicoterapia Vivencial: uma abordagem existencial em psicoterapia*. Campinas: Editora Livro Pleno.
- Fantova, F. J. M. (2008). *Resiliència i voluntat de sentir em la promoció de la salut psicosocial em els docents: capacitat de reconstrucció positiva a partir d’un context inicial d’adversitat. Estudi de cas em un institut d’educació secundària*. Tese de doutorado, Facultat de Psicologia, Ciències de l’Educació i de l’Esport Blanquerna, Barcelona, Espanha.
- Faria, E. (1967). *Dicionário escolar latino-português* (R. J. Faria rev.; 4ª edição). Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, Ministério da Educação e Cultura, Brasil. (Original publicado em 1953).
- Ferrater Mora, J. (2001). *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Edições Loyola.
- Ferreira, A. B. H. (1986). *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. (2ª edição, revista e aumentada). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Flach, F. (1991). *Resiliência: a arte de ser flexível*. (W. Dupont, trad.) São Paulo: Saraiva. (Original publicado em 1988).
- Folkman, S.; Lazarus, R. S.; Dunkel-Schetter, C.; DeLongis, A. e Gruen, R. J. (1986) Dynamics of a stressful encounter: cognitive appraisal, coping, and encounter outcomes. *Journal of Personality and Social Psychology [versão eletrônica]*, 50 (5), 992-1003.
- Formiga, N. S.; Oliveira, L. C., Soares, L. L., Mendonça, C., Yepes, C. F., Fachini, A. C. e colaboradores. (2004, junho). *Traços de personalidade e dimensões disposicionais da drogadição: a influência da busca de sensações, a intensidade e novidade no uso potencial de drogas em jovens*. Trabalho apresentado no IV

Congresso Brasileiro de epidemiologia em Recife, PE. Retirado em 20/07/2009 de [www.psicologia.com. pt/artigos/textos/A0289.pdf](http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0289.pdf).

- Foster, J. R. (1997). Successful coping, adaptation and resilience in the elderly: an interpretation of epidemiological data. *Psychiatric Quaterly [versão eletrônica]*, 68 (3), pp. 189-219.
- Fowler, H. W; Fowler, F. G e Allen, R. E. (1990) *The concise Oxford Dictionary of Current English* (8ª edição) Oxford: Clarendon Press.
- Galende, E. (2004). Subjetividade y resiliencia: Del azar y la complejidad. Em A. Melillo; E. N. S. Ojeda e D. Rodríguez (org.) *Resiliencia y subjetividad: los ciclos de la vida* (pp. 23-61). Buenos Aires: Paidós.
- Garcia, H. (1974) *Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa Caldas Aulete* (vol. IV, 3ª edição em 5 volumes) Rio de Janeiro: Editora Delta.
- Garnezy, N. (1989). Foreword. Em E. E. Werner e R. S. Smith. *Vulnerable but invincible: a longitudinal study of resilient children and youth*. (2a edição, pp. xiii-xix). New York: Adams, Bannister, Cox.
- Góes, M. G. C. (2004). Resiliência na adoção. Em I Convenção Brasil Latino-América, IV Congresso Brasileiro e IX Encontro Paranaense de Psicoterapias corporais [versão eletrônica]. Foz do Iguaçu: Centro Reichiano.
- Grotberg, E. H. (1999). *Tapping your inner Strength: how to find resilience to deal with anything*. California: New Harbinger Publications.
- Grotberg, E. H. (2005). Introdução: novas tendências em resiliência. Em A. Melillo; E. N. S. Ojeda e col. *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. (V. Campos, trad.) (pp. 15-22). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 2001).
- Grotberg, E. H. (org.) (2006). *La resiliencia en el mundo de hoy: como superar las adversidades*. (A. G. Morillo, trad.) Barcelona: Gedisa Editorial. (Original publicado em 2003)
- Hammen, C. (2007). Risk and protective factors for children of depressed parents. Em S. S. Luthar (org.) *Resilience and vulnerability: adaptation in the context of childhood adversities*. (2a edição, pp. 50-75) New York: Cambridge University Press.
- Hobsbawm, E. (2001). *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. (M. Santarrita trad., M. C. Paoli rev., 2ª edição). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1994).
- Hoch, L. C. e Rocca L., S. M. (orgs.) (2007). *Sofrimento, resiliência e fé: implicações para as relações de cuidado*. São Leopoldo, RS: Sinodal; EST.
- Houaiss, A. e Avery, C. S. (org.) (1970) *Novo Dicionário Barsa de Línguas inglesa e portuguesa*. (Vol.1) Nova Iorque: Appleton-century Crofts.

- Hutz, C. S.; Koller, S. H. e Bandeira, D.R. (1996) Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. Em S. H. Koller (org.) *Aplicações da psicologia na melhoria da qualidade de vida*. (Coletâneas da ANPEPP, no 12, pp. 79-86) Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.
- Infante, F. (2005). A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. Em A. Melillo; E. N. S Ojeda e col. *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. (V. Campos, trad.) (pp. 23-38). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 2001).
- Job, J. R. P. P. (2000). *A escritura da resiliência: testemunhas do holocausto e a memória da vida*. Tese de doutorado, Núcleo de Psicologia Hospitalar e Psicossomática do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Junqueira, M. F. P. S. e Deslandes, S. F. (2003). Resiliência e maus-tratos à criança. *Cadernos de Saúde pública [versão eletrônica]*, 19 (1), 227-235.
- Kalawski, J. P. e Haz, A. M. (2003). Y... Dónde está la resiliencia? Una reflexión conceptual. *Revista Interamericana de Psicología [versão eletrônica]*, 37 (2), 365-372.
- Kaplan, H. I. e Sadock, B. J. (1993). *Compêndio de Psiquiatria, Ciências Comportamentais, Psiquiatria Clínica*. (6ª edição, D. Batista trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1991).
- Kobasa, S. C. O. e Puccetti, M. C. (1983). Personality and social resources in stress resistance. *Journal of personality and social psychology [versão eletrônica]*, 45, (4), 839-850.
- Kotliarenco, M. A.; Cáceres, I. e Fontecilla, M. (1997). *Estado de arte em resiliencia*. [versão eletrônica]. Washington, DC: Organización Panamericana de la salud.
- Kotliarenco, M. A. e Lecannelier, F. (2004) Resiliencia y corage: el apego como mecanismo protector. Em A. Melillo; E. N. S. Ojeda e D. Rodríguez (org.) *Resiliencia y subjetividad: los ciclos de la vida* (pp. 123-135). Buenos Aires: Paidós.
- Lemos, P. M. e Cavalcante, F. S., Jr. (2006) Psicologia de Orientação Positiva: uma proposta de intervenção no trabalho com grupos em saúde mental. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14 (1), 233-242.
- Libório, R. M. C.; Castro, B. M. e Coêlho, A. E. L. (2006). Desafios metodológicos para a pesquisa em resiliência: conceitos e reflexões críticas. Em D. D. Dell’Aglío; S. H. Koller e M. A. M. Yunes (org). *Resiliência e Psicologia Positiva: interfaces do risco à proteção*. (pp. 89-116). São Paulo: Casa do psicólogo.
- Lindström, B. (2001). O significado de resiliência. *Adolescência Latino-americana [versão eletrônica]*, 2 (3), 133-137.
- Lisboa, C.; Koller, S. H.; Ribas, F. F.; Bitencourt, K.; Oliveira, L.; Porciuncula, L. P.; De Marchi, R. B. (2002). Estratégias de coping de crianças vítimas e não vítimas de

- violência doméstica. *Psicologia: Reflexão e Crítica [versão eletrônica]*, 15 (2), pp. 345-362.
- Luthar, S. S. (1991). Vulnerability and resilience: a study of high risk adolescents. *Child Development [versão eletrônica]*, 62, 600-16
- Luthar, S. S. (2007). Preface. Em S. S. Luthar (org.) *Resilience and vulnerability: adaptation in the context of childhood adversities* (2a edição, pp. xxix-xxxi). New York: Cambridge University Press.
- Luthar S. S. e Zelazo L. B. (2003). Research on resilience: an integrative review. Em S. S. Luthar (Ed.) *Resilience and vulnerability: adaptation in the context of childhood adversities* (2a edição, pp. 510-549). New York: Cambridge University Press.
- Luthar, S. S.; Zigler, E. (1991) Vulnerability and competence: a review of research on resilience in childhood. *American Journal of Orthopsychiatric [versão eletrônica]*, 61 (1), pp.6-22.
- Macedo, R. M. S. (1983) Piaget: vida e obra. Em J. Piaget (1983). *A epistemologia genética; Sabedoria e ilusões da filosofia; Problemas de psicologia genética*. (N. C. Caixeiro, Z. A.; Daeir, C. E. A.; Di Piero trad.; 2ª edição, pp. v-xvi) São Paulo: Abril Cultural.
- Maddi, S. R. (2002). The story of hardiness: twenty years of theorizing, research, and practice. *Consulting Psychology Journal: Practice and research [versão eletrônica]*, 54, (3), 175-185.
- Maddi, S. R. (2005). On hardiness and other pathways to resilience. *American Psychologist [versão eletrônica]*, 60 (3), 261-262.
- Maddi, S. R. (2008). The courage and strategies of Hardiness as helpful in growing despite major, disruptive stresses. *American Psychologist [versão eletrônica]*, 63 (6) 563-564.
- Martineau, S. (2001). *The risky business of translating resiliency research into advocacy practice*. Retirado em 1/10/2007 de www.bcifv.org/resources/newsletter/2001/winter.
- Martins, R. C. (2007) *Sofrimento e resiliência: o impacto do abuso sexual na saúde de jovens mulheres vitimadas em Manaus*. Tese de Doutorado, programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.
- Masten, A. S. (2001). Ordinary Magic: resilience process in development. *American Psychologist [versão eletrônica]*, 56 (3), 227-238.
- Masten, A. S. e Coatsworth, J. D. (1998) The development of competence in favorable and unfavorable environments: lessons from research on successful children. *American Psychology [versão eletrônica]*, 53 (2), 205-220.

- Masten, A. S. e Powell, J. L. (2007). A resilience framework for research, policy, and practice. Em: S. S. Luthar (org.) *Resilience and vulnerability: adaptation in the context of childhood adversities* (2a edição, pp. 1-25). New York: Cambridge University Press.
- Melillo, A. (2004a) Resiliencia. *Revista Psicoanálisis: ayer y hoy, 1*, retirado em 22/07/2009, de www.elpsicoanalisis.org.ar/numero1/resiliencia1.htm.
- Melillo, A. (2004b) Sobre la necesidad de especificar un nuevo pilar de la resiliência. Em A. Melillo; E. N. S. Ojeda e D. Rodríguez (org.) *Resiliencia y subjetividad: los ciclos de la vida* (pp. 77-90). Buenos Aires: Paidós.
- Melillo, A. (2005). Prefácio. Em A. Melillo; E.N.S Ojeda e col. *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. (V. Campos, trad., pp. 23-38). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 2001).
- Melillo, A.; Estamatti, M. e Cuestas, A. (2005). Alguns fundamentos psicológicos do conceito de resiliência. Em A. Melillo; E. N. S Ojeda e col. *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. (V. Campos, trad., pp. 59-72). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 2001).
- Melillo, A.; Ojeda, E. N. S. e Rodríguez, D. (org.) (2004). *Resiliencia y subjetividad: los ciclos de la vida*. Buenos Aires: Paidós.
- Melillo, A.; Ojeda, E. N. S e col. (2005). *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. (V. Campos, trad.). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 2001).
- Molina-Loza, C. A. (2003, julho). *Resiliência: Um olhar diferente sobre a tragédia humana*. Palestra proferida na VI Conferência Internacional de Filosofia, Psiquiatria e Psicologia, na UnB, em Brasília.
- Munist, M.; Santos, H.; Kotliarenco, M. A.; Ojeda, E. N. S.; Infante, F. e Grotberg, E. (1998). *Manual de Identificación e promoción de la resiliencia* [versão eletrônica]. Washington, DC: Organización Panamericana de la salud.
- Munist, M.; Biedak, E.; Quinteros, L. W.; Diaz, A.; Wegsman, S. e Paladini, M. A. (2005). A missão do CIER: desenvolvimento do conceito de resiliência e sua aplicação em projetos sociais. Em J. Tavares (org.) *Resiliência e Educação*. (2ª. Ed., pp. 39-46) São Paulo: Cortez.
- Murphy, L. B. (1987). Further Reflections on Resilience. Em E. J. Anthony; B. J. Cohler (org.), *The Invulnerable Child*. (pp. 84-105) New York: The Guilford Press.
- Nash, W. A. (1982). *Resistência dos Materiais*. (G. E. O. Giacageia, trad.; 2ª edição) São Paulo: McGraw-Hill do Brasil (Original publicado em 1982).
- Novo Michaelis Dicionário Ilustrado (1971). (vol. 2, português-inglês, 8ª edição). São Paulo: Edições Melhoramentos; Wiesbaden, Alemanha: F. A. Brockhaus.

- Ojeda, E. N. S. (2004). Introducción: resiliencia e subjetividad. Em A. Melillo, E. N. S. Ojeda e D. Rodríguez (org.) *Resiliencia e subjetividad: los ciclos de la vida* (pp. 17-20). Buenos Aires: Paidós.
- Oliveira, M. A. de (2005). *Subjetividade e totalidade: um confronto com as antropologias contemporâneas*. Manuscrito não publicado. Conferência proferida no Congresso Internacional “Pessoa e Sociedade”, Universidade Católica de Portugal, Braga, em 19 de novembro de 2005.
- OMS – Organização Mundial de Saúde (org.) (1993). *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. (D. Caetano, trad.) Porto alegre: Artes Médicas (Original publicado em 1992).
- Paludo, S. e Koller, S. H. (2006). Psicologia positiva, emoções e resiliência. Em D. Dell’Aglío; S. H. Koller e M. A. M. Yunes (org). *Resiliência e Psicologia Positiva: interfaces do risco à proteção*. (pp. 69-86). São Paulo: Casa do psicólogo.
- Peck, E. C. (1987). The traits of the true invulnerability and posttraumatic stress in psychoanalyzed men of action. Em E. J. Anthony e B. J. Cohler (orgs.) *The invulnerable child* (pp. 315-360). New York: Guilford Press.
- Pereira, A. M. S. (2001). Resiliência, personalidade, *stress* e estratégias de *coping*. Em J. Tavares (org.) *Resiliência e Educação*. (pp. 77-94) São Paulo: Cortez.
- Pesce, R. P.; Assis, S. G.; Avanci, J. Q.; Santos, N. C.; Malaquias, J. V. e Carvalhaes, R. (2005). Adaptação transcultural, confiabilidade e validade da escala de resiliência. *Cadernos de Saúde Pública [versão eletrônica]*, 21 (2), 436-448.
- Pesce, R. P.; Assis, S. G.; Santos, N. e Oliveira, R. de V. C. (2004). Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa [versão eletrônica]*, 20, (2), pp. 135-143.
- Piaget, J. (1983). A epistemologia genética. Em J. Piaget. *A epistemologia genética; Sabedoria e ilusões da filosofia; Problemas de psicologia genética*. (N. C. Caixeiro, trad.; 2ª edição; pp. 1-64) São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores; original publicado em 1970).
- Piaget, J. (1987). *O nascimento da inteligência na criança*. (A. Cabral, trad.; 4ª edição) Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora (original publicado em 1966).
- Piaget, J. (2003). *Biologia e conhecimento: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos*. (F. M. Guimarães, trad.; 4ª edição). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1967.)
- Pinheiro, D. P. N. (2004). A resiliência em discussão. *Psicologia em estudo [versão eletrônica]*, 9 (1), 67-75.
- Pinto, J. L. T. (2002). *Compêndio de resistência dos materiais*. São José dos Campos: UNIVAP.

- Poletto, M. (2007) *Contextos ecológicos de promoção de resiliência para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Poletto, M. e Koller, S. H. (2006). Resiliência: uma perspectiva conceitual e histórica. Em D. D. Dell’Aglío; S. H. Koller e M. A. M. Yunes (orgs.). *Resiliência e Psicologia Positiva: interfaces do risco à proteção*. (pp. 19-44). São Paulo: Casa do psicólogo.
- Poletto, M. e Koller, S. H. (2008) Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e proteção. *Estudos de Psicologia (Campinas) [versão eletrônica]*, 25 (3), 405-416.
- Rachman, V. C. B. (2008). *Resiliência: o emprego desse conceito nas áreas de Educação e Psicologia da Educação no Brasil (2002 a 2007)*. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Ralha-Simões, H. (2001). Resiliência e desenvolvimento pessoal. Em J. Tavares (org.). *Resiliência e educação*. (pp. 95-113) São Paulo: Cortez.
- Rocca L., S. M. (2007) Resiliência: uma perspectiva de esperança na superação das adversidades. Em L. C. Hoch e S. M. Rocca L. (orgs.) *Sofrimento, resiliência e fé: implicações para as relações de cuidado*. (pp. 9-27) São Leopoldo: Sinodal; EST.
- Rodríguez, D. H. (2005). O humor como indicador de resiliência. Em A. Melillo; E. N. S Ojeda e col. *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. (V. Campos, trad.; pp. 131-138). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 2001).
- Rogers, C. R. e Kinget, G. M. (1977) *Psicoterapia e relações humanas* (Vol 1, M. L. Bizzotto, trad.; 2ª edição) Belo Horizonte: Interlivros. (Original publicado em 1964).
- Roth, D. L.; Wiebe, D. J.; Fillingim, R. B. e Shay, K. A. (1989). Life events, fitness, hardiness, and health: a simultaneous analysis of proposed stress-resistance effects. *Journal of personality and social psychology [versão eletrônica]*, 57, (1), 136-142.
- Rutter, M. (1985) Resilience in the face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry [versão eletrônica]*, 147, 598-611.
- Rutter, M. (1993a). La “resiliencia”: consideraciones conceptuales. *Journal of Adolescent Health [versão eletrônica]*, 14 (8), 690-696.
- Rutter, M. (1993b). Resilience: some conceptual considerations. *Journal of Adolescent Health [versão eletrônica]*, 14 (8), 626-631.
- Santos, L. L. (2006). *Habitar a rua: compreendendo os processos de risco e resiliência*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

- Santos, L. L. e Dell’Aglío, D. D. (2006). A constituição de moradas nas ruas como processos de resiliência em adolescentes. Em D. D. Dell’Aglío; S. H. Koller e M. A. M. Yunes (orgs). *Resiliência e Psicologia Positiva: interfaces do risco à proteção*. (pp. 204-227). São Paulo: Casa do psicólogo.
- Sapienza, G. e Pedromônico, M. R. M. (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo [versão eletrônica]*, 10 (2), 209-216.
- Saraiva, F. R. S. (2000). *Novíssimo dicionário Latino-português* (11ª edição). Rio de Janeiro: Livraria Garnier.
- Silva, A. I. e Alves, V. P. (2007) Envelhecimento: resiliência e espiritualidade. *Diálogos Possíveis [versão eletrônica]*, 6 (1), 189-209.
- Silva, M. R. S.; Elsen, I. e Lacharité, C. (2003). Resiliência: concepções, fatores associados e problemas relativos à construção do conhecimento na área. *Paidéia [versão eletrônica]*, 13 (26), 147-156.
- Silva, J. F., Jr (1974). *Resistências dos materiais*. (4ª edição) Belo Horizonte: Ao Livro Técnico.
- Silveira, D. R. (2006). *O sentido da resiliência: a contribuição de Viktor Emil Frankl*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Silveira, D. R. e Mahfoud, M. (2008) Contribuições de Viktor Emil Frankl ao conceito de resiliência. *Estudos de Psicologia*, 25 (4), pp. 567-576.
- Snyder, C. R. e Lopez, S. J. (2009). *Psicologia Positiva: uma abordagem científica e prática das qualidades humanas*. (R. C. Costa trad.) Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 2007).
- Souza, M. T. S. e Cerveny, C. M. O. (2006 a). Resiliência: introdução à compreensão do conceito e suas implicações no campo da psicologia. *Revista Ciências Humanas Taubaté [versão eletrônica]*, 12 (2), 21-29.
- Souza, M. T. S. e Cerveny, C. M. O. (2006b). Resiliência Psicológica: revisão da literatura e análise da produção científica. *Revista Interamericana de Psicologia [versão eletrônica]*, 40, (1), 119-126.
- Steinhauer, P. D. (2001). Aplicaciones clínicas y de servicio de la teoria de resiliencia con referencia particular a los adolescentes. *Adolescência Latino-Americana [versão eletrônica]*, 2: 159-172.
- Tavares, J. (2001). A resiliência na sociedade emergente. Em J. Tavares (org.) *Resiliência e Educação*. (pp. 43-75) São Paulo: Cortez.
- The New Michaelis Illustrated Dictionary* (1972) (Vol. 1, Inglês-Português, 12a edição). São Paulo: Melhoramentos.

- The Oxford Portuguese Dictionary* (2002) (3ª edição) Nova Iorque: Oxford University Press.
- Timoshenko, S. P. (1953). *History of strength of materials: with a brief account of the history of theory of elasticity and theory of structures*. New York: McGraw-Hill.
- Timoshenko, S. P. (1976) *Resistência dos Materiais* (vol. I, J. R. Carvalho, trad.) Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. (Original publicado em 1966).
- Torcatto, J. (1997). *Novo Dicionário Lello Português/Inglês* (J. Arrepia, rev.). Porto, Portugal: Lello Editores.
- Trombeta, L. H. A. P. e Guzzo, R. S. L. (2002). *Enfrentando o cotidiano adverso: estudo sobre resiliência em adolescentes*. Campinas: Editora Alínea.
- Tudage, M. M.; Fredrickson, B. L. e Barret, T. B. (2004). Psychological resilience and positive emotional granularity: examining the benefits of positive emotions on coping and health. *Journal of personality [versão eletrônica]*, 72 (6), 1161-1190.
- Ungar, M. (2005a) A thicker description of resilience. *The International Journal of Narrative therapy and Community Work* (3-4), 89-96. Retirado em 04/03/09 de www.resilienceproject.org/index.cfm?fuseaction=text.8str_cmID=148
- Ungar, M. (2005b). Introduction: Resilience across cultures and contexts. Em M. Ungar (org.), *Handbook for working with children and youth: Pathways to resilience across cultures and contexts* (pp. xv-xxxix). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Ungar, M.; Brown, M.; Liebenberg, L.; Cheung, M. e Levine, K. (2008) Distinguishing differences in pathways to resilience among Canadian youth. *Canadian Journal of Community Mental Health [versão eletrônica]*, 27 (1), 1-13.
- Ungar, M. e Liebenberg, L. (2005). The International Resilience Project: A mixed methods approach to the study of resilience across cultures. Em M. Ungar (org.), *Handbook for working with children and youth: Pathways to Resilience across cultures and contexts* (pp. 211-226). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Vanistendael, S. e Lecomte, J. (2004). Resiliencia y sentido da vida. Em A. Melillo; E. N. S. Ojeda e D. Rodríguez (org.) *Resiliencia y subjetividad: los ciclos de la vida* (pp. 91-101). Buenos Aires: Paidós.
- Vergara, S. C. (2008). A resiliência de profissionais angolanos. *Revista de Administração Pública [versão eletrônica]*, 42 (4), 701-718.
- Wagner, A. e Silveira, S. C. (2007) É possível florescer em lugares inóspitos? Algumas reflexões sobre os processos de superação dos sujeitos em situações adversas. *Ciência e conhecimento [versão eletrônica]* , 02, 1-14.
- Waller, M. A. (2001) Resilience in ecosystemic context: evolution of the concept. *American Journal of Orthopsychiatric [versão eletrônica]*, 71 (3), 290-297.

- Walsh, F. (2005). *Fortalecendo a resiliência familiar*. (M. F. Lopes, Trad.) São Paulo: Roca. (Original publicado em 1998).
- Werner, E. E. e Smith, R. S. (1989) *Vulnerable but invincible: a longitudinal study of resilient children and youth*. (2a edição). New York: Adams, Bannister, Cox. (
- Werner, E. E. e Smith, R. S. (1992). *Overcoming the odds: high risk children from birth to adulthood*. London: Cornell University Press.
- Werner, E. E. e Smith, R. S. (2001). *Journeys from childhood to midlife: risk, resilience and recovery*. London: Cornell University Press.
- Wolin, S. J. e Wolin S. (1993). *The resilient self: how survivors of troubled families rise above adversity*. New York: Villard.
- Woodard, C. R. (2004). Hardiness and the concept of courage. *Consulting Psychology Journal: practice and research [versão eletrônica]*, 56 (3), 173-185.
- Yunes, M. A. M. (2001) *A questão triplamente controvertida da resiliência em famílias de baixa renda*. Tese de doutorado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Yunes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em estudo [versão eletrônica]*, 8, 75-84.
- Yunes, M. A. M. (2006). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. Em D. Dell’Aglío; S. H. Koller e M. A. M. Yunes (org). *Resiliência e Psicologia Positiva: interfaces do risco à proteção*. (pp. 45-68). São Paulo: Casa do psicólogo.
- Yunes, M. A. M.; Mendes, N. F. e Albuquerque, B. de M. (2005) Percepções e crenças de agentes comunitários sobre resiliência em famílias monoparentais pobres. *Texto e contexto – Enfermagem [versão eletrônica]*, 14, 24-31.
- Yunes, M. A. M. e Szymanski, H. (2001). Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. Em J. Tavares (org.). *Resiliência e educação*. (pp. 13-42) São Paulo: Cortez.
- Yunes, M. A. M. e Szymanski, H. (2005). Entrevista reflexiva e grounded-theory: estratégias metodológicas para compreensão da resiliência em famílias. *Revista Interamericana de Psicologia [versão eletrônica]*, 39 (3), 1-8.
- Zucker, R. A.; Wong, M. M.; Putler, L. I. e Fitzgerald, H. E. (2007). Resilience and vulnerability among sons of alcoholics: relationship to developmental outcomes between early childhood and adolescence. Em S. S. Luthar. *Resilience and vulnerability: adaptation in the context of childhood adversities*. (2a edição; pp. 76-103) New York: Cambridge University Press.